



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Gláucia Salvador Neves

**Narrativas pessoais como ação política nas redes sociais: o caso  
*hashtag* #PrimeiroAssédio**


Rio de Janeiro

2018

Gláucia Salvador Neves

**Narrativas pessoais como ação política nas redes sociais: o caso *hashtag***

**#PrimeiroAssédio**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Tecnologia e Comunicação Política. Linha de Pesquisa: Tecnologias da Comunicação e Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Aldé

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

N518 Neves, Gláucia Salvador.  
Narrativas pessoais como ação política nas redes sociais: o caso  
hashtag #PrimeiroAssédio / Gláucia Salvador Neves. – 2018.  
132 f.

Orientadora: Alessandra Aldé.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Comunicação Social.

1. Comunicação Social – Teses. 2. Internet - Aspectos sociais –  
Teses. 3. Assédio sexual às mulheres. – Teses. I. Aldé, Alessandra. II.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação  
Social. III. Título.

es CDU 316.77

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Gláucia Salvador Neves

**Narrativas pessoais como ação política nas redes sociais: o caso *hashtag*  
#PrimeiroAssédio**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Tecnologia e Comunicação Política. Linha de Pesquisa: Tecnologias da Comunicação e Cultura

Aprovada em 28 de fevereiro de 2018

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Alessandra Aldé (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

---

Prof. Dr. Fernando Lattman-Weltman

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

---

Profa. Dra. Leticia Cantarela Matheus

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Rio de Janeiro

2018

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta dissertação:*

*Para minha mãe e meu pai (in memoriam),  
que me deixaram a melhor herança:  
força e bom humor para caminhar pela vida  
com confiança e alegria.*

*Para meu marido Flávio,  
pelo apoio, compreensão, carinho e amor  
infinitos, sem os quais não estaria me  
tornando mestre.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha orientadora Alessandra Aldé pela condução cuidadosa e indicações precisas para o desenvolvimento desta pesquisa. E também por seu acolhimento terno no meu retorno à vida acadêmica, me guiando pelos roteiros de congressos, publicações, estágios e disciplinas, e por me integrar com tanto carinho ao produtivo e animado grupo de pesquisa Tecnologias e Comunicação Política.

Aos amigos deste grupo, o TCP, um agradecimento especial por todo o estímulo nos momentos de tensão e incerteza e também pela sabedoria generosamente compartilhada nas nossas tardes de discussões e debates na salinha da Alessandra. Quanta alegria reunida em um grupo tão querido! Aline Brandão, Fernanda Sanglard, Flavio Nehrer, João Guilherme Bastos, Marcelo Castañeda e Vanessa Cardozo, vocês iluminam o meu caminho!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ, que me concedeu a oportunidade de realizar o sonho de fazer o Mestrado em uma instituição com nível de excelência, onde professores extremamente qualificados e dedicados nos ensinam e nos inspiram a cada dia.

À banca examinadora, agradeço por ter aceitado avaliar esta dissertação.

Aos parentes e amigos queridos meu “muito obrigada” por estarem sempre ao meu lado, na torcida por minhas conquistas, e pela compreensão por minhas ausências nas confraternizações, principalmente nesta etapa final, dedicada a essa pesquisa.

Termino agradecendo ao meu companheiro Flávio Castro, a quem dediquei este trabalho, pois sem seu apoio e incentivo tenho consciência de que não seria possível realizar este sonho.

No dia que for possível à mulher amar-se em sua força e não em sua fraqueza; não para fugir de si mesma, mas para se encontrar; não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal.

*Simone de Beauvoir*

## RESUMO

NEVES, Gláucia Salvador. **Narrativas pessoais como ação política nas redes sociais**: o caso *hashtag* #PrimeiroAssédio. 2018.132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Narrativas na primeira pessoa com denúncias de situações de sofrimento e injustiça parecem se apresentar com maior força comunicativa no ambiente *on-line*, ao estimular o engajamento rápido e expressivo de internautas em causas defendidas por determinados grupos sociais. Para entender este fenômeno, analisamos os *tweets* publicados na campanha *hashtag* #PrimeiroAssédio, uma ação política que se iniciou no site de rede social Twitter, na qual o testemunho foi o principal recurso para mobilizar dezenas de milhares de pessoas a participar da luta feminista contra a naturalização do assédio sexual no Brasil. Esta análise fundamentou-se na perspectiva da teoria do reconhecimento, defendida pelo filósofo Axel Honneth. O nosso estudo parte de uma premissa mais ampla de que estamos diante de um processo de politização da esfera íntima, que já era característico do movimento feminista desde a década de 1960, mas que se intensifica na contemporaneidade com a conformação da sociedade conectada em rede. O principal objetivo da presente pesquisa foi compreender como os relatos das experiências pessoais, ao tornar públicos os conflitos de ordem privada, podem atuar como dispositivos comunicacionais nas ações políticas digitalmente mediadas, estimulando o engajamento do sujeito contemporâneo à ação coletiva.

Palavras-chave: Narrativas Pessoais. Ciberativismo. #PrimeiroAssédio. Reconhecimento.



## ABSTRACT

NEVES, Gláucia Salvador. **Personal narratives as political action on social online networks**: the case of hashtag #Primeiro Assédio. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Narratives in the first person with denunciations of situations of suffering and injustice seem to present themselves today with communicative force in the online environment, by stimulating the rapid and expressive engagement of internauts in causes defended by certain social groups. In order to understand this phenomenon, we have analyzed the tweets published in the hashtag #PrimeiroAssedio campaign, a political action that began on the social networking site Twitter, in which personal narrative was the main resource to mobilize tens of thousands of people to participate in the feminist struggle against the naturalization of sexual harassment in Brazil. This analysis was based on the perspective of the theory of recognition, defended by the philosopher Axel Honneth. Our study starts from a broader premise that we are facing a process of politicization of the intimate sphere, which was already characteristic of the feminist movement since the 1960s, but that intensifies in the contemporaneity with the conformation of the networked society. The main objective of this research was to understand how the reports of personal experiences, when making private conflicts public, can act as communicational devices in the digitally mediated political actions, stimulating the engagement of the contemporary subject to collective action.

Keywords: Personal Narratives. Cyber-Activism. #PrimeiroAssédio. Recognition.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Primeito tweet Juliana Faria.....	20
Figura 2 - Manifestação de Mulheres contra o PL 5069.....	22
Figura 3 - Capa: A Primavera das Mulheres .....	23
Figura 4 - Tweet que deu início ao movimento #MeToo .....	24
Figura 5 – Capa Personalidade do Ano.....	24
Figura 6 – Campanha da Prefeitura de Porto Alegre .....	35
Figura 7 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	92
Figura 8 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	92
Figura 9 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	93
Figura 10 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	93
Figura 11 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	93
Figura 12 – Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	94
Figura 13 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	94
Figura 14 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	94
Figura 15 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	94
Figura 16 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	95
Figura 17 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	95
Figura 18 – Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	95
Figura 19 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	95
Figura 20 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	96
Figura 21 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	96
Figura 22 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	97
Figura 23 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	97
Figura 24 - Tweete da campanha #PrimeiroAssédio.....	97
Figura 25 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	98
Figura 26 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	98
Figura 27 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	98
Figura 28 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	98
Figura 29 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	98
Figura 30 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	99
Figura 31 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	99

Figura 32 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	99
Figura 33 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	100
Figura 34 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	100
Figura 35 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	100
Figura 36 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	100
Figura 37 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	100
Figura 38 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	100
Figura 39 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	101
Figura 40 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	101
Figura 41 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	102
Figura 42 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	102
Figura 43 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	102
Figura 44 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	102
Figura 45 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	103
Figura 46 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	103
Figura 47 – Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	103
Figura 48 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	103
Figura 49 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	106
Figura 50 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	106
Figura 51 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	106
Figura 52 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	106
Figura 53 – Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	106
Figura 54 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	107
Figura 55 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	107
Figura 56 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	107
Figura 57 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	107
Figura 58 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	107
Figura 59 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	108
Figura 60 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	108
Figura 61 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	108
Figura 62 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	108
Figura 63 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	108
Figura 64 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	109
Figura 65 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	109

Figura 66 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	109
Figura 67- Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	109
Figura 68- Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	110
Figura 69 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	110
Figura 70 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	110
Figura 71- Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	110
Figura72 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	110
Figura 73 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	112
Figura 74 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	112
Figura 75 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	112
Figura 76 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	112
Figura 77 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	114
Figura 78 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	114
Figura 79 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	115
Figura 80 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	115
Figura 81 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	116
Figura 82 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	116
Figura 83 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	116
Figura 84 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	116
Figura 85 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	117
Figura 86 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	117
Figura 87 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	118
Figura 88 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	118
Figura 89 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio.....	118

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Testemunhos.....	88
Tabela 2 – Reação Feminina.....	88
Tabela 3 – Reação Masculina .....	89

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1	<b>O CASO #PRIMEIROASSÉDIO E O MOVIMENTO FEMINISTA</b> .....	19
1.1	<b>O caso #PrimeiroAssédio</b> .....	19
1.2	<b>A primavera das mulheres: uma nova onda do feminismo?</b> .....	22
1.3	<b>O pessoal é político: a politização da esfera íntima</b> .....	28
1.4	<b>Assédio sexual - definições em disputa</b> .....	33
2	<b>NARRATIVAS DE SI E DO SOFRIMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO</b> .....	39
2.1	<b>O sujeito que se narra: da interioridade à visibilidade</b> .....	39
2.2	<b>O sujeito que narra a sua dor</b> .....	44
2.2.1	<u>Da confissão ao testemunho</u> .....	44
2.2.2	<u>Da política da piedade à política da vítima</u> .....	48
3	<b>A POLITIZAÇÃO DA ESFERA ÍNTIMA NAS LUTAS CONTEMPORÂNEAS</b> .....	53
3.1	<b>Reconhecimento: engajamento político a partir de conflitos pessoais</b> .....	55
3.1.1	<u>Reconhecimento em Debate</u> .....	61
3.2	<b>Narrativas de si: ponte semântica para a ação coletiva</b> .....	63
3.3	<b>Ativismo digital</b> .....	70
3.3.1	<u>A expansão da esfera privada na prática da cidadania</u> .....	70
3.3.2	<u>Ação coletiva e ação conectiva</u> .....	72
3.3.3	<u>Comunicação personalizada</u> .....	74
3.3.3.1	Micronarrativas .....	74
3.3.3.2	A <i>hashtag</i> como slogan .....	77
4	<b>“QUE HORRÍVEL UM MUNDO ONDE É NECESSÁRIO CRIAR UMA HASHTAG PRA EXIGIR RESPEITO”</b> .....	81
4.1	<b>Perspectivas da análise empírica</b> .....	82
4.1.1	<u>Perspectiva relacional</u> .....	82
4.1.2	<u>Perspectiva contextual</u> .....	83
4.2	<b>Procedimentos de coleta de dados</b> .....	84
4.3	<b>Procedimentos analíticos</b> .....	86
4.3.1	<u>Categorização</u> .....	87

4.3.1.1	Categoria 1- Testemunhos / Denúncia .....	87
4.3.1.2	Categoria 2 - Reação Feminina .....	88
4.3.1.3	Categoria 3 - Reação masculina.....	89
4.4	<b>Análise dos tweets #PrimeiroAssédio</b> .....	90
4.4.1	<u>Elementos da enunciação</u> .....	91
4.4.2	<u>Dimensões do reconhecimento</u> .....	104
4.4.3	<u>Funções políticas do testemunho</u> .....	111
4.4.4	<u>Análise geral</u> .....	118
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	121
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	127

## INTRODUÇÃO

Um relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer um movimento. Ele o faz. Pode-se, portanto, compreendê-lo ao entrar na dança.

*Michel de Certeau*

Narrativas na primeira pessoa com denúncias de situações de sofrimento e injustiça, no ambiente *on-line*, vêm demonstrando força política ao estimular o engajamento rápido e expressivo de internautas em causas defendidas por determinados grupos sociais. São relatos individuais sobre experiências vividas como vítimas de assédio ou de abuso sexual, testemunhos sobre episódios de preconceito experimentados dentro de universidades ou ainda narrativas pessoais sobre situações de racismo e homofobia sofridos no dia-a-dia que, ao serem publicados e compartilhados, de forma conjunta e massiva, nos Sites de Redes Sociais<sup>1</sup>, ganham a dimensão de uma efetiva ação coletiva.

Para entender melhor este fenômeno, que nos parece característico da sociedade contemporânea conectada, escolhemos como nosso objeto de estudo uma ação política em que a narrativa na primeira pessoa foi o principal recurso para mobilizar dezenas de milhares de pessoas em poucos dias e que, por isso, teve grande repercussão no Brasil: a campanha *hashtag* #PrimeiroAssédio.

Criada pelo coletivo feminista Think Olga, em outubro de 2015, a campanha #PrimeiroAssédio levou milhares de pessoas (a grande maioria mulheres) a expor, no site de rede social Twitter, suas experiências sobre a primeira vez em que sofreram algum tipo de assédio sexual. A mobilização aconteceu após uma criança de doze anos, participante de um programa televisivo de *reality show*, ser vítima de comentários de teor sexual na internet. Segundo pesquisas feitas pelo coletivo, em

---

<sup>1</sup> As autoras Boyd, D. & Ellison, N (2007) definem Site de Rede Social como ferramenta *on-line* que provê os usuários com três elementos: a construção de um perfil público ou semipúblico, a publicização das suas redes sociais e a navegação por dentro dessas redes por outras pessoas.



menos de uma semana, a *hashtag* #PrimeiroAssédio já contava com 89 mil *tweets*, alcançando o *Trending Topics*<sup>2</sup> do mês de outubro (THINK OLGA, 2017).

O nosso estudo parte de uma premissa mais ampla de que estamos diante de um processo de politização da esfera íntima, que já era característico do movimento feminista desde a década de 1960, mas que se intensifica na contemporaneidade com a conformação da sociedade conectada em rede. Experiências particulares, questões de foro íntimo e aspectos das esferas da afetividade e da sexualidade passam a ser cada vez mais temas da esfera pública. O pessoal torna-se político mais facilmente, nos parece, nas ações digitalmente mediadas, quando a comunicação se dá de forma individualizada e personalizada, através de estratégias discursivas como as narrativas na primeira pessoa.

O principal objetivo da presente pesquisa foi analisar como os relatos das experiências pessoais, ao tornarem públicos os conflitos de ordem privada, podem atuar como dispositivos comunicacionais nas ações políticas digitalmente mediadas, estimulando o engajamento do sujeito contemporâneo ao ativismo digital. Para tal intento, nos baseamos no caso concreto da ação #PrimeiroAssédio, de forma a identificar os recursos comunicativos presentes nos testemunhos publicados com a referida *hashtag*, que foram capazes de mobilizar novos participantes, não habitualmente acostumados a se envolver em causas coletivas.

O interesse pelo tema se deu por um longo percurso em basicamente três etapas: iniciou-se com uma preocupação profissional com o uso indiscriminado de dados privados para estratégias de marketing, expandiu-se pelo questionamento do significado de privacidade para o sujeito contemporâneo e, nestas buscas, acabei observando diversas ações de narrativas confessionais com conotação política nas redes digitais, no momento exato em que me encontrava desperta para as questões políticas do país e do mundo.

Cabe aqui ressaltar que na fase final desta dissertação, em novembro de 2017, um novo movimento feminino contra o assédio sexual a partir de relatos pessoais, porém de caráter global, ganhou projeção e destaque – o #MeToo –, nos dando maior confiança de que estamos diante do fenômeno da politização da esfera íntima, específico do nosso tempo, que demanda uma compreensão mais

---

<sup>2</sup> *Trending Topics* ou TT's é uma ferramenta que possibilita o agrupamento de postagens por tópicos na rede. Consiste em uma lista em tempo real das palavras mais postadas no Twitter em todo o mundo. São válidos para essa lista as tagtemas e nomes próprios.

aprofundada. Espera-se, portanto, com esta pesquisa, contribuir com os diversos estudos sobre Comunicação e Política, tanto no âmbito nacional como internacional, reconhecendo a relevância das discussões sobre democracia participativa no contexto digital e seu impacto nas transformações da sociedade.

Para uma reflexão teórica que contribuísse para os nossos objetivos, mobilizamos autores e bibliografias concentrados em cinco grandes temas: o movimento feminista; as narrativas de si e do sofrimento como constituintes do sujeito contemporâneo; luta por reconhecimento; testemunho como estratégia discursiva política e cidadania na era digital.

Os temas do feminismo e das narrativas de si foram abordados, respectivamente, no primeiro e segundo capítulos desta dissertação, e buscam explicar as condições que possibilitaram emergir uma ação como a #PrimeiroAssédio. Procurou-se seguir, assim, a premissa foucaultiana que considera o momento da enunciação como ponto fundamental para a análise de qualquer discurso ou narrativa.

Portanto, para entender o engajamento na ação #PrimeiroAssédio, foco do nosso estudo, nos pareceu relevante compreender primeiramente como a campanha iniciada pela ONG feminista Think Olga se encaixa no movimento mais amplo do feminismo contemporâneo, especialmente no Brasil. Temos em mente que a irrupção súbita e massiva dos relatos com a *hashtag*, formando uma efetiva ação coletiva, nas redes sociais, contra a naturalização do assédio sexual, somente foi possível ocorrer por estar atravessada pelas transformações da posição do gênero feminino nos diversos espaços sociais nas últimas décadas, resultantes das diversas lutas promovidas pelo(s) feminismo(s) (MIGUEL & BIROLI, 2014; MATOS 2010, PINTO 2003).

Além das lutas feministas, entendemos que a emergência dos testemunhos do #PrimeiroAssédio também está relacionada a profundas mudanças sociais que impactaram na forma do sujeito contemporâneo estar no mundo, em que a visibilidade passou a ser um aspecto fundamental das sociedades ocidentais. Narrar a si mesmo e narrar o seu sofrimento no espaço público tornaram-se constitutivos deste sujeito do nosso tempo. Para nos ajudar a refletir sobre estas profundas mudanças abordaremos, no segundo capítulo desta dissertação, as diferentes perspectivas de autores que desenvolveram estudos sobre a subjetividade

contemporânea (GIDDENS, 2002; HALL, 2014; TAYLOR, 1997) e sua relação com as narrativas de si (ARFUCH, 2010; SIBILIA, 2008; VAZ, 2011, 2014).

No terceiro capítulo, nos aproximamos de autores da Filosofia e da Ciência Política para uma compreensão mais ampla dos motivos que levam milhares de indivíduos a se engajarem em uma causa coletiva, como a luta contra o assédio sexual promovida pela campanha do coletivo Think Olga, sobretudo no contexto de uma sociedade marcada pelo individualismo e pela hiperconectividade, que parecem impactar as formas tradicionais do ativismo político e da prática da cidadania. Buscamos refletir como as “lutas por reconhecimento”, como é o caso do movimento feminista, e a comunicação baseada em testemunhos adequam-se ao atual contexto do ciberativismo.

Para isso, na primeira parte deste capítulo, recorreremos a um conjunto de conceitos da Filosofia Política denominado “Teoria do Reconhecimento”, cujo expoente máximo é o filósofo alemão Axel Honneth, de fundamental importância para nos apontar caminhos para entender porque as pessoas, em determinadas situações de conflito, passam a questionar comportamentos naturalizados pela sociedade - como o assédio sexual - e a agir coletivamente contra essa prática. Ao utilizar o termo “luta por reconhecimento”, Honneth (2003) refere-se a uma dinâmica coletivamente estruturada que busca instaurar uma nova gramática das relações sociais, ao que ele também chama de uma “semântica coletiva”. Sugerimos, nesta pesquisa, o entendimento de que os testemunhos de diversas vozes individuais, unidos contra situações de opressão e desrespeito, poderiam constituir a “semântica coletiva” proposta por Honneth.

Ainda neste terceiro capítulo, buscamos dialogar com algumas teorias sobre a estratégia discursiva das narrativas pessoais nas lutas políticas (BLACK, 2008; POLLETTA, 1998, 2004; YOUNG, 2002) e mobilizamos autores contemporâneos que têm atualizado o debate sobre política e internet (BENNETT & SEGERBERG, 2015; BIMBER et al, 2012; PAPACHARISSI, 2010), trazendo à tona a questão da redefinição das fronteiras entre as esferas pública e privada no ambiente *on-line* e as discussões sobre os efeitos das tecnologias de comunicação nas práticas de cidadania, que apresenta uma tendência a formas mais atomizadas de participação política.

No capítulo quatro, apresentaremos a parte empírica do nosso estudo, primeiramente evidenciando o tratamento conceitual que nos guiou nas análises do

material extraído, as escolhas metodológicas e o recorte do material. Tendo em mente que o objetivo da pesquisa empírica é evidenciar o modo de acionamento dos testemunhos que circularam no ambiente digital durante o movimento #PrimeiroAssédio, desenvolvemos alguns procedimentos capazes de dar conta de nosso problema de pesquisa. Procuramos fazer uma análise das narrativas e das mensagens publicadas com a *hashtag* #PrimeiroAssédio, com base principalmente na análise do discurso mas fazendo uma aplicação de forma mais abrangente, encampando diversos caminhos metodológicos, como a combinação das noções da teoria do reconhecimento e as funções políticas do testemunho. Trata-se, em suma, de uma análise qualitativa de conteúdo discursivo, regida pelos conceitos que orientam nossa questão.

## 1 O CASO #PRIMEIROASSÉDIO E O MOVIMENTO FEMINISTA

O ponto de partida do presente estudo, conforme exposto na Introdução deste trabalho, foi a percepção de que as narrativas pessoais parecem ganhar força como estratégia discursiva em diversas ações políticas no ambiente *on-line*, tornando-se um recurso importante para estimular a participação e o engajamento de dezenas de milhares de pessoas, através da publicação e do compartilhamento dos seus testemunhos, como aconteceu na campanha #PrimeiroAssédio, liderada pelo coletivo feminista Think Olga, em outubro de 2015.

Para melhor compreensão deste suposto fenômeno, iniciaremos nossa reflexão, neste primeiro Capítulo, com a apresentação do nosso objeto de estudo, a ação #PrimeiroAssédio, buscando contextualizá-lo no panorama maior do movimento feminista contemporâneo. Neste processo, pudemos perceber a complexidade do feminismo (ou dos diversos feminismos) e como este movimento, já na década de 1960, antecipou estratégias políticas que identificamos na atual fase do ativismo digital, ao aproximar o pessoal do político, o indivíduo do coletivo, o particular do universal, o privado do público, renegociando conceitos e noções sobre a separação das esferas, tão caro ao liberalismo político e às teorias democráticas.

### 1.1 O caso #PrimeiroAssédio

Na noite do dia 21 de outubro de 2015, tomou corpo a mobilização *on-line* #PrimeiroAssédio em apoio a uma adolescente de doze anos, que havia sido alvo de comentários de cunho sexual na internet durante sua participação em popular *reality show* de culinária, transmitido por um canal brasileiro de TV. O grupo feminista Think Olga foi responsável por criar, então, a *hashtag* #PrimeiroAssédio e publicar no site de rede social Twitter os primeiros relatos sobre assédios sexuais na fase da infância e adolescência, estimulando, assim, os internautas a compartilharem também suas histórias particulares de primeiros assédios. O objetivo era mostrar que o caso da adolescente do *reality show* não era isolado: o assédio sexual contra

menores, principalmente mulheres, constitui-se uma prática comum e naturalizada na nossa sociedade.

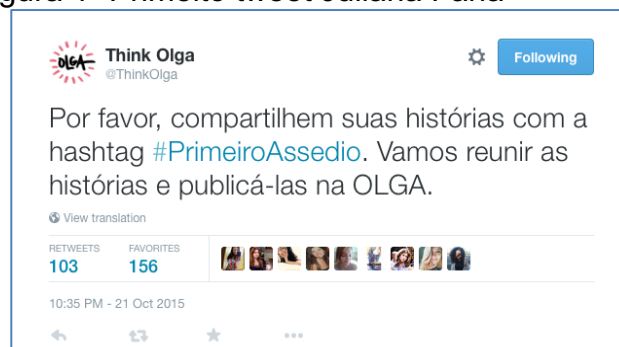
Juliana Faria, jornalista e fundadora da ONG Think Olga, que teve a iniciativa de publicar a *hashtag*, em entrevista ao portal “São Paulo”<sup>3</sup> em novembro de 2015, explicou que, ao se deparar com os comentários direcionados à adolescente participante do programa, lembrou-se de sua experiência como palestrante em um evento TED-X. Na ocasião, ao contar sobre o seu primeiro assédio, foi questionada sobre a veracidade da sua história. Por isso, na noite do dia 21, seu primeiro *post* sobre o assunto foi publicado com o seguinte conteúdo: “Quando eu contei sobre meu primeiro assédio algumas pessoas não acreditaram. Está aí pra vocês verem como a sexualização de meninas é verídica e normatizada. Não à toa os caras não tiveram nenhuma vergonha ou medo de escrever aqueles *tweets*”.

A partir desta publicação, ela começou a apontar outros casos de assédio sexual contra crianças e adolescentes sobre os quais ela tinha conhecimento, o que estimulou muitas pessoas de sua rede social a publicar os casos semelhantes que haviam vivenciado, como relembra a ativista:

Passei a tarde inteira dando retweet enlouquecidamente. Chegou um momento em que eu já não tinha mais mão e propus que centralizássemos todos os *tweets* com a *hashtag* #PrimeiroAssédio para que eu pudesse então ter contato com todos os casos e tirar dados, guardar as histórias. Foi aí, no final dessa tarde, no dia seguinte ao Master Chef, que rolou a *hashtag* que bombou porque todo mundo quis participar (Portal São Paulo, 2015).

Abaixo, na Figura 1, o *tweet* citado por Juliana Faria incentivando a publicação dos relatos com a *hashtag* #PrimeiroAssédio:

Figura 1- Primeiro *tweet* Juliana Faria



Fonte: Portal São Paulo, 2015.

<sup>3</sup> Portal “São Paulo”: entrevista publicada em 2015. Disponível em: <http://saopaulosao.com.br/nossas-pessoas/877-primeiroassedio-e-preciso-cortar-comportamentos-machistas-em-rodas-de-homens.html#> Acesso em: 10 dezembro 2017

Em menos de quatro dias, a *hashtag* foi replicada mais de 82 mil vezes, entre *tweets* e *retweets* (THINK OLGA, 2017), com diferentes relatos individuais sobre as primeiras experiências de assédio. Devido à reverberação da campanha nas redes sociais, a ação acabou por se tornar pauta de matérias jornalísticas dos principais veículos da grande mídia, incluindo versões brasileiras de portais estrangeiros como BBC Brasil<sup>4</sup> e Brasil El País<sup>5</sup> e chegando até à imprensa internacional com publicações no The Guardian<sup>6</sup> e Washington Post<sup>7</sup>, o que ampliou significativamente o público a tomar conhecimento da mobilização.

Ao analisar 3.111 mensagens, o coletivo Think Olga constatou que a idade média do primeiro assédio dos participantes da campanha era de 9,7 anos e que, em 65% dos casos, o abuso foi cometido por pessoas conhecidas (THINK OLGA, 2017).

O grande número de participantes postando relatos das experiências vividas, ou simplesmente compartilhando a *hashtag* nos sites de redes sociais, e a velocidade do engajamento, somados à repercussão da campanha na mídia tradicional, se não sensibilizaram a sociedade sobre a naturalização do assédio sexual contra menores, no mínimo, inseriram o tema no debate público.

A campanha #PrimeiroAssédio não foi a única baseada em relatos para sensibilizar a opinião pública sobre a prática machista do assédio sexual realizada pelo coletivo Think Olga. Dois anos antes, em 2013, quando a jornalista Juliana Faria decidiu criar o *blog* feminista, foi lançada a campanha “Chega de Fiu Fiu”, com o objetivo de lutar contra o assédio sexual em locais públicos. A iniciativa teve como frutos a concepção de um mapa colaborativo para denúncias de situações de violência de gênero e a idealização de um documentário - todo este material também baseado em relatos de experiências pessoais.

---

<sup>4</sup> Disponível em <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151022\\_assedio\\_salasocial\\_masterchef\\_rm](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151022_assedio_salasocial_masterchef_rm)> Acesso em: 10 agosto 2017

<sup>5</sup> Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917\\_555272.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917_555272.html)> Acesso em: 10 agosto 2017

<sup>6</sup> Disponível em <<https://www.theguardian.com/global-development/2015/nov/11/brazil-explicit-tweets-junior-masterchef-star-online-campaign-against-abuse-sexual-harassment>> Acesso em: 10 agosto 2017

<sup>7</sup> Disponível em <[https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/11/06/men-tweeted-creepy-things-about-a-brazilian-girl-on-masterchef-junior-heres-how-brazilian-women-fought-back/?postshare=1201446984166980&utm\\_term=.bae6028e9ed8](https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/11/06/men-tweeted-creepy-things-about-a-brazilian-girl-on-masterchef-junior-heres-how-brazilian-women-fought-back/?postshare=1201446984166980&utm_term=.bae6028e9ed8)> Acesso em: 10 agosto 2017

## 1.2 A primavera das mulheres: uma nova onda do feminismo?

É importante ressaltar que as campanhas “#PrimeiroAssédio” e “Chega de Fiu-Fiu” e o próprio coletivo Think Olga surgem em meio a uma onda de efervescência do feminismo, na qual não se pode ignorar o papel das mídias, sobretudo as que se desenvolvem no ambiente *on-line*, como espaço central para a discussão e reflexão das diversas questões feministas abordadas pelo movimento.

O ano de 2015, em que aconteceu a campanha do #PrimeiroAssédio, foi marcado por outras ações feministas no Brasil de grande repercussão na internet, como o lançamento do *blog* #AgoraÉQueSãoElas que aborda temas como política, cotidiano e cultura narrados do ponto de vista feminino e feminista, e que nasce do movimento de mesmo nome, em que colunistas homens cederam seus espaços a mulheres em jornais e *blogs*. No mundo *off-line*, as manifestações das mulheres contra o projeto de lei 5069, de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que dificultaria o acesso ao aborto legal no país, tomaram as ruas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife entre o final de outubro e o início de novembro (Figura 2). O conjunto destes movimentos, incluindo a mobilização #PrimeiroAssédio, ficou conhecido como “Primavera feminista” ou “A Primavera das Mulheres”, como mostra a capa da Revista Época de novembro de 2015 (Figura 3), em alusão aos protestos da “Primavera Árabe” que culminaram na desestabilização de alguns governos do Oriente Médio.

Figura 2 - Manifestação de Mulheres contra o PL 5069



Foto: Rovená Rosa (Agência Brasil)

Fonte: Brasil El País, 2015



Figura 3 - Capa: A Primavera das Mulheres



Fonte: Revista Época, 2015

Desde então, diversas *hashtags* de cunho feminista têm se proliferado no ambiente *on-line*, a maior parte delas estimulando ou apoiando denúncias de assédio sexual. Entre elas: #MeuAmigoSecreto (novembro de 2015), com relatos de assédios cometidos por amigos e pessoas próximas mas mantendo-se o anonimato do assediador; #MexeuComUmaMexeuComTodas, (março de 2017), um movimento de apoio à figurinista da TV Globo que denunciou num *blog* feminista episódios frequentes de assédio por parte de ator famoso da rede televisiva; além das *hashtags* #EuViviUmRelacionamentoAbusivo e #MasEleNuncaMeBateu que começaram a circular em abril de 2017 em apoio à participante do *reality show* Big Brother Brasil, que sofreu violência física e moral do namorado (também participante do programa), transmitida ao vivo pela cadeia televisiva para todo o país.

Não poderíamos deixar de citar aqui o caso com maior repercussão global do movimento de mulheres se posicionando contra a cultura do assédio através de relatos nas redes sociais: o movimento #MeToo. Aconteceu nos EUA, no final de 2017, com a participação de dezenas de atrizes de Hollywood, a princípio, acusando o produtor norte-americano da indústria cinematográfica Harvey Weinstein de assédio e abuso sexual, além de estupro, ao longo de décadas. A ação se deu de forma bem parecida com o movimento #PrimeiroAssédio no formato (relatos pessoais das situações de assédio e abuso), na estratégia inicial (uma pessoa influente em determinado grupo incentivando a participação de membros de sua rede social, neste caso a atriz Alyssa Milano – figura 4) e na divulgação intensa da mobilização pela mídia tradicional.

Figura 4 - Tweet que deu início ao movimento #MeToo



Fonte: BBC Brasil, 2017

A forte mobilização (em dois dias, mais de duzentas mil mensagens haviam sido publicadas com a *hashtag* #MeToo) e o caráter global da campanha ampliaram as denúncias para diversos outros homens poderosos, não apenas de Hollywood, mas também políticos e executivos de grandes empresas do mundo inteiro, fazendo com que muitos deles perdessem seus cargos e contratos de trabalho. O abalo nas estruturas de poder do mundo masculino causado pelo movimento #MeToo foi tão grande e intenso, que a revista americana Time dedicou sua tradicional capa de Personalidade do Ano, publicada na última semana de 2017, às mulheres que resolveram quebrar o silêncio contra a cultura do assédio, denominadas pelo periódico de “The Silent Breakers” (“As que romperam o silêncio”, em tradução livre).

Figura 5 – Capa Personalidade do Ano



Fonte: Time, 2017

Acreditamos que para entender a atual emergência destes movimentos contra o assédio sexual, com base em testemunhos nas redes sociais digitais, é necessário compreender, antes de tudo, como eles se encaixam na trajetória do feminismo.

O feminismo hoje pode ser entendido como um movimento múltiplo, globalmente disperso e culturalmente localizado, a ponto de se reconhecer a existência de diversos *feminismos*. Segundo os cientistas políticos Luis Fernando Miguel e Flávia Birolli (2014), autores do livro *Feminismo e Política*, existe um certo senso comum que aponta a luta feminista como superada, devido ao real aumento da participação das mulheres em diversas arenas da sociedade (mesmo em países de forte cultura patriarcal como o Brasil). No entanto, eles ressaltam que ainda persistem limites à igualdade de oportunidades e formas de opressão e dominação que continuam estimulando as lutas e os debates contemporâneos.

O movimento vem se expandindo há dois séculos com base em uma plataforma comum: a denúncia da dominação masculina e a afirmação da igualdade intelectual e moral entre os gêneros. Em sua trajetória, percebe-se a configuração de diferentes momentos e demandas de luta que estão relacionadas às transformações socioculturais. A maioria dos estudiosos aponta a existência de duas grandes fases ao longo de duzentos anos de luta pelos direitos das mulheres, com características bem marcadas. Porém, estudos como o de Celi Regina Pinto, autora do livro *Uma história do feminismo no Brasil* (2003), têm apontado a divisão do movimento feminista no Brasil em três grandes ondas<sup>8</sup>.

A primeira onda englobaria o período que vai do final do século XIX até o término da Segunda Guerra Mundial e configuraria um feminismo demarcado pela luta por direitos ao voto, à educação, ao ingresso em carreiras consideradas masculinas e a condições mais justas de trabalho.

O período de efervescência política e cultural da década de 1960 deflagra o início da produção teórica e a força da prática militante do movimento sob o escopo do feminismo radical. A frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, que abre o segundo volume do livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, publicado em pela primeira vez em 1949, é considerada o ponto de partida dessa segunda onda

---

<sup>8</sup> A periodização do feminismo em ondas vem sendo contestada por diversos motivos, entre eles o de produzir uma valoração normativa gerando uma equivocada ideia de progresso e perda. Para Gomes e Sorj (2014), o uso da noção de ondas implica omissões e exclusões de muitas expressões do feminismo que não se enquadram nos critérios definidos como dominantes em cada onda. Adotamos a divisão em ondas no presente trabalho por compreender que o nosso estudo enfatiza determinadas diferenças bem marcadas que caracterizariam a terceira onda.

do feminismo, que passou a abranger questões como a repressão à sexualidade e a objetificação da mulher. No Brasil, esta fase se confunde com a militância política por redemocratização como explica a especialista nos estudos sobre questão de gêneros Marlise Matos:

Esta segunda onda caracterizou-se, no Brasil e nos demais países latino-americanos, então, como uma resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, em uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer (2010, p.68).

A *terceira onda*, ou feminismo contemporâneo, é assinalada pelas vertentes que surgem a partir do final da década de 1980 até a atualidade e se caracteriza pelo alastramento do movimento pelo mundo enquanto filosofia política, pela definição heterogênea das opressões e da proliferação de diversas categorias identitárias de mulheres, institucionalização e forte produção acadêmica.

Nesta terceira onda, ou como preferimos, no feminismo contemporâneo reconhece-se (LEAL, 2016; TOMAZETTI, 2015; URETA 2005) o papel central ocupado pela mídia, não apenas como um espaço para a circulação da multiplicidade de discursos que estão sendo construídos, mas também como cenário de formação, discussão e reflexão – em especial, as mídias digitais.

A relevância dos espaços comunicacionais para o movimento torna-se mais clara quando se compreende o aspecto reflexivo do feminismo:

[...] mais do que um movimento social, o feminismo deve ser ponderado como um sistema de ideias e ideais de transformação baseados na oposição da assimetria e opressão de gênero mediante ações mobilizadoras. Portanto, uma de suas características basilares é ser um movimento que produz ele próprio sua reflexão e teoria (TOMAZETTI, 2015, p. 490)

Devido à necessidade de se construir com um discurso próprio, provocar mudanças e estimular as mulheres a ocupar lugares de poder e de fala, o movimento feminista passa a organizar sistematicamente os seus espaços de comunicação, aponta Pinto (2003). Compreende-se, assim, porque a expansão do discurso feminista acompanha a expansão dos meios de comunicação. Desde cedo, o movimento feminista reconheceu o lugar de importância paradoxal ocupada pelos meios de comunicação na sociedade: tanto como fonte para visibilidade e projeção das mulheres, quanto como mantenedor da ordem da dominação masculina através das representações e estereótipos de gênero.

Mas foram as tecnologias digitais que possibilitaram ao feminismo um lugar de práticas e expressões coletivas antes desconhecidas, com novas significações, criando espaços alternativos de visibilidade, nos quais as mulheres poderiam se tornar protagonistas ao converterem-se no papel de produtoras de conteúdo. Nos anos de 1990, diversos grupos feministas se lançam, então, na disputa pelo terreno comunicativo da internet. A presença do feminismo no ambiente digital acaba por situar internacionalmente o movimento, pela construção de laços solidários entre mulheres e feminismos de todo o mundo (URETA, 2005).

No Brasil, o feminismo está presente em sites, blogs, fóruns e redes sociais digitais. Além do Think Olga, foco do nosso estudo, figuram entre os principais blogs feministas o *Blogueiras feministas*, o *Escreva Lola Escreva* e o *Lugar de Mulher*. O site brasileiro da *Marcha Mundial das Mulheres (MMM)* ocupa um lugar de destaque por constituir um espaço de auto-organização do movimento que aproxima ações do *on-line* e *off-line* reunindo informações, conteúdo e agenda das marchas da mulher pelo mundo, “formando uma rede global de redes de movimentos, identidades plurais, radicalizando a democracia, a partir dos níveis locais, regionais, nacionais, até os transnacionais, na direção de uma cidadania que se propõe planetária” (MATOS, 2010, p. 87).

Os sites de rede social como Facebook, Twitter, Instagram, Tumblr, entre outros, possuem em suas redes “nós”<sup>9</sup> feministas com múltiplas abordagens: de organização ativista; de reflexão; de conteúdo irônico e provocativo; de prática institucional e de movimentos mundiais (TOMAZETTI, 2015). Desta forma, se arquitetam redes de comunicação que refletem sobre as questões de gênero na internet e fora dela, nas quais as relações entre conteúdos produzidos em *blogs*, sites e redes sociais (*on-line* e *off-line*) passam a ampliar a agenda e conformar táticas de organização política, com base em redes policêntricas<sup>10</sup>, configuradas a partir de muitos diferentes líderes e centros de direção.

É neste cenário que muitos grupos de mulheres e ativistas feministas têm utilizado hoje a plataforma interacional da internet para criar redes de suporte,

---

<sup>9</sup> **Nós:** as pesquisas sobre mídias digitais e redes sociais utilizam-se da representação de nós e ligações para estruturar visualmente o modelo de relacionamento entre os utilizadores da rede.

<sup>10</sup> **Redes Policêntricas:** conceito trabalhado por Gerlach, que estudou os movimentos sociais dos EUA e propõe que as redes são segmentadas e policêntricas: “[...] por policêntrica, quero dizer que ela tem muitos diferentes líderes ou centros de direção [...]” (GERLACH in JOHNSON; COVELLO, 1987, p. 103-145, p. 115)

denunciar problemas como o assédio sexual, discutir política feminista, criar espaços de expressão de si e da sexualidade e lutar contra injustiças sociais, lançando mão de estratégias comunicativas, como a campanha #PrimeiroAssédio, para mobilizar indivíduos e grupos de mulheres a agir no nível micropolítico.

Apesar da relevância da mídia - em especial dos espaços digitais de comunicação - na atual fase do movimento, é importante ressaltar que ela não está desvinculada do mundo *off-line*. A comunicação digital está articulada ao processo de maior organização institucional do movimento com a estruturação de ONGs e coletivos focados nas causas feministas e com a constante realização de congressos, debates e fóruns que promovem o aprofundamento da reflexão sobre as questões de desigualdade de gênero em diversos ambientes institucionais, além das marchas e passeatas em vias públicas que geram grande visibilidade.

### **1.3 O pessoal é político: a politização da esfera íntima**

Se por um lado a campanha #PrimeiroAssédio localiza-se na terceira onda do movimento, principalmente pela centralidade da comunicação digital para a mobilização, por outro lado, a bandeira do movimento - a luta contra o assédio sexual - retoma abordagens da segunda onda feminista, em que a sexualidade e o corpo foram politizados, trazendo novamente à tona as discussões dos limites entre as esferas do privado e do público. Procuramos aqui retomar esse debate por entender que as histórias privadas que irromperam no espaço público com a *hashtag* #PrimeiroAssédio recolocam a questão da “politização da esfera íntima” como estratégia central, não apenas para o movimento feminista contemporâneo, como também para o ativismo digital.

“O pessoal é político” passou a ser o slogan do movimento feminista desde os anos 1960, fase marcada pela politização dos espaços íntimos de opressão. A sexualidade, o corpo e o afeto foram politizados por meio de manifestações de testemunhos que permitiriam levar a público as perspectivas de mulheres, rompendo com aquelas situações que lhes roubam a voz, em um processo que objetivou, ao mesmo tempo, redefinir as regras do jogo e conscientizar as próprias mulheres sobre a naturalização da agressão masculina e a erotização da dominação que,

segundo MacKinnon (1987, apud BIROLI, 2014, p.42), são parte do cotidiano de mulheres e homens em sociedades organizadas por práticas e valores sexistas.

Por isso, privacidade e intimidade passaram a ser vistas, por algumas correntes do movimento, como um problema a ser enfrentado, já que o respeito à esfera privada estaria na realidade acobertando os abusos da dominação.

A dicotomia entre o privado e o público é uma questão central do movimento feminista. A crítica de algumas correntes do movimento é dirigida principalmente à separação e à oposição entre as esferas pública e privada, fundamentais na teoria e nas práticas liberais. Como explica a cientista política Chantal Mouffe:

[...] a distinção público/privado, central como foi para a afirmação da liberdade individual, também levou a identificar o privado com o doméstico e jogou um importante papel na subordinação da mulher” (MOUFFE, 1997, p.66).

No artigo “Críticas feministas à dicotomia público / privado”, a teórica política e feminista Carole Pateman (2013) explica que a doutrina do liberalismo – desenvolvida a partir do Estado liberal burguês e que se configura como a teoria social dominante na sociedade ocidental contemporânea - é ambígua em relação ao “público” e ao “privado”. Tal ambiguidade leva feministas e liberais a posições divergentes sobre onde e por que deve ser traçada a linha divisória entre as duas esferas ou, de acordo com certos argumentos feministas contemporâneos, ao questionamento se essa linha deve sequer ser traçada.

Segundo Pateman (2013), as feministas argumentam que o liberalismo é estruturado por relações patriarcais, bem como de classe, e que a dicotomia entre o privado e o público obscurece a submissão das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista defendida pelos liberais. Uma razão pela qual a exclusão passa despercebida é que a separação do público e do privado é apresentada na teoria liberal como se ela se aplicasse a todos os indivíduos da mesma maneira.

A base teórica para a separação liberal do público e do privado, como explica Pateman (2013), foi oferecida no *Segundo Tratado* de Locke. Segundo essa teoria, a esfera privada seria a da vida doméstica, da família, que é baseada em laços naturais de sentimento e de sangue. A esfera pública englobaria tudo que está fora da vida doméstica, e a participação do indivíduo nesta esfera seria regida por critérios universais, impessoais e convencionais de êxitos, interesses, direitos,

igualdade e propriedade. Uma consequência importante dessa concepção de público e privado é que na teoria liberal (na verdade, em quase toda a teoria política) conceitua-se e discute-se o mundo público, ou a sociedade civil, abstraída ou separada da esfera privada doméstica.

Mesmo na atualização das discussões ao longo do século XX, como na influente obra do filósofo alemão Habermas (edição original de 1962) sobre a formação da esfera pública burguesa<sup>11</sup>, a atenção teórica e prática, segundo Pateman, passou a se fixar exclusivamente na área pública, na sociedade civil — “no social” ou “na economia” — e se presumiu que a vida doméstica era irrelevante à teoria social e à política ou às preocupações dos homens de negócios. No prefácio à edição de 1990, Habermas reconhece que a crítica feminista “aguçou nossa percepção para o caráter patriarcal da própria esfera pública” (2011, p. 44).

Nancy Fraser (1990), teórica feminista estadunidense, ficou notabilizada internacionalmente por sua crítica contundente ao trabalho do filósofo alemão. Para Fraser, na oposição entre público e privado na teoria habermasiana, os papéis entre os sexos estariam sendo marcados diferenciadamente. Um dos pontos centrais na sua argumentação é de que o próprio trabalho doméstico das mulheres, ao permanecer não reconhecido e invisível, continuaria não sendo contado como uma efetiva contribuição para a reprodução dos sistemas estatal e econômico.

De fato, ao explicar a constituição, na sociedade ocidental europeia do século XVIII, de uma nova esfera privada que passa a abranger os negócios burgueses, Habermas não leva em consideração o papel da mulher:

Na medida em que a circulação de mercadorias ultrapassa as fronteiras da economia doméstica, a esfera da família conjugal se diferencia da esfera da reprodução social (...) O status de um homem privado combina o papel do possuidor de mercadorias com o de pai de família; o do proprietário com o de “ser humano” por se (HABERMAS, 2011, p. 138).

A crítica de Fraser se estende à concepção de Habermas de uma esfera pública nacional e homogênea, sem reconhecer os excluídos dos processos de

---

<sup>11</sup> Refere-se ao livro *Mudança estrutural da esfera pública* (2011), em que Habermas defende a gênese na sociedade ocidental do século XVIII de uma esfera de pessoas privadas que se reúnem em público para uma discussão mediante razões (Habermas, 2011, p.135). A esfera pública burguesa, segundo o autor, assumiu as funções políticas no campo de tensão entre Estado e sociedade, por isso servindo de base para as teorias democráticas contemporâneas.



deliberação pública<sup>12</sup> como as mulheres e as minorias étnicas. Habermas, na edição de 1990, reconhece que “a ambas as categorias foi negado participar de maneira ativa, com igualdade de direitos, na formação política da opinião e da vontade” (2011, p. 45). E ainda aponta que a mudança da esfera pública política aconteceu sem alterar o caráter patriarcal da sociedade como um todo e apenas no final do século XX as mulheres conquistaram a igualdade de cidadania e puderam lutar pela melhoria do seu *status* social.

Fraser argumenta ainda que o modelo de esfera pública desenvolvido por Habermas (2011) pressuporia uma separação rígida entre a sociedade civil e o Estado, o que nem sempre seria real ou mesmo desejável. As feministas têm enfatizado, por exemplo, que muitas circunstâncias pessoais são estruturadas por fatores públicos, como as políticas que regulam a reprodução (leis sobre direito ao aborto, programas para incentivo/controlar da natalidade); as leis que tentam reduzir a violência doméstica contra a mulher (no Brasil, com as promulgações das leis 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, e 13.104/15, que muda o código Penal e passa a incluir o feminicídio como crime hediondo); a legislação sobre uniões conjugais e divórcios e as políticas de atenção às crianças. Os problemas “pessoais”, portanto, só poderiam ser resolvidos por meios políticos e através da ação política.

Para Carole Pateman (2013), apesar do questionamento às bases universalistas da dicotomia público/privado, deve haver alguma distinção entre os aspectos pessoais e políticos da vida social, pois o fato da família ser um problema social é muito significativo. Para a teórica, “embora o pessoal não seja o político, as duas esferas são dimensões necessárias e inter-relacionadas de uma futura ordem social democrática feminista”. Da mesma forma, Flavia Biroli (2014) aponta que algum tipo de separação das esferas é necessário para garantir a autonomia dos indivíduos e seu direito à privacidade mas, ao mesmo tempo, deve-se considerar que a regulação legal das relações é essencial para proteger as mulheres.

Nancy Fraser (1990) alerta que a teoria social crítica deve olhar de modo atento para os termos “público” e “privado”, percebendo-os não apenas como a designação de esferas sociais, mas como classificações culturais e rótulos retóricos

---

<sup>12</sup> O termo deliberação, na teoria democrática, tem sido utilizado, segundo Avritzer: (2000, p.25) “com o significado de um processo no qual um ou mais agentes avaliam as razões envolvidas em uma determinada questão [...]; outros autores utilizam o termo tendo em vista o momento no qual o processo de tomada de decisão ocorre [...]”.

que apresentam consequências prático-políticas importantes para a democracia. Para Fraser, não deveria haver uma definição apriorística do que deve ou não ser tido como fora dos limites do público, pelo contrário, pois a democracia requer garantias de oportunidades para que as minorias possam convencer os demais de que o que não era público no passado, no sentido de ser uma questão relativa ao bem comum, pode agora passar a sê-lo.

Essa abordagem de Nancy Fraser alinha-se com a da autora feminista Joan Cohen, para quem o limite entre as duas esferas é bastante tênue e aberto às revisões e contestações. “É no interior de um discurso público generalizado que se produz em última instância a determinação do que deve ou não deve ficar sob a capa protetora dos direitos de privacidade” (COHEN, 2012, p.10). Partilhamos, cabe ressaltar, a direção adotada pelas duas autoras para desenvolver nosso pensamento sobre os testemunhos de assédio sexual que circulam no espaço público contemporâneo.

As indagações que nos parecem mais relevantes e, por isso mesmo, nos estimularam para o estudo de nosso objeto, surgiram exatamente da percepção de uma mudança em relação ao domínio do privado-público. A primeira pergunta que se coloca: por que as mulheres resolveram na ação #PrimeiroAssédio narrar e compartilhar histórias íntimas, tornar públicos acontecimentos pessoais, muitos deles ocorridos há mais de uma década? Por que muitas silenciaram por tanto tempo? O que mudou em relação a manter-se a privacidade de experiências íntimas, principalmente de sofrimentos, convertendo segredo em denúncia? Por que a sexualidade deixou de ser uma questão de foro íntimo para se tornar debate público? Mudou a noção de privacidade? Ou mudou a percepção de se fazer parte de uma esfera pública politizada? Há uma mudança sobre a compreensão da dominação masculina, ampliando os espaços geográficos em que esta dominação é exercida, que extrapola os espaços privados? Qual o papel das redes sociais digitais, ao proporcionar um ambiente de hiperconexão e abundância de informação, em todas essas mudanças? Elas também desestabilizam as esferas do público e do privado?

Tentaremos dar conta destas questões ao longo deste trabalho e o nosso primeiro passo é reconhecer que a militância feminista contemporânea pela desnaturalização do assédio sexual, como no caso da campanha #PrimeiroAssédio, insere-se na estratégia de ação de “politização da esfera íntima”, iniciada na década

de 1960, que baseou-se, em grande parte, no entendimento de que seria preciso politizar as relações afetivas e sexuais, a partir da exposição da experiência das mulheres, exigindo a formulação de leis que lhes garantisse a integridade moral e física. O que nos parece diferir no atual movimento feminino, em sua luta específica contra o assédio sexual, é a ampliação dos espaços de fala, nos quais as mulheres têm mais oportunidades de tornar públicas suas histórias pessoais para conquistar solidariedade, e também os de escuta, dado que essas vozes têm sido reproduzidas até nos canais mais tradicionais da mídia, desta forma, ampliando o debate público sobre o tema e ampliando a possibilidade de mudanças culturais, não apenas jurídicas. Além disso, parece se configurar como novidade a ampliação dos espaços reivindicados para o respeito ao corpo feminino, que extrapola o espaço íntimo da casa e o espaço semiprivado do trabalho, englobando todo o espaço público: transportes coletivos, praças, ruas, estradas, enfim, o mundo.

#### 1.4 Assédio sexual - definições em disputa

Os movimentos #PrimeiroAssédio e #MeToo aqueceram o debate, no Brasil e no mundo, respectivamente, em torno do tema assédio sexual, trazendo à tona a imprecisão na compreensão do seu significado. E é em meio a esta imprecisão que muitos embates têm se configurado na esfera pública como uma disputa simbólica que julgamos relevante para compreender o próprio movimento #PrimeiroAssédio.

No senso comum, a expressão “assédio sexual” refere-se a uma manifestação sexual que constrange a vítima. No entanto, seu uso tem causado uma grande confusão linguística devido à gradação de violência que se relaciona ao ato. O termo é associado tanto a uma paquera mais insistente, ou não autorizada, quanto ao crime de estupro.

A imprecisão linguística está presente até mesmo em um dos mais respeitados dicionários da Língua Portuguesa, o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1986), que descreve o vocábulo assédio como “insistência importuna, junto de alguém com perguntas, propostas, pretensões, etc”. Apesar de não usar a expressão “assédio sexual”, a publicação ilustra o significado da palavra com a seguinte frase, retirada do livro *Rua do Siriri*, de Amando Fontes, de 1937: “Foi, aí,

ainda no limiar da adolescência, que começou a sofrer assédio dos seres de outro sexo que a perseguiram com olhares e propostas”. Se na descrição do vocábulo, o assédio aparece como um ato quase inocente de “insistência importuna”, o exemplo expressa uma conotação de violência ao atrelar o termo aos verbos sofrer e perseguir, deixando claro que quem sofre um assédio é vítima de um algoz.

A confusão semântica, do nosso ponto de vista, parece ser o resultado das desestabilizações nas relações entre os gêneros masculino e feminino que envolvem a sexualidade e a afetividade, decorrentes da emancipação da mulher na luta pela autonomia do seu corpo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, intensificadas na contemporaneidade pelo caráter cada vez mais casual e instável destas relações no início do século XXI.

As relações sexuais contemporâneas vão se tornando cada vez mais marcadas pela casualidade em que podem ocorrer e pelo descompromisso que implicam: o sexo casual, fora de uma relação amorosa e entre pessoas desconhecidas torna-se uma prática cada vez mais comum. Como não há intimidade afetiva prévia, é decisiva a ordenação social do encontro de parceiros de modo a reduzir os “custos de transação”, isto é, a incerteza sobre o comportamento futuro dos parceiros e o excesso de alternativas pouco atraentes para um dado indivíduo. Os aplicativos para seleção de parceiros sexuais, cada vez mais usados, são uma forma de ordenação; outra solução são os ambientes de socialização coletiva, como as festas, nas quais normalmente há consumo de álcool (Vaz et al, 2014, p. 9-10).

A expressão “assédio sexual” é relativamente nova, pois surge como resultado do movimento das feministas norte-americanas da Universidade Cornell (Alemany, 2009). Foram elas as primeiras a criar, na década de 1970, uma expressão que definia a conduta (permeada de ameaças ou promessas) de um superior hierárquico sobre seu funcionário, associada a interesses sexuais, descrevendo-a como assédio sexual (*sexual harassment*). Isso se deu no contexto de entrada cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho, sobretudo nos países ocidentais industrializados.

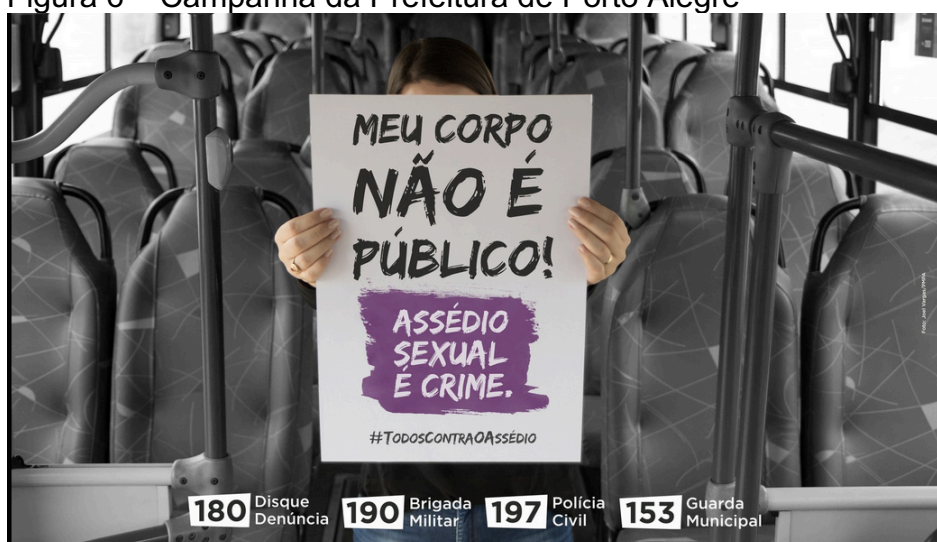
Desde então, diversos países incluíram na sua legislação o assédio sexual como crime tipificado. No Brasil, em 15 de maio de 2001, a Lei nº 10.224, passou a estipular o assédio sexual como crime, através da seguinte definição:

“Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena: detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos” (Código Penal, art. 216– A, 2001).

Ao longo dos anos, o conceito de assédio sexual no senso comum foi alargado e passou a abranger qualquer manifestação sexual alheia à vontade da

vítima, que lhe cause algum constrangimento, humilhação ou medo, não se restringindo apenas ao ambiente de trabalho. Assim, o termo foi adotado por ONGs, governos e empresas de transporte, tanto no Brasil como no mundo, para classificar os atos libidinosos cometidos nas ruas e no transporte público, e tem sido utilizado em campanhas de sensibilização de Governos e ONGs como a “*Stop Street Harassment*”<sup>13</sup> desde 2008 nos EUA, e a “*Report it to Stop it*”<sup>14</sup>, lançada pela polícia britânica em 2015 para prevenir assédios nos trens. No Brasil, o ano de 2017 foi marcado por diferentes iniciativas de prefeituras (Figura 6), associações e empresas de transporte coletivo para patrocinar campanhas contra o assédio sexual, após grande repercussão na mídia nacional de casos recorrentes de um mesmo agressor ocorridos na capital paulista <sup>15</sup>.

Figura 6 – Campanha da Prefeitura de Porto Alegre



Fonte: Portal G1, 2017

No entanto, mesmo com esta ampliação da compreensão do termo, não está muito claro quais “atos libidinosos” podem tipificar um crime e, pelo menos no Brasil, as leis ainda não acompanharam esta compreensão mais ampla sobre o assédio sexual. O crime de assédio sexual citado na Figura 6, por exemplo, refere-se, na lei brasileira, apenas a atos cometidos em ambiente de trabalho, excluindo, portanto, os casos de assédio cometidos no espaço público.

<sup>13</sup> <http://www.stopstreetharassment.org/>

<sup>14</sup> [http://www.btp.police.uk/advice\\_and\\_information/how\\_we\\_tackle\\_crime/report\\_it\\_to\\_stop\\_it.aspx](http://www.btp.police.uk/advice_and_information/how_we_tackle_crime/report_it_to_stop_it.aspx)

<sup>15</sup> <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/outra-mulher-e-vitima-de-assedio-sexual-em-onibus-na-avenida-paulista.ghtml>

Mudanças têm sido feitas na legislação do Código Penal Brasileiro de 1940 em relação à violência sexual, mas ainda não conseguiram dar conta das transformações e demandas sociais.

Diante de denúncias de casos de assédio sexual fora do ambiente de trabalho, o judiciário brasileiro hoje tem que decidir entre duas leis localizadas em dois extremos da gravidade do ato: 1) enquadrar na Lei das Contravenções Penais, que no artigo 61 define a ‘importunação ofensiva ao pudor’ com pena apenas de multa; 2) ou no crime de estupro, previsto no artigo 213 do Código Penal como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena: reclusão, de 6 a 10 anos”.

Para preencher essa lacuna, há uma série de propostas neste momento em discussão no Congresso Brasileiro para um tipo penal intermediário, como o parecer aprovado<sup>16</sup>, em setembro de 2017, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, que cria o crime de “importunação sexual, definido como “praticar, na presença de alguém e sem a sua anuência, ato libidinoso”. No mesmo mês, dois projetos de teor parecido, foram aprovados pela Comissão de Cidadania e Justiça do Senado<sup>17</sup>: um cria o crime de “molestamento sexual” e o outro cria o crime de “constrangimento ao pudor em transporte público”. As três propostas indicam uma pena intermediária de dois a quatro anos de reclusão, cumprida inicialmente em regime fechado. No entanto, há críticas sobre a criação desta nova lei, dado que uma lei intermediária existente desde 1940 foi revogada (o crime de Atentado Violento ao Pudor, artigo 214 do Código Penal) justamente para enquadrar os atos libidinosos mesmo sem conjunção carnal como estupro.

Cabe ressaltar que a expressão “abuso sexual” muitas vezes se confunde com “assédio sexual”, pois também está relacionada à atividade sexual não desejada, onde o agressor usa a força, faz ameaças ou exclui vantagens da vítima que se torna incapaz de negar consentimento. Além disso, reconhece-se que o abuso sexual se dá quando alguém em uma posição de poder ou de autoridade se aproveita da confiança e do respeito de uma pessoa para envolvê-la em atividades

---

<sup>16</sup> <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/542568-COMISSAO-APROVA-PUNICAO-PARA-ABUSO-SEXUAL-EM-TRANSPORTE-COLETIVO.html>> Acessado em dezembro 2017

<sup>17</sup> <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/09/27/comissao-aprova-propostas-sobre-assedio-sexual-em-transporte-publico>> Acessado em dezembro 2017

sexuais não consentidas. Na concepção jurídica brasileira, não há um crime tipificado como abuso sexual e a expressão é adotada mais comumente para referir-se à violência sexual praticada contra menores e vulneráveis, o que é considerado crime de estupro.

O esclarecimento semântico e do uso jurídico dos vocábulos para referir-se à violência sexual mostrou-se fundamental para a análise dos testemunhos compartilhados na campanha #PrimeiroAssédio, pois notou-se a mesma imprecisão por parte daqueles que participaram da campanha no momento de descrever os assédios que haviam sofrido. Grande parte das narrativas referiam-se a casos de abuso sexual, pedofilia e estupro, mas que eram nominados como assédio sexual.

Para alguns estudiosos da questão de gênero, o assédio sexual, independente de ser considerado juridicamente crime ou não, enquadra-se numa modalidade de violência, sustentada, sob determinados aspectos, pela própria cultura. Para a filósofa Marcia Tiburi (2015), por exemplo, vivemos numa cultura do assédio, seja moral ou sexual, tão arraigada que permite o surgimento de posturas antiéticas tais como as dos apoiadores do assediador. O assediador agiria neste ambiente com o aval da falta de reconhecimento, de respeito e até de empatia para com o outro - o assediado -, que seria visto apenas como um objeto a servir. “Tais tipos de assédio não se desenvolveriam tão facilmente se não encontrassem um clima socialmente propício” (TIBURI, 2015, p.101)

Em países latinos como o Brasil, acredita-se que culturalmente os homens “podem e devem” expressar seus interesses por uma mulher, como prova de autoafirmação da sua masculinidade. O problema, para os críticos da cultura do assédio, existe quando o tênue limite da paquera ultrapassa a conduta ética e o assediador, exercendo a sua condição de poder, tenta subjugar a pessoa assediada ao seu interesse sexual.

No entanto, definir este limite configura-se uma tarefa difícil devido às diferenças culturais não só entre países, mas entre gerações, níveis de educação, crenças religiosas, etc. Aqueles que resistem ao movimento de criminalização ao assédio (e não são apenas homens) argumentam, por exemplo, que colocar limites ao jogo da sexualidade pode ser visto como um movimento conservador, de

puritanismo excessivo (ligado à cultura norte-americana), de cerceamento da liberdade sexual<sup>18</sup> e de burocratização das relações afetivas<sup>19</sup>.

No senso comum, usa-se o conceito do “natural” para justificar, normalizar e manter este padrão cultural tradicional de sentido duplo: em que as mulheres devem conter a sua sexualidade e, em contrapartida, os homens são considerados como possuidores de uma necessidade de variedade sexual para sua saúde física. Esta dualidade estaria fundamentada na *natureza* (FOX, 1985): tal como os animais irracionais, as mulheres teriam o privilégio da escolha do melhor parceiro para procriação de uma prole saudável e forte, diferentemente, os homens buscariam multiplicar seu padrão genético com o maior número de “fêmeas” possíveis.

No sentido de “desnaturalizar” o assédio sexual, é que o movimento feminista tem apostado na denúncia. Ao expor os assédios sofridos no dia-a-dia, o que se pretende é: 1) desmascarar a relação de poder que se estabelece entre assediador e assediado, em que a vítima do assédio é visto como objeto e não como sujeito de direitos (TIBURI, 2015); 2) expurgar a culpabilização da vítima, que associa o desrespeito com as atitudes provocadoras ou insinuatoras do assediado; 3) garantir a liberdade de circulação nos espaços públicos limitada pelo medo; 4) demonstrar que as relações na esfera privada não garantem respeito à integridade e segurança afetiva; 5) e por fim, revelar a violência que se esconde na aparência de impotência de uma simples paquera.

Os objetivos do movimento feminista com as denúncias públicas parecem justificáveis, mas a questão que vem à tona é: por que a enunciação dos testemunhos sobre uma prática tão antiga e arraigada na nossa cultura, como a do assédio sexual, emerge agora, neste momento e lugar?

Tentaremos refletir sobre esta questão no próximo capítulo desta dissertação, nos apoiando no conceito de “efeito de raridade” do filósofo Michel Foucault, para quem a análise de qualquer discurso ou narrativa deveria sempre considerar o enunciado também como um acontecimento, na medida em que ele irrompe, não por acaso, em um certo tempo e em determinado espaço (FOUCAULT, 2009, p. 31).

---

<sup>18</sup> Carta publicada no jornal francês LeMonde, assinada por cem personalidades francesas com manifesto contrário à campanha #MeToo: < [http://www.lemonde.fr/idees/article/2018/01/09/nous-defendons-une-liberte-d-importuner-indispensable-a-la-liberte-sexuelle\\_5239134\\_3232.html](http://www.lemonde.fr/idees/article/2018/01/09/nous-defendons-une-liberte-d-importuner-indispensable-a-la-liberte-sexuelle_5239134_3232.html) > Acessado em: 09 janeiro 2017.

<sup>19</sup> Artigo do filósofo Zizek publicado em <https://outraspalavras.net/destaques/zizek-amor-e-sexo-sob-o-gelo-dos-contratos/> Acessado em: 12 de janeiro 2017.



## 2 NARRATIVAS DE SI E DO SOFRIMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO

Neste segundo capítulo, nos propusemos a investigar quais foram as condições de emergência das narrativas pessoais sobre assédio sexual nas redes sociais e como elas se inserem nas discontinuidades da subjetividade contemporânea, ainda em consonância com o pensamento foucaultiano:

O discurso [...] não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua discontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (FOUCAULT, 2009 p. 61).

Acreditamos que as experiências de sofrimento narradas nos *tweets* do #PrimeiroAssédio dialoga com o contexto contemporâneo marcado fortemente pela prática do compartilhamento de narrativas de si (SIBÍLIA, 2008), especialmente das emoções de sofrimento experimentadas pelos sujeitos, que constituem passos importantes para transportá-los para além do âmbito individual e para estruturar uma mobilização coletiva (VAZ et. al., 2014).

Portanto, neste capítulo abordaremos duas transformações na forma do sujeito contemporâneo se perceber no mundo, indicando um possível distanciamento do sujeito da Modernidade, que vêm sendo analisadas por diversas perspectivas teóricas nas Ciências Sociais. São elas: o novo regime de visibilidade do eu e a exposição do sofrimento no espaço público. Essas mudanças nos parecem estar profundamente relacionadas com o nosso tema de estudo: as narrativas pessoais como ação política. Narrar a si mesmo e narrar a dor particular intensamente no espaço público, do nosso ponto de vista, só poderia acontecer neste momento e neste lugar.

### 2.1 O sujeito que se narra: da interioridade à visibilidade

A expansão das narrativas de si está relacionada à erosão das identidades fixas e por uma construção do sujeito a centrar-se na estruturação da individualidade

e do eu, (Hall, 2014; Giddens, 2002; Taylor, 1997), que se acentua na contemporaneidade.

Stuart Hall, um dos teóricos pioneiros dos Estudos Culturais, no artigo *Quem Precisa de Identidade?* aponta para a fragmentação da identidade pós-moderna, a partir de uma perspectiva não-essencialista de identidade:

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2014, p. 108).

Segundo o sociólogo britânico Anthony Giddens (2002), esse processo de fragmentação se inicia na Modernidade, caracterizada como uma ordem pós-tradicional, que, ao romper com as práticas e preceitos preestabelecidos, enfatiza o cultivo das potencialidades individuais, oferecendo ao indivíduo uma identidade móvel, mutável. Na Modernidade, segundo Giddens, o "eu" torna-se cada vez mais um projeto "reflexivo" pois, onde não existe mais a referência da tradição (Igreja, gerações passadas, hierarquia, etc), descortina-se para o indivíduo um mundo de diversidade, de possibilidades abertas, de escolhas. O indivíduo passa a ser responsável por si mesmo e o planejamento estratégico da vida assume especial importância.

Apesar de parecer positiva uma vida plena de opções e uma certa autonomia do sujeito, Giddens (2002) aponta os dilemas que isso traz para o eu contemporâneo, sintetizados em três campos. O primeiro é o da *unificação versus fragmentação*, em que o indivíduo desenvolve um projeto "reflexivo" do eu baseado no contexto - as suas experiências são possibilitadas principalmente pela mídia, que traz informações desconexas nos níveis local e global. O segundo é o da *impotência versus apropriação*, em que o indivíduo dispõe de variadas oportunidades, mas pode ser tomado por uma sensação de impotência para dar conta delas. O terceiro seria o da *experiência personalizada versus mercantilizada*, em que o desafio recai sobre construir a narrativa do eu a partir de suas vivências ou dos modelos de consumo oferecidos pelo mercado (estilos de vida).

Portanto, Giddens (2002) na sua teorização sobre as identidades contemporâneas sugere que as dinâmicas sociais cada vez mais aceleradas da Modernidade, que envolvem os processos de industrialização, globalização e

mediatização, acabaram por transformar o cotidiano do indivíduo comum, incluindo-o em novos fluxos de existência e uma nova forma do sujeito se perceber no mundo. Esse “eu” contemporâneo, ao ser confrontado com inúmeras possibilidades de experiências, torna-se mais “reflexivo” e passa a tomar uma posição mais central nas decisões de sua própria vida. Toda identidade, segundo Giddens, estaria encaixada a uma narrativa que lhe dá sentido mas, na Modernidade, a narrativa tradicional se rompe e possibilita um eu mais flexível, que passa a assumir diversas narrativas.

Enquanto a “reflexividade” é a chave que Giddens (2002) utiliza para entender a estruturação da identidade contemporânea, para o filósofo canadense Charles Taylor (1997) a “expressividade” é uma das fontes principais para a construção da subjetividade ocidental moderna, no que se refere à ação dos agentes humanos no espaço público.

Para Taylor, a linguagem é o elemento estratégico para se compreender a construção das articulações significativas que constituem a tomada de decisão de um agente humano diante das questões ético-políticas. O homem, na compreensão do autor, elabora e expressa sua identidade no seio da linguagem, é nela que ele pode expressar sua presença no mundo e dar um sentido a ele. Entretanto, o filósofo argumenta que as atividades humanas que ocorrem de imediato em um espaço público são atividades expressivas, e não se apresentam relativamente ao plano da reflexão:

Elas envolvem os usos de sinais, texturas, palavras escritas ou faladas. Além disso, suas primeiras utilizações se dão relativamente sem reflexão. Elas almejam tornar claro no espaço público o quanto nós sentimos, o quanto nós nos posicionamos nas nossas inter-relações ou onde as coisas se posicionam para nós. É um processo longo que [...] habilita-nos a tornar-nos mais compreensíveis a nosso respeito. (TAYLOR, 1997, p.71)

Portanto, segundo Taylor (1997), por estarmos lançados numa determinada cultura, nós automaticamente a expressamos em nossas ações e reações imediatas, através da linguagem. O elemento reflexivo, em última instância, não compõe a identidade do agente, só o ajuda a autoconhecer-se naquilo que ele já é em sua “imediatez expressiva”. Daí o motivo de a identidade individual estar expressa já na identidade imediata da coletividade em que a pessoa se encontra envolvida em termos sociais, históricos e culturais.

Fica claro que o pensamento, para Taylor (1997), não é a base da nossa identidade, porque ela já se encontra fundada na expressividade imediata da vida social na qual nos situamos. A ação do indivíduo está vinculada, desta forma, à coletividade. Logo, a subjetividade contemporânea seria o produto das práticas culturais desenvolvidas ao longo da história do Ocidente.

Ao destacar a expressividade e a linguagem na questão da construção da identidade moderna, afastando a reflexão, Taylor (1997) tenta mostrar que as ações reais dos agentes humanos não se estruturam em processos puramente instrumentais, mas em valores que eles sentem no *self*, e é por meio dos sentimentos que sujeitos podem perceber os significados de suas ações, sua relação com os valores da sociedade da qual faz parte. Desta forma, Taylor faz uma crítica direta à centralidade da razão instrumental na era moderna para a construção do *self*, e indica sua relação com o mal-estar contemporâneo.

A modernidade trouxe a ideia do ser livre, do sujeito que se define em si mesmo, do agente que encontra seus propósitos de vida em sua interioridade. “As teorias do contrato social do século XVII implantaram esse novo entendimento em relação ao sujeito” (TAYLOR, 1997, p.167). Para Taylor, a crença ingênua na ideia de uma racionalidade universal faz com que os membros da sociedade contemporânea não analisem de forma contundente seus valores, centrando-se em si mesmos, no individualismo, estruturando relações e escolhas com base em análises superficiais de custo-benefício.

Concordando em parte com o pensamento de Taylor, o filósofo francês Luc Boltanski (1993) aponta que o pensamento romântico, que invoca as dimensões da afetividade, das emoções e das experiências e que se espraia em formas literárias como ensaios, romances e autobiografias desde os finais do século XVIII, é tanto uma expressão da “topografia da interioridade” que se desenvolve na Modernidade, como se constitui uma reação sistemática ao universalismo e racionalismo iluminista.

A pesquisadora argentina Leonor Arfuch (2010), em seu livro “O Espaço Biográfico” aponta que a construção narrativa do privado é uma obsessão do sujeito moderno de deixar rastros, impressões e inscrições, dando ênfase na singularidade. Mas este “espaço autobiográfico”, segundo Arfuch, adquire uma nova dimensão na contemporaneidade, em que a expressão mais imediata do vivido, do autêntico, do testemunhal amplia-se para além da literatura: nas artes plásticas, no teatro, no

cinema e nas mídias comunicacionais. Por isso, nas últimas décadas, constata-se uma notável expansão de um universo de gêneros discursivos que engloba desde biografias, diários íntimos, confissões e memórias, perfis e *reality shows*.

Entretanto, segundo a pesquisadora, há um deslizamento crescente para os âmbitos da intimidade, o que expressaria a tonalidade particular da subjetividade contemporânea. O avanço da midiatização, segundo Arfuch (2010), acelerou a tendência e flexibilizou os costumes, empurrando os limites da visibilidade, do dizível e do mostrável.

A teórica Beatriz Sarlo, ao questionar o estatuto de verdade concedido aos testemunhos, em sua obra *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), também reconhece a hegemonia simbólica da mídia audiovisual, no atual momento de forte subjetividade, em que o “pessoal” demanda visibilidade:

[...] vivemos uma época de forte subjetividade, e nesse sentido, as prerrogativas do testemunho se apoiam na visibilidade que o ‘pessoal’ adquiriu como lugar não simplesmente de intimidade, mas de manifestação pública. Isso acontece não só entre os que foram vítimas, mas também e fundamentalmente nesse território de hegemonia simbólica que são os meios audiovisuais. (SARLO, 2007, p. 21)

A emergência de um novo regime de visibilidade, na atual configuração espetacular da sociedade, é igualmente defendida pela pesquisadora Paula Sibília (2008), que dá ênfase ao surgimento dos meios comunicacionais *on-line* para a produção de uma subjetividade que necessita expor o *self*. Para ela, a Internet e suas ferramentas digitais aumentaram a possibilidade de acesso às vitrines midiáticas, permitindo que qualquer um possa transformar a sua vida particular em espetáculo. As tendências de exposição de intimidade que proliferam na atualidade, segundo Sibília, percebidas no grande volume de relatos, fotos e vídeos da vida pessoal publicados nos espaços digitais, constituem fenômeno completamente novo na sociedade ocidental. O sujeito da era moderna industrial, voltado para sua interioridade, dá lugar ao sujeito da era pós-industrial, que anseia por visibilidade, e as telas dos computadores, *tablets* e *smartphones* expandem essa possibilidade de aparecer e de ser visto.

Buscamos nesta seção entender com profundidade uma das condições que, do nosso ponto de vista, possibilitou a emergência de tantos relatos sobre experiências íntimas e particulares no espaço público, como a que ocorreu na #PrimeiroAssédio: o *regime de visibilidade*, no qual estamos inseridos.

Compreendemos que este regime vem se constituindo a partir das profundas transformações sociais que ocorreram desde a Modernidade e que se amplia no espaço hodierno. Ele é resultado de complexos processos de produção de subjetividade que envolvem a construção de sujeitos centrados na individualidade, a partir da configuração de uma interioridade, que precisam refletir sobre si mesmos em meio a uma possibilidade de mundos e incertezas identitárias e se expressar em narrativas que lhe dêem coerência com a cultura na qual está inserido. Este último processo, de expressão de narrativas de si, se exacerbou no tempo presente com a notável expansão das mídias, culminando com o fenômeno da espetacularização da vida.

E, então, nos perguntamos: se o atual *regime de visibilidade* é condição para a emergência das narrativas de si, haveria alguma outra condição para a proliferação específica de testemunhos de dor e sofrimento no espaço público, como no caso #PrimeiroAssédio?

## 2.2 O sujeito que narra a sua dor

### 2.2.1 Da confissão ao testemunho

O testemunho é o discurso autobiográfico crucial para a produção da subjetividade contemporânea, de acordo com Vaz, Santos e Andrade (2014). Segundo os autores, teria havido uma passagem do regime confessional da cultura moderna para o do testemunho na cultura da pós-modernidade e essa mudança na forma de narrar-se é possível de ser dimensionada se analisada a partir do uso da confissão ou do testemunho como instrumento terapêutico<sup>20</sup>.

Antes, em busca da salvação ou cura, por meio da confissão religiosa ou psicanalítica, o indivíduo narrava seus atos e a culpa por tê-los realizado. Na sociedade pós-moderna, é o testemunho que assume centralidade e função

---

<sup>20</sup> Susan Radstone, em seu artigo "*Cultures of confession/cultures of testimony: turning the subject inside out*", estabelece diferenças sistemáticas entre confissão e testemunho e as associa à passagem da Modernidade à Pós-Modernidade, tendo como objeto de análise a literatura.

terapêutica: em *busca de solidariedade*, deve-se falar sobre o que sofreu, o que outros fizeram com ele (VAZ et al, 2014). Esta mudança parece se relacionar à percepção do filósofo americano Richard Rorty (2007), que aponta a humilhação e a dor como únicos vínculos sociais na sociedade contemporânea capazes de suscitar a solidariedade humana.

Neste sentido, ao analisarmos a campanha da #PrimeiroAssédio, confirma-se esta função terapêutica pela busca de solidariedade do testemunho. Em diversos microrrelatos analisados, é exteriorizada a sensação de alívio em compartilhar o sofrimento que havia sido calado. Na campanha, o sentido de compartilhamento era não apenas conquistar a empatia alheia para o sofrimento particular, mas contribuir de forma participativa para uma corrente de solidariedade entre mulheres e vítimas da violência masculina. O sentimento de culpa de quem narra, normalmente admitido na confissão, nos testemunhos do #PrimeiroAssédio, é assumido como um sentimento a ser superado: muitas mulheres relatam que se sentiram culpadas pelo abuso, por terem provocado de alguma forma o assédio, mas entenderam, ao ler os relatos alheios, que elas foram apenas vítimas e os verdadeiros culpados foram os abusadores e a própria “sociedade” que não lhes deu apoio.

Sob a perspectiva foucaultiana de análise dos elementos da enunciação, Vaz et al (2014) apontam que, tanto na confissão como no testemunho, o sujeito que enuncia é o mesmo que é enunciado. O que muda é o papel deste sujeito no modo de explicar o sofrimento: no caso da confissão o sujeito sofredor é o responsável ou culpado, enquanto no caso do testemunho ele é a vítima. Essa presunção da inocência da testemunha estaria relacionada à mudança moral que experimentamos em relação à sexualidade a partir dos anos 1960, nas sociedades ocidentais:

(...) a mudança moral expressa na aceitação social de diversas práticas sexuais anteriormente consideradas desviantes, anormais, reduziu o peso da sexualidade na explicação dos sofrimentos humanos (VAZ et al, 2014, p.5).

Esta mudança moral, segundo a conceituação de Foucault, estaria relacionada à crise do poder pastoral no Ocidente e, conseqüentemente, das técnicas desenvolvidas ao longo de séculos para o exame e direção de consciência, isto é, a confissão. Além de produzir a culpa naqueles que se examinam e que desejam ser dirigidos, a confissão provoca o amor ao pastor, uma sensualização do diretor de consciência, como condição e efeito de seu exercício. A crise do poder

pastoral se manifesta, assim, tanto pelas denúncias de estupro e assédio sexual, quanto pela substituição da confissão pelo testemunho. Se antes se confessava a culpa por despertar e satisfazer desejos sexuais de si e dos outros, hoje se testemunha publicamente a condição de vítima de assédio sexual, aquele que se vê tratado apenas como objeto para satisfazer o prazer alheio, em relações marcadas pela desigualdade.

No caso da campanha #PrimeiroAssédio, a mudança moral em relação à sexualidade tem um peso ainda mais profundo, além de contribuir para a presunção de inocência dos testemunhos. O próprio questionamento à prática naturalizada do assédio sexual e o debate (ou divergências) sobre o que seu significado comporta (da simples paquera insistente ao estupro) e sobre os graus de violência que a ele se imputa (moral, psicológica e física) só tomam lugar no espaço público com as profundas transformações que ocorreram nas relações afetivas e sexuais nas últimas décadas. De qualquer modo, evidenciam-se nos relatos com a *hashtag* #PrimeiroAssédio a concomitância entre enunciador e o que se enuncia, e o lugar da vítima desprovida de culpa é assegurado.

Quanto ao interlocutor a quem se destina o discurso, aparecem diferenças significantes entre a confissão e o testemunho, como apontam Vaz et al (2014). A confissão é endereçada a um interlocutor que ocupa um lugar de autoridade (padre ou analista) e tem o poder de determinar se ela foi suficientemente verdadeira, enquanto o testemunho tem um duplo endereçamento: 1) a um indivíduo qualquer, que é constrangido a optar entre duas posições morais claramente hierarquizadas - ou é o tolerante que presta solidariedade ou é o preconceituoso que faz sofrer e recusa ajuda; e 2) ao indivíduo responsável pelo sofrimento daquele que testemunha.

Na mobilização #PrimeiroAssédio, podemos pensar no duplo endereçamento como indica Vaz et Al (2014). O primeiro endereçamento da ação é a um indivíduo qualquer, especialmente do sexo feminino, que está conectado a outros atores nas redes sociais digitais, e que, por isso, se vê motivado - ou até mesmo constrangido - a tomar uma posição: ser solidário (curtindo, compartilhando *posts* alheios e, de forma mais atuante, compartilhando um relato pessoal) ou ser indiferente/preconceituoso ao não participar. Mas no caso do #PrimeiroAssédio, não nos parece que o segundo endereçamento seria ao indivíduo responsável pelo sofrimento, mas sim a um grupo social, no caso os homens que, de forma



generalizada, seriam os culpados pelos abusos sexuais dentro de uma cultura de dominação masculina. Deste grupo, não parece se exigir o mesmo engajamento, com compartilhamentos e produção de relatos, mas é principalmente a eles que se direciona não um relato, mas a “enxurrada” de relatos que, em uníssono, reverbera a naturalização da prática do assédio a mulheres desde a infância e dá a dimensão generalizada para a culpa coletiva.

Os autores apontam ainda que o critério de verdade que legitima o testemunho se distancia daquele que determina a verdade da confissão. Intermediado por uma autoridade, a veracidade de uma confissão é, em geral, medida pela dificuldade interna de sua enunciação. Essa concepção parece ser confirmada pela noção de Boltanski de que haveria um acordo social em torno da ideia de que há coincidência entre “interioridade” e “verdade” (1993, p.123). No caso do testemunho, o primeiro critério de verdade seria o detalhamento de fatos e cenas, o que dá uma dimensão realista à narrativa (SARLO, 2007, p. 50). Um critério adicional de verdade ao testemunho é a dimensão de desafio e coragem de romper o silêncio imposto pela ameaça ou indiferença da sociedade (VAZ et Al, 2014).

Nos relatos do #PrimeiroAssédio todas os critérios apontados acima são evidenciados. A “coincidência entre interioridade e verdade” aparece nos relatos em que se expõem a vergonha, a culpa e até a dificuldade para trazer à tona sentimentos e lembranças tão íntimas que causam constrangimento. Quanto ao critério de detalhamento, mesmo sendo mensagens curtas pela limitação da ferramenta de publicação (na época da ação, o Twitter permitia textos de até 140 caracteres), muitos relatos descrevem detalhes da cena, do lugar, do ato em si e da própria pessoa envolvida, distanciando a possibilidade de ser uma ficção. Mas é a dimensão da coragem de romper o silêncio que sobressai nas publicações analisadas com a *hashtag* #PrimeiroAssédio, tanto nos relatos em que o enunciador afirma o seu ato de coragem de expor sua experiência naquele momento, como nos diversos *tweets* daqueles que assumem não ter essa coragem, assim valorizando quem a teve; e ainda nas publicações que parabenizam a coragem dos que expuseram suas histórias de assédios e abusos.

Conforme explica Vaz et Al (2014), a forma de narrar a si mesmo passa, então, do âmbito privado – que, na confissão, era representado pelo confessorário ou pelo consultório do analista – para o espaço público midiático, mudando seus efeitos:

Enquanto a confissão ocorria no espaço privado e no interior de uma forte relação afetiva entre quem escuta e quem fala, o testemunho se dá no espaço público e seus efeitos maiores não ocorrem tanto em quem o enuncia, mas naqueles que o escutam. (VAZ et al, 2014, p.7)

De fato, na ação do #PrimeiroAssédio, não apenas as narrativas em si, mas o grande volume delas publicadas em curto espaço de tempo gerou uma corrente, um fluxo de mensagens, uma onda que tomou grandes proporções e provocou desestabilizações nos debates sobre violência sexual contra a mulher no espaço público. Os efeitos em quem escuta também foram percebidos nas mensagens publicadas com a *hashtag* em que se assumia o choque, a dor e a tristeza de ler tantos relatos de abusos.

Neste sentido, dá-se a produção de subjetividades interpeladas por essas narrativas que interagem com fragmentos de outros testemunhos presentes no espaço público, “justificam os sofrimentos no presente por uma presumida vitimização no passado, permitindo que indivíduos quaisquer, ao reinterpretarem suas experiências passadas, se apropriem da posição subjetiva da vítima, hoje tão valorizada simbolicamente” (VAZ et al, 2014, p.7).

### 2.2.2 Da política da piedade à política da vítima

A emergência de uma política da vítima na sociedade contemporânea é identificada por autores como Wiewiorka (2002), que reflete sobre a transformação do sofrimento de estranhos em objeto da política, a partir dos anos de 1960. Para Vaz e Rony (2011), esta seria uma mudança no interior de uma continuidade maior: a política da piedade, iniciada na Modernidade.

De acordo com a análise de Hanna Arendt, a Revolução Francesa iniciou a política da piedade, na qual o espetáculo do sofrimento de estranhos incentivaria à ação política aqueles que não partilhavam da condição de sofrimento (ARENDR, 1991, p.75). O que fez emergir este tipo de política foi, antes de tudo, a própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, quando a regra moral passou a ser universalizada, reestruturando os limites de solidariedade comunitária, na qual havia definições culturais precisas para quem deveria ajudar e quem merecia ser ajudado.

Boltanski, que também se debruça sobre a emergência da política da piedade na Modernidade, em seu livro *La Souffrance à Distance: Morale Humanitaire, Medias e Politique* (1993), aponta como se apresentam na política, num mesmo momento, o ideal do espaço público universalizado e a demanda por uma política da piedade, alterando a forma do sujeito lidar com sofrimentos alheios, a partir de um certo “distanciamento:

“[...] no ideal do espaço público um sofrimento local pode ser transportado sem deformação, de maneira a se tornar disponível para qualquer um, ou seja, para todos aqueles que — por força da disponibilidade que lhes confere sua ausência de comprometimento prévio — são livres para dele se apropriar, ao se descobrirem concernidos e passarem ao engajamento e à adoção da causa como sua” (BOLTANSKI, 1993, p.54).

Da mesma forma, explica Hannah Arendt (1991), na política da piedade, exatamente por ser política, aquele que está diante do sofredor não pode ajudar local e imediatamente; deve falar aos outros do que viu para mobilizá-los. A diferença maior entre a compaixão e a piedade, é que a compaixão só compreende particulares, só é afetada por sofredores concretos, enquanto a piedade se caracteriza pelo amor aos miseráveis, aos descamisados, às massas sofredoras (Arendt, 1991, p.85), ou aos “sofredores coletivos” conforme aponta Boltanski (1993).

Essas características da política da piedade implicavam um modo específico de narrar um sofrimento (Boltanski, 1993). A narrativa deveria despersonalizar o sofredor, tornando-o o exemplo de uma condição que afeta a muitos. A audiência é endereçada para os felizes, aqueles que não sofrem, e responsáveis, em dívida com aqueles que sofrem, e por isso devem agir politicamente.

É a partir da década de 60 do século passado que uma série de eventos e de novos movimentos sociais provocaram a crise da política da piedade, possibilitando a condição de emergência da figura da vítima (VAZ & RONY, 2011). O holocausto, segundo Wieviorka (2002), é um destes eventos, ao dar ênfase ao testemunho de sobreviventes, especialmente a memorização política no julgamento de Eichman em 1961, e não na documentação dos crimes cometidos, concebida pelos seus efeitos nas políticas externa e interna do Estado de Israel.

Vaz e Rony (2011) apontam que dois temas para a política da vítima despontam das narrativas do holocausto, que delineiam a diferenciação com a política da piedade: 1) o heroísmo da vítima, pois os judeus não eram apenas

inocentes, mas heróis por terem sobrevivido e testemunhado atrocidades - o que se contrapõe à uma certa passividade da vítima na política da piedade; 2) o sacrifício à humanidade, para que algo de semelhante nunca mais ocorra - neste sentido, a diferença é que o horizonte passa a ser a manutenção do presente e não mais a construção de um futuro utópico.

Os movimentos de minorias - negro, feminista e homossexual -, que ganharam força a partir da década de 1960, também foram decisivos na mudança da política da piedade para a política da vítima, pois reconhecer o sofrimento de uma minoria tratada desigualmente passou a significar a ampliação do rigor penal para com seus agressores (VAZ & RONY, 2011). Uma das formas de mostrar que seus sofrimentos não eram reconhecidos foi denunciar a ausência do Estado e exigir punição jurídica pelos crimes de racismo, estupro, assédio sexual, pedofilia e violência doméstica. Assim como os judeus, estes movimentos evidenciaram a condição de vítima de quem sofre o preconceito social: ser vítima não pelo que se fazia, mas pelo que se era (daí o surgimento das políticas de identidade). Desta forma recolocaram o papel do sujeito desviante ou minoritário: do culpado por ser quem é à vítima por ser quem é. A vítima se configura assim, a partir de casos particulares e concretos de sofrimentos denunciados, uma identidade coletiva que mobiliza, principalmente, aqueles que se reconhecem fazendo parte deste grupo.

No entanto, para Vaz e Rony (2011), percebe-se no espaço contemporâneo, um redirecionamento para uma política da vítima mais centrada no indivíduo, na “vítima qualquer” que, assim como a “vítima qualificada” (que sofre preconceitos), foca na denúncia do Estado, principalmente na incompetência das autoridades e políticos nos problemas que os atingem de maneira particular. O papel dos meios de comunicação aqui é fundamental para a produção de uma vítima virtual (o indivíduo que pode vir a se identificar com uma vítima qualquer): os sofrimentos são personalizados, não devem ser anônimos, e as notícias contêm diversos detalhes de sua vida pessoal, tanto para favorecer a identificação da audiência com a vítima, como para constituí-la em sua inocência. Desta forma, estaria desaparecendo a diferença entre compaixão (orientada a indivíduos concretos) e piedade (orientada a uma massa indiferenciada), estabelecida por Hannah Arendt (1991), emergindo uma “compaixão à distância”, que “nos faz experimentar a dor de estranhos individualizados, através dos meios de comunicação” (VAZ & RONY 2011).

Por ser uma iniciativa do movimento feminista, a ação #PrimeiroAssédio poderia ser reconhecida inequivocamente como uma mobilização inserida no que Wieviorka (2003) identificou como a “política da vítima”, dado que guarda todas as condições apontadas pela autora: 1) baseada em testemunhos particulares que reforçam o caráter de heroísmo da vítima, através do sacrifício de se expor em nome de uma causa coletiva; 2) tenta deslocar o papel do sujeito que carrega a culpa: quem sofre o assédio sexual é, sem contestação, a vítima (de forma a desconstruir o discurso da “atitude provocativa” que coloca a culpa em quem sofre a agressão); e, por fim, 3) busca a condenação dos culpados.

Sobre este último aspecto, no entanto, não nos parece que a ação #PrimeiroAssédio teve como foco a culpabilização do Estado, mas, sim, a da sociedade como um todo, pela passividade e conivência com a cultura de dominação machista. Suposição esta corroborada pelo fato de que leis mais duras para penalizar o assédio ou abuso contra menores (que foi o crime evidenciado pela campanha) já vêm sendo sancionadas pelo Governo brasileiro desde 2009<sup>21</sup>. A condenação moral para a desnaturalização da prática parece ser o ponto central desta ação específica. Entretanto, devemos reconhecer o fato de que condenar moralmente os atos de assédio sexual na esfera pública é o primeiro passo para se exigir mudanças nas leis, com a ampliação de medidas punitivas.

Três projetos para criar uma lei que puna o assédio sexual no espaço público, por exemplo, começaram a tramitar no Congresso Nacional brasileiro dois anos após a campanha #PrimeiroAssédio. Não podemos vincular as iniciativas de formular estes projetos de lei como respostas diretamente à campanha liderada pelo coletivo Think Olga, mas podemos supor uma influência indireta: que o aumento efetivo de denúncias de assédio sexual às delegacias e a maior repercussão de casos na mídia tradicional e nas mídias digitais podem estar relacionados à visibilidade que a campanha deu ao tema.

Se por um lado, o movimento #PrimeiroAssédio tem as características pertinentes à “política da vítima”, como explicitado acima, por outro lado, não podemos deixar de observar o caráter de “compaixão à distância”, apontado por Val e Rony (2011). A personalização dos sofredores e a ação individualizada também caracterizam essa mobilização *on-line*, mas ela guarda a especificidade de formar

---

<sup>21</sup> <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/05/21/dilma-sanciona-lei-que-torna-crime-hediondo-o-abuso-sexual-infantil.htm> Acessado em dezembro 2017

uma corrente de relatos pessoais, que se dá como uma espécie de contágio, entre enunciador e a quem se destina o enunciado. Cada relato ganha força e expressividade por se constituir a partir de uma pessoa que tem laços fortes com uma comunidade de amigos e credibilidade junto a eles, tecendo conexões que se espraiam, tornando-se cada vez mais indiretas, com laços mais fracos mas, ainda assim, formando uma rede de solidariedade, estimulando os engajamentos.

Portanto, no nosso entender, o caso do #PrimeiroAssédio é representativo de que estaríamos, sim, retomando a política da compaixão orientada a indivíduos concretos. Entretanto, no lugar de uma “compaixão à distância”, como proposto por Vaz e Rony (2011), estaríamos assistindo à emergência de uma “compaixão conectada”, que além de nos fazer experimentar a dor de conhecidos e estranhos individualizados e falar delas, nos estimula a compartilhar a nossa própria experiência particular e pessoal de dor, nos inserindo num fluxo de narrativas e nos posicionando de um mesmo lado, como vítimas, numa luta por reconhecimento.

### 3 A POLITIZAÇÃO DA ESFERA ÍNTIMA NAS LUTAS CONTEMPORÂNEAS

Retomando o nosso percurso até aqui, vimos como a ação #PrimeiroAssédio se insere no contexto atual de efervescência do feminismo, que atualiza a estratégia utilizada pelo movimento nos anos de 1960 de politizar a esfera íntima, ao estimular testemunhos públicos de experiências particulares de desrespeito e de agressões, mas que ganha uma nova e importante dimensão na sociedade conectada. Compreendemos que a emergência destas narrativas de si está relacionada com mudanças estruturais que vêm ocorrendo nas relações sociais especialmente no Ocidente, desde a modernidade, e que, se intensificam no mundo contemporâneo: os processos de radical individualização e de mídiatização da vida, sobretudo com o surgimento das tecnologias digitais de comunicação, que passou a se constituir mais um espaço de sociabilidade. Passamos a entender que as narrativas de si que envolvem experiências de sofrimento, como é o caso do nosso objeto de estudo, vinculam-se também a processos de transformação social que reposicionam o lugar do sujeito vítima, que agora ocupa lugar privilegiado: sofredores que têm a coragem de tornar pública a dor particular passam a ser vistos como heróis, seus depoimentos ganham estatuto de verdade e o culpado por sua dor precisa ser denunciado e condenado publicamente e, de preferência, também juridicamente. A política da vítima passa, então, a ser explorada por governos em busca de coesão social, pela mídia em busca de audiência, e por movimentos sociais, como o feminismo, em busca de engajamento. No contexto digital, levantamos a hipótese de que o engajamento não significa somente se solidarizar com a dor do outro, mas se identificar com essa dor ao ponto de compartilhar experiências parecidas de sofrimento, o que nos parece configurar uma nova política: a da compaixão conectada, que remonta às formas mais tradicionais e comunitárias de lidar com o sofrimento, que envolve tanto a personalização da vítima como a forte dose de afetividade e emoções para conquistar empatia, ou melhor, engajamento.

E é deste ponto, o engajamento político no contexto digital, que pretendemos refletir neste Capítulo da presente dissertação, tentando jogar luz sobre algumas questões que motivaram a nossa pesquisa: afinal, o que faz com que pessoas atuem juntas politicamente, como no caso #PrimeiroAssédio? Elas são movidas por interesses ou emoções? Podemos considerar o movimento

#PrimeiroAssédio uma ação coletiva, em seu aspecto exclusivamente digital, ou se trata apenas de uma agregação de comportamentos individualizados? O caso #PrimeiroAssédio seria o exemplo de que estaria se conformando uma espécie de “cidadania privada” no ambiente *on-line*? E, por fim, nosso principal interesse: qual o papel da comunicação baseada em narrativas neste processo de engajamento no ativismo digital?

Recorremos a autores da filosofia e ciência política para nos ajudar a compreender essas problemáticas. Começaremos nossa reflexão pelo pensamento do filósofo alemão Axel Honneth (2003) sobre o reconhecimento, pois sua teoria exprime a compreensão de um aspecto que para nós é claro no movimento #PrimeiroAssédio: a possibilidade de sujeitos autocentrados, isolados dos movimentos sociais e da vida política, se envolverem em lutas coletivas, mesmo que seja de forma fluida e descontínua. Tentaremos, em seguida, articular o conceito de Honneth sobre a configuração de uma “semântica coletiva” capaz de juntar o “eu” e o “nós”, com a proposta de uma comunicação democrática mais inclusiva, defendida pela cientista política Iris Young (2002), que leva em consideração os testemunhos de vida como estratégia discursiva importante para mobilizar sujeitos dispersos. O pensamento de Honneth e Young são fundamentais, portanto, para compreender o ativismo digital contemporâneo, baseado em ações individualizadas e na personalização da comunicação.

Para atualizar as reflexões, dialogaremos com autores que têm refletido sobre a reconfiguração das ações coletivas no contexto digital, essenciais para reconhecer no movimento #PrimeiroAssédio os novos aspectos do ativismo político: as formas mais privadas na prática da cidadania (PAPACHARISSI, 2010), as maneiras mais “personalizadas de exercício cívico”, relacionadas à fluidez de fronteiras anteriormente percebidas como rígidas, incluindo as espaciais, as temporais e aquelas que separam público e privado (BIMBER, FLANAGHIN & STOLL, 2012) e a configuração de uma “ação conectiva” que, diferentemente das formas tradicionais da ação coletiva, é fortemente individualizada e tecnologicamente organizada (BENNETT & SEGERBERG, 2015), baseada em uma comunicação de expressão pessoal. Dentro deste tipo de comunicação mais personalizada, buscamos apontar como as micronarrativas e o uso de *hashtags* constituem-se recursos comunicativos relevantes.



### 3.1 Reconhecimento: engajamento político a partir de conflitos pessoais

A luta por reconhecimento é uma perspectiva teórica que tem indicado um caminho para a compreensão da participação política em uma sociedade marcada pelo processo de individualização. Segundo esta abordagem, o sujeito, em busca de sua autorrealização, enfrenta uma série de conflitos morais que o motivam ao engajamento em lutas coletivas por justiça. Antes de nos aprofundar na teoria do reconhecimento, consideramos importante situá-la nos campos de estudo sobre participação política.

Compreender as configurações do ativismo político e as motivações para o engajamento em causas coletivas tem sido o objetivo de diversos estudos desenvolvidos nas Ciências Sociais. No clássico *A Lógica da Ação Coletiva*, publicado nos anos de 1970, Mancur Olson (1999) analisou por meio da lógica da teoria da escolha racional, os incentivos e os obstáculos para que indivíduos se organizassem em formas coletivas de ação. Seu principal argumento é o de que os indivíduos não agem voluntariamente para promover interesses coletivos, abordando, desta forma, o problema do *free rider* (carona), já que muitos indivíduos podem se beneficiar de eventuais consequências positivas de ações coletivas sem terem que arcar com os altos custos das mesmas, inspirando a corrente da Teoria da Mobilização de Recursos. De lá para cá, muitos pesquisadores argumentaram que a ação coletiva não pode ser resumida a cálculos de custo e benefício e a escolhas racionais. Nos anos 1980, o economista alemão Albert Hirshman (1983) tenta aproximar mercado e política, ou seja, consumidor de cidadão ao defender a hipótese de que a decepção através da atividade do consumo tende a acabar fomentando a ação na esfera pública. Nas teorias de movimentos sociais, estudiosos diversos (TILLY 2008, TARROW, 2009; BENFORD & SNOW, 2000) procuraram discutir novas abordagens como a lógica do confronto político, enquadramentos e redes preexistentes que permitiriam a estruturação de coletivos. No contexto europeu, alguns autores (HABERMAS 2016; MELUCCI 1995; CASTELLS, 1999) enfatizaram a dinâmica discursiva e o papel da construção de identidades coletivas nos movimentos sociais. A questão da identidade também foi tema importante de discussão para a vertente dos estudos culturais e pós-coloniais,

em que se destaca o trabalho de Stuart Hall (2014), principalmente por seu envolvimento com o movimento feminista e com as lutas étnico-raciais diaspóricas.

A emergência da ideia de reconhecimento na teoria política contemporânea relaciona-se também aos estudos sobre identidade e multiculturalismo. Em diálogo direto com Hegel, o filósofo canadense Charles Taylor propôs pensar lutas por justiça a partir da noção da ideia de reconhecimento, para lidar com os dilemas contemporâneos entre igualdade e diferença. Pouco depois, em 1992, o filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth publicou sua tese de Livre Docência, em que busca atualizar os *insights* hegelianos por meio da psicologia social de G. H. Mead.

Na abordagem da luta por reconhecimento, atores sociais, a partir de conflitos morais e de valores, buscam questionar padrões naturalizados da relação social, seja para abordar os dilemas das sociedades multiculturais, seja para refletir sobre a construção da cidadania ou para diagnosticar práticas desrespeitosas e discriminatórias, como explica Ricardo F. Mendonça (2009). O que é comum a todas essas lutas diferentes é o reconhecimento da identidade distinta da minoria cultural desfavorecida, como aponta o filósofo das narrativas Paul Ricoeur, ao analisar a teoria de Honneth:

Trata-se pois de identidade, mas no plano coletivo e em uma dimensão temporal que abarca discriminações exercidas contra esses grupos em um passado que pode ser secular, como na história da escravidão, até mesmo multissecular, como na condição feminina (RICOUER, 2006, p. 227).

Esse tipo de conflito seria fundamental para que indivíduos possam construir suas identidades de modo saudável, impulsionando uma contínua transformação da sociedade. Portanto, nas teorias do reconhecimento, a identidade é colocada no centro da busca por justiça que depende, nesta abordagem, da possibilidade de os indivíduos se autorrealizarem, e essa possibilidade é construída na luta pela consideração intersubjetiva, da reciprocidade do outro.

Entendemos que as diversas lutas feministas na denúncia da dominação masculina ou na afirmação da igualdade intelectual e moral das mulheres se inserem na luta por reconhecimento. O assédio sexual contra mulheres na fase da infância e da adolescência, foco da campanha no Twitter promovida pelo coletivo Think Olga, é um dos muitos comportamentos machistas da sociedade naturalizados, a tal ponto de homens exporem na Internet sem nenhum receio ou vergonha comentários de conotação sexual sobre uma menina de doze anos,

participante de um programa de TV. Portanto, o movimento específico da *hashtag* #PrimeiroAssédio insere-se na luta específica de uma identidade coletiva, de mulheres<sup>22</sup> que se reconhecem como vítimas do comportamento machista, que questiona uma prática desrespeitosa, o assédio sexual, dada como naturalizada pela sociedade.

Para o presente estudo, trabalharemos com a abordagem de Axel Honneth (2003), entendendo que sua teoria estava centrada em lutas que viabilizem a autorrealização das pessoas. A luta por reconhecimento, especialmente, para Honneth, deve ser pensada no plano individual, em que sujeitos precisam ver-se como sujeitos específicos capazes de serem estimados pelas suas contribuições à sociedade. Deve-se ressaltar, no entanto, que na teoria do reconhecimento este indivíduo autônomo nunca age sozinho, pois é através do reconhecimento intersubjetivo que os sujeitos podem garantir a plena realização de suas capacidades e uma autorrealização marcada pela integridade.

Honneth (2003) parte do princípio de que o conflito é intrínseco à formação dos sujeitos e da sociedade. Esse conflito não é, contudo, conduzido apenas pela lógica da autoconservação individual, como pensavam Maquiavel e Hobbes. Trata-se, antes de tudo, de uma luta moral, dado que a organização da sociedade é pautada por obrigações intersubjetivas. Assim, Honneth adota a premissa de Hegel, para quem os indivíduos se inserem em diversos embates através dos quais constroem uma imagem coerente de si mesmos e possibilitam a instauração de um processo em que as relações éticas da sociedade se liberariam de particularismos. Esses embates se dariam, na visão de Hegel, nos âmbitos da família, do direito e da eticidade:

Hegel entende por 'eticidade' [...] o gênero de relação social que surge quando o amor, sob a pressão cognitiva do direito, purifica-se, constituindo-se uma solidariedade universal entre os membros de uma coletividade, visto que nessa atitude todo sujeito pode respeitar o outro em sua particularidade individual, efetua-se nela a forma mais exigente de reconhecimento recíproco.(HONNETH, 2003, p. 153)

Honneth se apoia também nos conceitos de intersubjetividade defendidos por G. H. Mead, para quem os indivíduos não são pré-definidos, mas se constroem

---

<sup>22</sup> Vale destacar que consideramos as diferenças a atravessar as mulheres e a questão da construção do feminino e as interseccionalidades defendidas por Judith Butler (2015), mas também concordamos com Verta Taylor, que também trabalha com gênero, ao afirmar que “política é sempre, em certo sentido, sobre identidade” (TAYLOR, 2013, p. 39).

no agir diante do outro. Para Mead, o *self* pode ser analiticamente subdividido em duas estruturas em permanente interação: o *mim* e o *eu-mesmo*. Enquanto a primeira é moldada pelo *Outro Generalizado*, sendo composto pelos padrões culturais internalizados, a segunda é responsável pelos impulsos e desejos que caracterizam a individualidade. O *self* é a costura tensa entre o *mim* e o *eu-mesmo*. O diálogo entre estas duas estruturas ocorre na mente, entendida como uma construção social que atua como espaço para a reflexividade, permitindo que os seres humanos “selecionem e organizem estímulos, projetem futuros, ressignifiquem passados, ponderem alternativas e façam escolhas, evidenciando a capacidade de autonomia do sujeito” (MENDONÇA, 2009, p.42).

Nesse processo circular em que sociedade, mente e *self* se constroem mutuamente, Mead aponta para o papel da linguagem: “ela é uma parte de um processo social, e é sempre a parte por meio da qual afetamo-nos como afetamos aos outros e intervimos na situação social graças a essa compreensão do que dissemos” (MEAD, 1934, p.75 apud MENDONÇA, 2009). É por meio da linguagem que o indivíduo internaliza a cultura e a coloca em diálogo com seus próprios impulsos.

A percepção de certa autonomia dos sujeitos resulta em impactos políticos profundos. Se os sujeitos interpretam, reflexivamente, as experiências com as quais se deparam, reconstruindo seus próprios “*eus*”, podem elaborar narrativas e discursos capazes de desafiar significados e práticas sociais opressivas.

Mead também alicerça a ideia hegeliana de reconhecimento em três tipos de relação: *as primárias, as jurídicas e a esfera do trabalho* (Honneth, 2003).

A partir da junção dos pensamentos de Hegel e Mead, é que Honneth sistematiza sua proposta, afirmando que:

(...) são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades. (HONNETH, 2003, p.156).

Honneth refina as categorias de Hegel e Mead, extraíndo delas três princípios integradores: as relações de amor, de direito e de solidariedade.

Para o filósofo, em cada relação amorosa, atualizar-se-ia o jogo dependência/autonomia oriundo da fusão originária mãe e filho, dele dependendo a

confiança básica do sujeito em si mesmo e no mundo. Assim a *autoconfiança* deriva do amor.

As relações de direito, por sua vez, pautam-se pelos princípios morais universalistas constituídos na modernidade. O sistema jurídico não admite privilégios e gradações, aplicando-se a todos na mesma medida e permitindo aos sujeitos reconhecerem-se reciprocamente como seres humanos dotados de igualdade. Para Honneth (2003) as relações jurídicas geram o *autorrespeito*: consciência de poder se respeitar a si próprio, porque merece o respeito de todos os outros.

A terceira e última dimensão do reconhecimento se dá no domínio das relações de solidariedade, que propiciam algo além de um respeito universal. Honneth lembra que os sujeitos humanos precisam, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, “de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (Honneth, 2003, p.198). Essa valorização social dos indivíduos em suas particularidades, geraria a *autoestima*, fundamental para que haja solidariedade. É esta que permitiria a coesão social em sociedades altamente individualizadas, visto ser mais ampla do que o vínculo familiar e mais forte do que o respeito instituído na lei.

Às três dimensões do reconhecimento, Honneth associa, respectivamente, três formas de desrespeito: 1) aquelas que afetam a integridade corporal dos sujeitos e, assim, sua *autoconfiança* básica; 2) a negação de direitos que mina a possibilidade de *autorrespeito*, à medida que impõe ao indivíduo “o sentimento de não possuir o status de um parceiro de interação com igual valor” (Honneth, 2003, p.216); e 3) a referência negativa ao valor de certos indivíduos e grupos, que afeta a *autoestima* dos sujeitos. Todas essas formas de desrespeito se configurariam perigos concretos à autorrealização.

Se essas formas de desrespeito ameaçam as identidades, elas também podem impulsionar lutas sociais. Honneth afirma que os obstáculos que surgem ao longo das ações dos sujeitos podem se converter em indignação, o que permite um deslocamento da atenção para o contexto da ação. O desrespeito é a concretização da opressão e pode cercear a autorrealização, mas também pode fomentar uma reflexividade que está no coração da autonomia e da conseqüente possibilidade de emancipação. Tal reflexividade pode gerar lutas, desde que o contexto político-cultural seja propício para tanto. O que Honneth defende de uma forma mais ampla

é que os conflitos intersubjetivos por reconhecimento, estimulados por situações desrespeitosas, são fundamentais para o desenvolvimento moral da sociedade e dos indivíduos.

“O pessoal é político”, slogan que se tornou marca do movimento feminista, sintetiza, de certa forma, as ideias de Honneth sobre a luta por reconhecimento, pois denota como sujeitos vivendo situações de desrespeito na esfera particular e pessoal, a partir da consciência desta opressão, podem se inserir em lutas coletivas que os levem ao resgate da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima, em suma, da autorrealização.

No feminismo dos anos 1960 e 1970, o afeto, a sexualidade e o corpo foram politizados por meio de manifestações de testemunhos que permitiram levar a público as perspectivas de mulheres. Um processo que objetivou, ao mesmo tempo, redefinir as regras do jogo e conscientizar as próprias mulheres sobre a naturalização da agressão masculina e a erotização da dominação (Biroli, 2014 p.41).

A campanha *hashtag* #PrimeiroAssédio segue a mesma estratégia comunicativa e nos parece ir ao encontro da semântica coletiva defendida por Honneth: “uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências do desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (2003, p. 258). Portanto, são instituídas identidades políticas que questionam situações consideradas injustas e propõem novas gramáticas de interação social.

Nas diversas lutas do feminismo, mas principalmente naquelas que se inserem contra a erotização da dominação, como é o caso do assédio sexual, identificamos as três dimensões propostas por Honneth para a autorrealização. Na dimensão do amor, a luta feminista propõe uma nova relação de afetividade entre homens e mulheres, em que o corpo feminino seja respeitado e não objetificado; na dimensão do direito, o movimento já vem conquistando nas últimas décadas respaldo jurídico, com a criminalização do assédio sexual e com a adoção de penas mais duras para os crimes de violência contra a mulher, o que leva a uma maior igualdade nas relações; e na dimensão da solidariedade, o crescente engajamento da sociedade às causas feministas, como revelou o nível de participação na campanha *hashtag* #PrimeiroAssédio, parece refletir o reconhecimento e estima, ao

menos de parte da sociedade, sobre a legitimidade das causas defendidas pelo movimento.

Honneth representa uma guinada na teoria crítica exatamente porque chama a atenção para a dimensão afetiva das lutas sociais. Essas lutas emergem da concretude da vida cotidiana e se manifestam, muitas vezes, em reivindicações apaixonadas. Neste sentido, o filósofo redimensiona o espaço que tem sido dado à esfera privada e íntima no campo político, e redefine o papel do sujeito individualista e atomizado da sociedade contemporânea nas lutas democráticas.

### 3.1.1 Reconhecimento em Debate

É importante ressaltar aqui que as ideias de Honneth e Taylor desencadearam um grande debate acerca da noção de *reconhecimento*, que explicitou seu potencial para a compreensão de conflitos sociais e foram confrontadas por diversos pensadores. A crítica mais contundente partiu de Nancy Fraser, a eminente feminista norte-americana professora da New School for Social Research, que foi desenvolvida e aprofundada ao longo de anos de controvérsias públicas sobre o tema. Um dos aspectos mais enfatizados diz respeito a uma certa negligência de Honneth em relação às injustiças econômicas, além de um temor de que suas proposições reconduzam a visões de *identidades autênticas essencializadas* (2006, MENDONÇA, p.6).

Para melhor compreensão desta polêmica, é interessante observar um pano de fundo consensual: tanto Honneth como Fraser, nas propostas de reconhecimento, procuram atualizar a *teoria crítica*, entrando em diálogo com as trilhas abertas pelo projeto habermasiano a partir do referencial da Escola de Frankfurt, que “não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente” (NOBRE, 2003 apud MENDONÇA, 2006, p.13). Com base nas noções de ação comunicativa (HABERMAS, 2016) os autores alcançam uma compreensão ampliada da política, chamando a atenção para a participação dos cidadãos em suas vidas cotidianas.

Fraser (2003), entretanto, julga que pensar o reconhecimento a partir da perspectiva de uma autenticidade identitária é um equívoco não apenas teórico, mas também político. Para a autora, a questão do reconhecimento deve ser calcada na busca por *paridade de participação* e não na busca por *autorrealização*. Como alternativa, ela propõe um modelo de reconhecimento a partir da ideia weberiana de *status*. Nessa perspectiva, o não-reconhecimento não é explicado em termos de depreciação da identidade, mas como subordinação social: “o que requer reconhecimento não é a identidade específica do grupo, mas o status de seus membros individuais como parceiros por completo na interação social”. Neste sentido, é que Fraser aponta para a questão da justiça econômica: os recursos materiais devem assegurar independência e voz aos participantes da interação social. A questão distributiva estaria ausente, segundo Fraser, na abordagem de Honneth, centrada apenas na justiça cultural. Segundo Fraser, as duas dimensões da justiça – econômica e cultural - deveriam ser integradas.

De acordo com Avritzer (2007), as críticas à teoria do reconhecimento de Honneth elaboradas por Fraser apontam na direção de uma teoria política e legal do reconhecimento. Segundo ele, a teoria de Honneth é permeada pela incapacidade de entender a maneira como os movimentos sociais postulam o reconhecimento enquanto luta política, sua dimensão coletiva e reivindicação pública. Ao reduzir as formas de desrespeito à falta de autoestima do próprio *self*, Honneth acabou por se concentrar na categoria do indivíduo, ignorando que as formas de reconhecimento mais fortes nas sociedades contemporâneas – aquelas ligadas à raça e ao gênero – estão ligadas a formas de ação coletiva.

Enquanto Fraser, ao relacionar a luta por reconhecimento à uma busca de status de participante igualitário na política e na constituição da sociedade, posicionou o reconhecimento como categoria política e social e não como uma categoria do *self*. Segundo Avritzer (2007), o reconhecimento trata de uma categoria política social porque exige, além da ação intersubjetiva, a ação coletiva de movimentos que, ao questionarem padrões institucionais e legais de exclusão, sejam também capazes de propor novos padrões institucionais e legais de inclusão.

Em resposta a Fraser, Honneth alega adotar uma visão mais ampla de *reconhecimento*, que não se restringe à dimensão cultural da justiça, encampando também os aspectos econômicos (MENDONÇA, 2006). Assim, demandas por redistribuição material caberiam tanto em sua proposta de igualdade diante da lei,



que prometeria tratamento equânime a todos os membros de uma comunidade política, quanto na ideia de que cada membro de uma sociedade democrática deve ter a chance de ser socialmente estimado por suas realizações pessoais, o que incluiria trabalho e acesso a bens e serviços .

Honneth, por sua vez, acusa Fraser de restringir os conflitos sociais a lutas organizadas e visíveis na esfera pública, negligenciando toda uma ampla gama de injustiças que afetam e depreciam identidades que não são publicizadas – resposta que pode ser estendida à posição de Avritzer. Ela desconsideraria, desta maneira, formas de sofrimento e desrespeito enraizadas que “também incluem aquelas que existem antes, e independentemente, da articulação política de movimentos sociais” (HONNETH, 2003, p. 117 apud MENDONÇA, 2006).

Na análise das controvérsias, Ricardo F. Mendonça (2006) propõe um novo modelo analítico para a compreensão das lutas emancipatórias, com o qual concordamos, que pode emergir da combinação das perspectivas de Honneth e Fraser em um viés, simultaneamente, atento à autorrealização de sujeitos e à *participação paritária* deles em interações sociais.

### **3.2 Narrativas de si: ponte semântica para a ação coletiva**

Falar de uma luta por reconhecimento implica, segundo Honneth (2003), perceber a construção de gramáticas morais que envolvem os problemas cotidianamente experimentados pelos sujeitos. Os conflitos sociais, na visão deste autor, demanda o estabelecimento de pontes semânticas entre os sentimentos de indignação experimentados pelos sujeitos para gerar ação coletiva moralmente motivada. Trata-se, portanto, de um processo em que o desrespeito vivenciado por algumas pessoas é tematizado como questão pública, merecedora de atenção da sociedade como um todo, como explica Ricardo F. Mendonça (2009). Na perspectiva do reconhecimento, portanto, as demandas, por mais que sejam expressadas como casos particulares, não devem promover apenas os interesses próprios, mas mostrar-se como benéficas à sociedade. É neste sentido, que compreendemos que as narrativas pessoais, como no caso do #PrimeiroAssédio, contribuem para “semântica coletiva” proposta por Honneth (2003), ao permitir que

experiências do desapontamento pessoal sejam interpretadas como algo que afeta não só o eu individual, mas também muitos outros sujeitos.

Hannah Arendt, em 1958, já apontava que os fatos e as experiências devem ser comunicados, pois aquilo que ainda estava no plano obscuro do pensamento pode se tornar realidade através de uma comunicação intersubjetiva e passar a fazer parte de um conjunto compartilhado de ideias materializadas pelo discurso. Nesse sentido, questões antes consideradas individuais podem se tornar coletivas. Posicionamentos, desejos, premissas e testemunhos, ao serem comunicados, podem alcançar fértil terreno naquele outro que se identifica com as mesmas questões, conformando assim identidades e demandas coletivas. “O pessoal torna-se político quando lutas individuais se conectam conceitualmente com uma luta normativa ampla por igual status na política como um todo” (Arendt, 1991, p. 216).

Alguns pesquisadores mais contemporâneos (Young, 2002; Polletta, 1998, 2004; Black, 2008) têm tratado da relevância dos testemunhos em contextos políticos, principalmente como meio para ampliar a inclusão de sujeitos que são, em geral, excluídos nos debates.

Antes de abordarmos as perspectivas dessas autoras, cabe aqui ressaltar que, até este ponto da pesquisa, vários foram os termos utilizados para fazer referência às narrativas de si: relatos, histórias de vida, narrativas autobiográficas, narrativas pessoais, dentre outros. Por isso, acreditamos ser importante especificar que tomamos a expressão “narrativas de si” com o mesmo significado de “testemunho”.

Entendemos que os testemunhos são relatos de experiências de vida, experimentadas pelos próprios sujeitos que contam suas histórias e que são ao mesmo tempo narradores e protagonistas delas. Podemos também considerar aqueles depoimentos em que a vida do narrador foi diretamente afetada por algo que ele presenciou, afinal, ele não apenas viu, mas experimentou aquela situação.

Como pretendemos verificar se os testemunhos do #PrimeiroAssédio abrigam as premissas da teoria do reconhecimento sobre os conflitos morais que incentivariam o engajamento político e se eles cumprem eficientemente funções políticas, logo, é evidente que o sentido das “narrativas de si” ou dos testemunhos que empregamos é o político. Por isso, concordamos com Garcêz (2008, p.79), para quem o testemunho político além de *presenciar*, *demonstrar*, *comprovar* e *declarar ter visto*, tem o sentido de *vivenciar*, *julgar* e *depor* pois, quando convocados

politicamente, “os testemunhos adquirem um tom de julgamento a respeito daquela experiência vivida e um aspecto de defesa de determinado ponto de vista ou de denúncia”.

(...) testemunhos com objetivos políticos, que podem ser a luta de vozes oprimidas, a comprovação da existência de preconceito ou discriminação, uma expressão de sobrevivência a determinadas situações, a necessidade de comprovar que são “provas vivas” de determinadas ocorrências, meio para demonstrar que se vive situação parecida à de outra pessoa, dentre outros. Contar histórias de vida é, de alguma forma, um ato de rememorar o passado, próximo ou distante. Entretanto, os objetivos dessa lembrança não são históricos, mas políticos (...) (GARCÉZ, 2008, p. 79).

Por outro lado, a teórica deliberacionista Francesca Polletta aponta para o caráter emocional das narrativas pessoais: “abrir a deliberação a histórias de vida legitima um tipo de discurso que é emocional, engajado e baseado em particularidades da experiência” (POLLETTA, 1998, p. 2). Portanto, é preciso ter em mente na análise desses relatos, mesmo com conotação política, que eles não envolvem apenas o fato em si, mas sentimentos, impressões e reflexões geradas por esse fato.

Laura Black (2008) reforça o papel das narrativas na negociação de identidades que se dão em momentos de diálogos. “Contar histórias ajuda os participantes a solidificar e manifestar suas identidades em relação ao outro e também os habilita a imaginar e apreciar a outra perspectiva” (BLACK, 2008, p. 95-96). Isso permite aos parceiros de interação negociarem as tensões identitárias de modo a buscarem reconhecimento ou a conectarem experiências parecidas.

Os testemunhos, relatos e narrativas pessoais fariam parte das conversações informais que, para a abordagem mais contemporânea da Ciência Política, são parte central dos processos em que a sociedade transforma seus padrões culturais e suas normas de reconhecimento.

Na conversação e ação cotidiana, os não ativistas testam novas e velhas ideias contra as realidades diárias, fazem pequenos movimentos – micronegociações – que tentam colocar alguma versão de uma ideia em efeito, e conversam sobre essas ideias com amigos (MANSBRIDGE, 1999, p. 214)

Essa conversação, segundo Mansbridge (1999) se dá nos mais diversos locais e reúne tanto os ativistas dos movimentos sociais, quanto os não-ativistas em dinâmicas nas quais a política está presente. É o que ela chama de ativismo dos não-ativistas: pessoas, a princípio desvinculadas de questões políticas acabam por

se manifestarem politicamente por meio da conversação. Portanto, essas situações informais não são como a esfera pública teorizada por Jürgen Habermas, onde o discurso é racional, orientado para o entendimento e baseado fundamentalmente na argumentação (HABERMAS, 2011). Entretanto, o próprio Habermas assume em obra posterior que “a deliberação política, amplamente entendida, responde a diferentes assuntos com diferentes lógicas e modos de comunicação” (HABERMAS, 2005, p. 387).

As conversações informais são enunciações espontâneas, na maior parte das vezes, que fazem referências diretas à concretude da experiência, em que se enfatiza a “autenticidade do vivido”. Tais enunciações são, frequentemente, dirigidas por exemplos e narrativas que buscam transformar um cotidiano experienciado em algo partilhável. Nessa partilha, a experiência é reapropriada discursivamente, criando pontes entre a memória do vivido, a atualidade e as projeções do futuro.

É neste sentido que os testemunhos, as narrativas e os relatos de experiências pessoais, que fazem parte do rol de conversações informais, podem vir a se constituir em estratégias discursivas com conotação política, a partir de determinados contextos e de acordo com o objetivo, como explica a cientista política Iris Young (2002):

A narrativa política difere de outras formas de narrativa por sua intenção e pelo contexto de sua audiência. Eu conto uma história, não para entreter ou fazer uma autorrevelação, mas principalmente para marcar um ponto – demonstrar, descrever, explicar ou justificar alguma coisa para os outros no meio de uma discussão política. Narrativas políticas ampliam a discussão sobre diferença de diversas maneiras (YOUNG, 2002, p 72)

Para Young, a narrativa na comunicação política é uma alternativa válida aos argumentos, que deve ser utilizada quando se perde as compreensões sobre questões cruciais, pois tem a capacidade de ultrapassar nossas diferenças e promover entendimentos. A autora destaca cinco funções comunicativas das narrativas políticas, que vamos explicitar a seguir.

A primeira delas é *responder a uma injustiça ainda sem linguagem* que a expresse. A narrativa, neste caso, ajudaria aqueles que experimentaram um dano ou opressão e se viram obrigados a silenciar o seu sofrimento por não ter ainda termos para reivindicar justiça dentro do discurso prevalente.

Quando pessoas contam essas histórias publicamente, dentro ou entre grupos, a reflexão discursiva sobre elas desenvolve uma língua normativa

que nomeia as injustiças e pode dar conta de explicar o motivo pelo qual este tipo de sofrimento constitui-se uma injustiça. (YOUNG, 2002, p. 72)

Interessante notar que a autora dá como exemplo o caso da expressão “assédio sexual”, que surgiu apenas após intensos debates públicos, principalmente nos EUA, nas décadas de 1970 e 1980, quando mulheres, que haviam acabado de entrar no mercado de trabalho ainda dominado pelos homens, resolveram compartilhar as histórias de humilhações no ambiente profissional. O problema “sem nome” foi gradualmente identificado e nomeado, e desenvolveu-se uma moral social e uma teoria legal sobre o problema. É a mesma expressão que atualmente se encontra em disputa de significados na esfera pública, problemática que abordamos no presente estudo. No entanto, no caso contemporâneo, a expressão já existe e o que está em jogo é a expansão de seu significado nos contextos fora do ambiente de trabalho. As narrativas pessoais na campanha #PrimeiroAssédio e #MeToo estão sendo usadas para descrever diversas formas de desrespeito e variados tipos de violência (física, psicológica, simbólica) em relação às mulheres, tanto nos espaços públicos (ruas e coletivos de transporte) como no interior das relações afetivas.

A segunda função política das narrativas, segundo Young (2002), seria a de *facilitar a articulação de afinidades coletivas no espaço público*. A autora entende que o debate político nas sociedades democráticas, em geral, se dá dentro de grupos onde há interesses particulares, opiniões e posições sociais convergentes. A narrativa é sempre um meio importante pelo qual membros destes coletivos se identificam entre si e identificam a base de sua afinidade.

No caso #PrimeiroAssédio, esta função fica evidente pelo fato de ter conseguido agregar mulheres dispersas no ambiente *on-line*, que não estavam envolvidas necessariamente em lutas por causas feministas, mas que passam a se identificar com experiências em comum de desrespeito e abusos sexuais desde a infância.

*Entender a experiência do outro e contrariar interpretações prévias* seria a terceira função apontada pela autora. Histórias seriam o único meio pelo qual pessoas de um determinado segmento social conseguiriam ganhar algum entendimento sobre suas experiências, necessidades, projetos e desejos por parte daqueles situados diferentemente na sociedade. As narrativas ajudariam a dissipar pré-concepções ou generalizações que muitos participantes do debate público

fazem das necessidades e aspirações da vida de um grupo de pessoas, baseadas apenas em estereótipos.

Neste ponto, nos parece que a ação #PrimeiroAssédio, ao explicitar a experiência de sofrimento e repulsa de muitas mulheres em relação às manifestações masculinas de conotação sexual importunas e até violentas, que são naturalizadas em nossa sociedade, pode ter despertado em alguns homens, que nunca passaram por tal experiência, a compreensão e a empatia com esta dor. Uma generalização que as narrativas evidenciaram e tentaram dissipar, por exemplo, é a culpa da mulher pela agressão sofrida, por suas pretensas atitudes e roupas provocativas.

Como quarta função política da narrativa, Young (2002) aponta: *revelar as fontes de valores, prioridades e significados culturais*. Numa comunidade em que existe a falta de valores compartilhados, a discussão democrática não pode continuar apenas com argumentos racionais. Neste sentido, as narrativas servem para explicitar os significados de práticas, lugares ou símbolos para as pessoas, e porque eles são valiosos para determinados grupos e para outros não.

Se considerarmos que homens e mulheres convivem em um mesmo contexto cultural, não deveria haver um entendimento ambíguo ou até contrário em relação a determinada prática social. No caso do #PrimeiroAssédio, o que parece se revelar é a posição de subordinação da mulher na sociedade, ao aceitar calada o que lhe faz sofrer – posição esta muitas vezes mascarada pelo discurso de que muitas conquistas em prol da igualdade de gêneros já terem sido conquistadas.

E, por fim, *as narrativas pessoais ajudariam a constituir o conhecimento social que amplia o pensamento*. Para Young (2002), os testemunhos revelam um conhecimento social total dos pontos de vistas particulares. As narrativas, neste sentido, tornariam público o conhecimento localizado a partir de diversas situações sociais, e a combinação das narrativas de diferentes perspectivas produziria uma sabedoria coletiva social, não disponível de qualquer outra posição, como explica a cientista política:

Por meio das narrativas expressadas em público juntamente com outras diferentemente situadas, mas que também contam suas histórias, oradores e ouvintes podem desenvolver o 'pensamento alargado', que transforma o pensamento estreito sobre questões de interesse próprio para um novo pensamento sobre a mesma questão, considerando agora as perspectivas alheias. (YOUNG, 2002, p. 76)

No caso #PrimeiroAssédio, este conhecimento total por diversos pontos de vista particulares é notado por dois fatores: 1) desde as especificidades de cada situação narrada e que é denominada como assédio sexual, percebendo-se assim a abrangência de referências e significados que o termo engloba, e trazendo a confusão semântica para o debate público; 2) e o fato das redes sociais possibilitar a exposição pública do ponto de vista do outro, apesar de, no caso do #PrimeiroAssédio, haver poucos homens que defendam publicamente o assédio a menores de idade. No entanto, em muitos momentos houve a tentativa do público masculino de desacreditar o movimento, principalmente colocando em dúvida a veracidade dos testemunhos.

Cabe aqui ressaltar a posição do teórico político Dryzek (2000), para quem a função política de uma história particular só seria realizada se houver apelo a algum padrão universal. Uma história sobre uma repressão particular apenas irá envolver o outro, segundo ele, se houver um apelo a questões universalizáveis. Determinadas histórias devem ser ouvidas porque dizem respeito a profundas violações dos padrões gerais de dignidade humana resumidas em uma particularidade, mas que se conectam ao outro por meio da dignidade. Por outro lado, elas não devem ser contadas para incitarem o ódio ou a vingança nos seus ouvintes. Neste ponto, Dryzek converge com a preocupação de muitos pensadores sociais com o caráter de denúncia dos testemunhos públicos que podem incitar uma “voz coletiva que julga, segrega e antecipa castigos a partir da culpa provável que não se individualiza em nenhuma responsabilidade” (DUNKER, 2017, p. 255), e que pode reverberar intensamente no contexto contemporâneo com as tecnologias digitais de comunicação.

Com a internet, a publicização dos testemunhos se potencializa. Entendida como uma extensão da vida cotidiana, a internet e as plataformas que sustenta, como as redes sociais digitais, tornaram-se mais um lugar onde essas narrativas e relatos passaram a circular. Portanto, o ambiente digital constitui-se um novo *locus* de interação dos sujeitos que aproxima a cotidianidade das expressões políticas, talvez com mais força por seu potencial de conectividade. Como explica Aldé (2011), “a experiência *on-line*, com suas práticas de interatividade e compartilhamento, propõe uma mudança na abrangência do escopo da política, que pode estar presente em esferas mais microscópicas e cotidianas, próximas do indivíduo”.

### 3.3 Ativismo digital

#### 3.3.1 A expansão da esfera privada na prática da cidadania

Nas democracias contemporâneas, fronteiras do público e do privado são constantemente reajustadas ou borradas, como resultado de uma privatização do espaço público e de um possível retorno do espaço doméstico/privado como espaço político, aponta a cientista política Zizi Papacharissi, em seu livro *A Private Sphere: Democracy in a Digital Age* (2010). Portanto, é difícil identificar espaços públicos que não sejam associados com o Estado ou com interesses comerciais. Paralelamente, espaços privados tornam-se gradualmente em espaços de transação comercial. Isso implica que indivíduos frequentemente derrubem as modalidades privadas e públicas de expressão e existência dentro do domínio do social, reajustando constantemente as fronteiras do privado e do público, impactando na cidadania, Papacharissi:

“É frequentemente a tensão entre o que é considerado privado e o que é definido como público que demarca os territórios cívicos nos quais os cidadãos entendem e praticam seus deveres cívicos. As duas abstrações juntas delineiam [...] as ecologias cívicas sobre as quais expectativas de hábitos cívicos e convenções democráticas são formuladas.” (PAPACHARISSI, 2010, p.16)<sup>23</sup>

Para Papacharissi, o espaço virtual pode ser considerado um novo espaço público, mas não como sinônimo de uma nova esfera pública, já que ele reforçaria apenas a discussão, enquanto uma esfera pública virtual poderia reforçar a democracia. O espaço virtual proporcionado pelas tecnologias digitais se conformaria num espaço nem público e privado e sim híbrido: “Talvez seja melhor examinar as geografias propostas pelas tecnologias *on-line* como espaços híbridos

---

<sup>23</sup> No original: “It is frequently the tension between what is considered private and what is termed public that plots the civic territories along which citizens understand and practice their civic duties. The two conjoined abstractions [...] delineate the civic ecologies upon which civic habits expectations, and conventions of democracies are formulated.” (Papacharissi, 2010, p.16)



capazes de acolher o público e o privado, interesses comerciais e públicos, atividades políticas e sociais.”<sup>24</sup> (PAPACHARISSI, 2010, p.20).

As tecnologias digitais, segundo a pesquisadora, ao multiplicar ou pluralizar nossas esferas de interação, nos obrigaram a redefinir ainda mais as fronteiras do público e do privado. Constituídas por espaços que são, simultaneamente, públicos e privados, as tecnologias de comunicação viabilizaram um ambiente de mídia privado, localizado em espaços pessoais e privados do indivíduo, possibilitando ações cívicas atomizadas.

Essa esfera privada, como explica Papacharissi (2010), é o ponto focal das atividades cívicas que são desenvolvidas na contemporaneidade, mesmo quando elas permanecem nos ambientes privados ou se são tornadas públicas para determinadas audiências. Atividades privadas mas com escopo público, como ler notícias *on-line*, espreitar conversas políticas ou seguir blogs ou tweets de líderes de opinião, acontecem no *locus* da esfera privada. Atividades publicamente orientadas, como postar um *blog*, compartilhar uma opinião política, votar ou assinar uma petição em apoio a uma causa, ou publicar vídeos com notícias exclusivas no Youtube, também são cada vez mais possibilitadas dentro do *locus* de uma esfera privada digitalmente equipada.

Desta forma, o cidadão em uma democracia representativa, anteriormente constituído dentro de uma esfera pública através de deliberação cívica, é agora viabilizado por uma esfera privada através do uso de ambientes privados de mídia.

A esfera privada, como aponta criticamente Papacharissi (2010), é construída de forma a servir aos valores de autonomia, controle e autoexpressão. Logo, o conteúdo personalizado proporcionado pela mídia *on-line* se adequa a essa esfera privada do cidadão, em que o *self* permanece o ponto de referência. Entretanto, este cidadão está sozinho, mas não solitário ou isolado. Pelo contrário, diz a autora, pois é dentro desta esfera privada que o indivíduo cultiva hábitos cívicos que o permitem conectar com outros a partir de prioridades sociais, políticas e culturais compartilhadas. O que traz para nós uma questão relevante: esta seria uma forma de politização da esfera íntima ou de privatização da política?

---

<sup>24</sup> No original: “Perhaps it is best to examine the geographies proposed by online technologies as hybrid spaces capable of hosting both public and private, commercial and public interest, political and social activities.” (Pacharissi, 2010, p. 20).

A problemática da redução das fronteiras também é ponto relevante para se compreender as mudanças estruturais na forma de organização coletiva, segundo os pesquisadores de ciência política B. Bimber, A. Flanagin e C. Stohl (2012). Eles ressaltam que as tecnologias não são simples ferramentas usadas pelos ativistas, mas parte de um contexto que altera a nossa forma de estar em sociedade, pois confundem as fronteiras de categorias tradicionalmente percebidas como mais rígidas: as espaciais, as temporais e aquelas que separam o público do privado. Para a ação política, isso implica que, em muitas dimensões da vida social, as fronteiras estão se tornando menos importantes para restringir comportamentos, delimitar as esferas da interação ou comunicação, separar o privado do público, definir as escolhas das pessoas e pressionar os papéis que cada um deve ter nas organizações. Com isso, de acordo com os autores:

A redução das fronteiras demanda não apenas uma reconceituação dos princípios da teoria da ação coletiva, mas também sugere que os requisitos para organizar esforços de ação coletiva podem ser cumpridos por um conjunto complexo de arranjos organizacionais (BIMBER et al. 2012, p. 79).

No entanto, Bimber e seus colaboradores (2012) entendem que o enfraquecimento destas fronteiras permite grande independência e oportunidades para empreendedores individuais, apesar das importantes implicações para ação coletiva no contexto das organizações formais. Para eles, num contexto em que cidadãos estão cada vez mais acostumados a altos níveis de agência e individualismo, o ambiente de mídia digital possibilitou novas e impensadas oportunidades para as ações coletivas quando pessoas estão cada vez mais imersas em uma atmosfera na qual é sua rotina compartilhar ideias, conexões e interesses. “Estes desenvolvimentos estão contribuindo para alterar as práticas de cidadania, partindo de instituições e normas para cumprimento de deveres em direção de maneiras mais personalizadas de ser cívico” (Bimber et al, 2012, p.5).

### 3.3.2 Ação coletiva e ação conectiva

Lance W. Bennett e Alexandra Segerberg (2015), ao analisar movimentos sociais contemporâneos como Occupy Wall Street, o 15M espanhol e a ocupação da

Praça Tahir no Egito, apontam que vem emergindo no século XXI um novo tipo de ação de confronto político, que mobiliza multidões a partir do uso sistemático das mídias digitais, e que para entender as mudanças em jogo, é necessário distinguir duas lógicas de ação política: 1) a “lógica da ação coletiva” (em evidente referência ao trabalho de Mancur Olson nos anos 1970), mais convencional, associada aos altos níveis de recursos organizacionais e a formação de identidades coletivas; 2) e a emergente “lógica da ação conectiva”, baseada no conteúdo personalizado compartilhado pelos sites de redes sociais, em que as identificações políticas são flexíveis, mais baseadas em estilos de vida do que em posições ideológicas ou comunitárias.

O elemento fundamental para a ação conectiva, segundo Bennett (2015), é a comunicação personalizada, em que o conteúdo político é compartilhado na forma de ideias facilmente personalizáveis, que exigem pouco esforço para a ação. A participação se torna automotivante quando conteúdo pessoalmente expressivo é compartilhado, reconhecido por outros, que repetem a atividade de compartilhamento. Na lógica conectiva, segundo Benkler (apud BENNETT & SEGERBERG, 2015, p.30), “tornar uma ação pública ou contribuir com o bem comum torna-se um ato de expressão pessoal e reconhecimento ou autovalidação ativada por compartilhamento de ideias e ações em relacionamento de confiança.”

Para Bennett e Segerberg (2015), essa autoexpressão não significa a impossibilidade de uma coletividade. Ao contrário, ela suscita novos tipos de vínculos, que sejam amplos o suficiente para abarcar e incluir diferenças. Os indivíduos se apropriam dos enquadramentos, moldam-nos e os compartilham como seus.

A ação comunicativa *hashtag* #PrimeiroAssédio, ao denunciar uma prática machista naturalizada, envolvendo a participação de milhares de pessoas que, provavelmente, enviaram suas narrativas pessoais de seus *smartphones*, *tablets* ou *laptops*, a partir de seus espaços domésticos ou locais de trabalho, pelos fluxos comunicativos da Internet, mais especificamente pelo Twitter, um site de rede social comercial e privado, ilustra o que os autores supramencionados apontam como uma nova forma de exercer a cidadania: de forma atomizada e entrelaçando as categorias do público e do privado.

Uma das principais forças da referida campanha para alcançar um elevado número de participantes parece ter sido o uso da comunicação personalizada. As

narrativas de experiências pessoais de carências e sofrimentos, utilizadas na campanha #PrimeiroAssédio, constituem este conteúdo personalizado, altamente expressivo, capazes de chamar a atenção e estimular o engajamento, fortalecendo assim posições políticas. Na ação do #PrimeiroAssédio, a eficiência dos recursos de personalização para o engajamento é ainda mais relevante, dado que se trata de uma ação coletiva apenas comunicativa, sem gerar mobilização nas ruas e em praça pública.

### 3.3.3 Comunicação personalizada

Se a personalização do conteúdo tornou-se um aspecto essencial para a comunicação no ativismo digital, consideramos relevante destacar e analisar aqui dois recursos comunicativos, largamente usados no ambiente *on-line* (não apenas nas ações políticas, é importante sublinhar), que, do nosso ponto de vista, contribuem para o engajamento nas ações coletivas: a micronarrativa e a *hashtag*. Recursos estes que foram particularmente explorados na ação #PrimeiroAssédio.

#### 3.3.3.1 Micronarrativas

Os primeiros relatos compartilhados com a *hashtag* #PrimeiroAssédio apareceram na ferramenta de microblog Twitter, que depois se espalharam para outros sites de redes sociais, como Facebook, além de blogs e aplicativos digitais. De qualquer forma, o Twitter foi o ambiente onde, não somente a ação foi iniciada, mas foi por onde também circulou, com maior velocidade, um volume considerável de narrativas curtas sobre os assédios sofridos. O tamanho das mensagens era limitado pela própria ferramenta: na época da campanha #PrimeiroAssédio, em 2015, o Twitter permitia a publicação apenas de mensagens de até 140 caracteres. Pretendemos refletir aqui o quanto o formato diminuto destes relatos, que podem ser definidos como micronarrativas pessoais, poderia ter potencializado a força comunicativa dos testemunhos que analisamos previamente.

Partindo da ideia de que gêneros de discurso são “dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes” (MAINGUENEAU, 2013, p. 67), a micronarrativa parece se constituir como um produto das práticas contemporâneas, relacionadas à midiatização e hiperconexão da vida em sociedade e, conseqüentemente, da comunicação. Ela depende desse cenário para existir, mas ao mesmo tempo contribui para que ele exista.

A micronarrativa insere-se no gênero das narrativas e, portanto, trabalha com seus mesmos aspectos: tempo, espaço, personagem, ação, transformação. “Relatar é dizer quem fez o que, por que e como, mostrando no tempo a conexão entre esses pontos de vista”. (RICOEUR, 1991, p. 174). Diferencia-se de outras narrativas por limitar-se ao essencial, devido à pouca oferta linguística. Há então aquilo que se conta, mas narrado de uma forma bastante especial, apoiando-se fundamentalmente na sugestão. A estrutura diminuta, drasticamente menor que a de outros gêneros narrativos, requisita a omissão de algumas informações que serão recuperadas pela memória do interlocutor. Entretanto, não podemos afirmar que as significações implícitas são privilégio somente da micronarrativa, muito pelo contrário, os discursos como um todo apresentam a possibilidade de os sentidos se formarem por aquilo que não se mostra diretamente na materialidade da língua.

A micronarrativa tem se apresentado como uma das principais formas de narrativas no ambiente digital, que pode estar relacionada às limitações impostas pelas ferramentas de compartilhamento como o Twitter, que permite a publicação de textos de até 280 caracteres<sup>25</sup>, mas também ao fluxo intenso de conteúdo, o que privilegia a velocidade na leitura de textos e na visualização de vídeos/imagens.

Essa velocidade é vital para um ambiente de “abundância comunicativa”, termo usado por John Keane (2013) para descrever um momento ímpar de revolucionária transição da comunicação, caracterizada por uma mídia interconectada, convergente, que engloba “conteúdo com texto, imagem e som digitalmente compacto, facilmente armazenável, portátil e reproduzível” (KEANE, 2013, p.1-2).

---

<sup>25</sup> O microblog ampliou o limite de número de caracteres por mensagem para publicação na sua ferramenta em novembro de 2017: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/twitter-aumenta-limite-para-280-caracteres.ghtml>> acessado em dezembro, 2017.

Como explica Maingueneau (2013), é cada vez mais perceptível na contemporaneidade, desde a proliferação do audiovisual, que os gêneros do discurso são passíveis de modificações pelos meios comunicacionais:

Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o mídiu não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele impõe coerções sobre seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O mídiu não é um simples “meio”, um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma mudança importante do mídiu modifica o conjunto de um gênero de discurso (MAINGUENEAU, 2013, p. 81-82. Grifos do autor).

Cabe ressaltar que se a micronarrativa é resultado das configurações da comunicação no ambiente *on-line*, principalmente devido à abundância de conteúdo que precisa circular por suas redes em ritmo acelerado, ela é também constitutiva deste ambiente pois, com seu formato diminuto, é responsável por imprimir velocidade no fluxo comunicacional das redes digitais.

Desta forma, podemos considerar que a força comunicacional das micronarrativas nas ações coletivas que se desenrolam no contexto digital reside para além de seu conteúdo (os testemunhos que, como vimos na seção 3.2, cumprem diversas funções políticas e é o que analisaremos na investigação empírica no próximo capítulo deste trabalho), pois estaria também relacionada ao seu próprio formato. Fáceis de ler, editar e produzir, as micronarrativas ganham velocidade de dispersão nas redes sociais digitais, como um contágio viral. E, se unidas sob um mesmo tema (ou *hashtag*), elas têm a capacidade de criar um efeito multivocal, como uma “polifonia autêntica” proposta por Bakhtin (2006): uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis. Entendemos que essa capacidade polifônica das milhares de micronarrativas, dispersas pelos fluxos das redes mas, ao mesmo tempo, amalgamadas pela *hashtag*, funcionaria como um texto coletivo, um tecido costurado por muitas mãos, que vai ao encontro do conceito de “textualidade ideal” descrita por Roland Barthes:

. . . as redes são muitas e interagem, sem que nenhuma delas possa superar as demais; este texto é uma galáxia de significantes, não uma estrutura de significados; não tem começo; é reversível; ganhamos acesso a ele por várias entradas, nenhuma das quais pode ser autoritariamente declarada a principal. Os códigos que mobiliza se estendem até ao alcance dos olhos, são indetermináveis. Os sistemas de significado podem assumir o controle desse texto absolutamente plural, mas seu número nunca está fechado, baseado como é na infinidade de linguagem (BARTHES, S/Z, 1970, p. 11).

### 3.3.3.2 A *hashtag* como slogan

Se a força retórica dos testemunhos somada à velocidade de produção e circulação das micronarrativas no ambiente digital ajudam a explicar a participação de cidadãos por uma causa coletiva como a campanha #PrimeiroAssédio, não podemos descartar a relevância do recurso da *hashtag* para potencializar o compartilhamento destas narrativas e promover a adesão à campanha. Propomos aqui pensar a *hashtag*, mais do que um dispositivo de indexação de palavras-chave, como um slogan com sua função perlocutória, de pressão para ação. O que conta mesmo não é o seu sentido, mas o seu impacto, como explica o linguista Olivier Reboul:

Quando o enunciado comporta não apenas uma indicação, um conselho ou uma norma, mas uma pressão; quando as palavras não desempenham mais uma função de informar ou prescrever, mas a de mandar fazer (...) (1975, REBOUL, p. 13)

*Hashtags* são palavras, frases ou expressões precedidas pelo símbolo #, que funcionam como hiperlinks dentro da rede e são indexáveis pelos mecanismos de busca da internet. O recurso foi criado pelo Twitter em 2008, juntamente com o *Trending Topics*, uma ferramenta que possibilita o agrupamento de postagens por tópicos. Desde então, os usuários podem direcionar ativamente tópicos específicos ou acompanhar o movimento de indexação dessa mídia social. O recurso passou a ser usado posteriormente por outros sites de redes sociais como Facebook e Instagram.

As *hashtags* classificam, agrupam e direcionam as informações contidas na web sobre os mais variados temas e assuntos, possibilitando maior participação e cooperação dos usuários, através da utilização de palavras-chave. O desenvolvimento e aprimoramento do processo de indexação, além de possibilitar a organização do conteúdo, contribuiu também para a organização dos indivíduos nas mídias sociais. A indexação permitiu a formação de grupos por meio do compartilhamento de ideias, onde as *hashtags* são utilizadas não somente para definir e delimitar o conteúdo das informações, como também para exteriorizar ideais, sentimentos, preferências, indignações e posicionamentos variados dos

indivíduos que participam das interações *on-line*, colocando essas ferramentas em uma posição ideal para articulações políticas.

É neste sentido que a *hashtag* nos parece se apropriar da função de um *slogan*, seja de caráter publicitário, político ou ideológico. Com o poder de um *slogan*, a *hashtag* muitas vezes extrapola os limites do ambiente digital, em que é gerada e por onde inicialmente circula, e torna-se um recurso eficiente para promover a adesão ou atrair a atenção de um público mais abrangente.

A partir do conceito de *slogan* desenvolvido pelo linguista francês Olivier Reboul na década de 1970, podemos verificar a sua aproximação com o papel da *hashtag* no contexto contemporâneo: “o *slogan* é uma fórmula concisa e marcante, facilmente repetível, polêmica e frequentemente anônima, destinada a fazer agir as massas tanto pelo seu estilo como pelo elemento de autojustificação, passional ou racional que ela comporta” (REBOUL, 1975, p.39).

Ao nos aprofundarmos em cada característica descrita nesta sentença, podemos entender como a *hashtag* pode estar assimilando as mesmas funções do *slogan*:

1) Segundo o linguista, o poder do *slogan* está em sua concisão. Ele é eficaz por aquilo que não diz, pois é o próprio destinatário que se encarrega do não-dito. É a concisão que propicia ao *slogan* seu impacto e é ela que permite explicar suas características: um enunciado “sumário” e “polêmico”.

2) A força própria do *slogan* não está no fato de ser repetido, mas de ser repetível. Ele é eficiente quando cria em seus destinatários o poder e a necessidade de ser reproduzido.

3) “Se o *slogan* se apresentar como a afirmação enunciada por alguém, perderá ele o seu crédito” (REBOUL, 1975, p.28). O fato de seu autor permanecer anônimo parece ser uma garantia de objetividade. Uma afirmação sem dono, que permite a apropriação por quem com ela se identificar. Não é autoral, no sentido que seu compartilhamento anônimo é desejável, ao contrário do texto artístico.

4) A questão do estilo para Reboul está relacionada a função poética do *slogan* que está centrada na própria forma da mensagem. O significante é tão importante como o significado, em que o conteúdo da mensagem é inseparável da sua forma. O estilo do *slogan* está ligado à sua concisão, clareza e brevidade é o que faz “sacudir e reter”. (REBOUL, 1975, p.23)



5) O slogan, segundo Reboul, tenta se autojustificar. A autojustificação pode ser um simples trocadilho, uma rima inesperada, o apelo ao interesse ou à paixão, um argumento mais ou menos condensado. Por sua pretensão ao tentar justificar-se, o slogan pode ser verdadeiro ou falso.

6) Enquanto a palavra de ordem resume o fim a ser atingido e oferece um conteúdo tácito preciso, “o slogan apela mais às paixões políticas, ao entusiasmo, ao ódio”. (REBOUL, 1975, p.34) Mas o fato do slogan apelar às paixões, não quer dizer que seja destituído de razão; e o fato de comportar razões não significa que seja razoável.

A partir das especificidades expostas por Reboul (1975), podemos afirmar que o poder da *hashtag*, assim como o slogan, está: na sua concisão; no fato de ser uma fórmula facilmente repetível; no anonimato da autoria que estimula a apropriação de quem se identifica com o enunciado; na pretensão de ser verdadeira sem abrir espaço para a refutação; na inseparabilidade da mensagem de sua forma; e no apelo às paixões sem destituir-se da razão. A *hashtag* tem caráter retórico e de campanha, quer mobilizar, assim como o slogan.

Reboul ainda nos chama a atenção para o aspecto da satisfação das necessidades: se certos slogans agradam é porque respondem à necessidade do destinatário. Mesmo quando conhece um sucesso inesperado é porque o slogan responde a uma expectativa coletiva, ou porque um longo trabalho de propaganda lhe preparou o terreno. Para o linguista, o slogan prolifera em tempos de crise, quando as massas estão em estado de alta tensão. A estas pulsões coletivas o slogan apresenta uma fórmula simples e marcante que contribui fortemente para canalizá-lo para um objetivo. O alcance do slogan, portanto, não é seu sentido literal, mas seu poder de incitação recorrente num contexto social determinado,

O sucesso da ação *hashtag* #PrimeiroAssédio, ao mobilizar a participação de milhares de pessoas em curto espaço de tempo, pode ser creditado ao recurso comunicativo das narrativas testemunhais, de alto teor expressivo e de apelo emocional, cuja estratégia argumentativa baseada na pessoalização, na conversa íntima, confere ao relato o tom de veracidade. Entretanto, não podemos deixar de considerar a relevância do formato dos relatos diminutos, que aceleram a velocidade de adesão e circulação, e do dispositivo *hashtag* para a potencialização desta ação comunicativa. Funcionando como indexador, colocou o assunto em destaque nos *Trending Topics* do Twitter ampliando o seu alcance; e como slogan, cumpriu sua

função de chamar para a ação, de forma concisa e clara: duas palavras precedidas pelo símbolo #, tornaram-se um sintagma, uma fórmula com estilo próprio, em que significado e significante se mesclam causando forte impacto, fácil de ser entendido e de ser compartilhado.

É necessário reconhecer que o poder de tais recursos comunicativos não está dissociado do contexto social. A notável expansão das narrativas pessoais está relacionada a “uma guinada subjetiva” na sociedade contemporânea: novos modos de subjetivação em que a experiência do sujeito no mundo se dá pela exterioridade, visibilidade e exposição da intimidade. As tecnologias digitais, ao multiplicar as esferas de interação, ampliaram ainda mais as possibilidades de aparecer e ser visto. Usar a expressão “Primeiro Assédio” como slogan de fácil compreensão e como *hashtag* indexável e compartilhável tornou-se possível na contemporaneidade após décadas de lutas e discussões dos movimentos feministas, que passaram a considerar desrespeitosas práticas antes naturalizadas pela sociedade, como as ações de conotação sexual dirigidas a menores de idade.

#### 4 “QUE HORRÍVEL UM MUNDO ONDE É NECESSÁRIO CRIAR UMA HASHTAG PRA EXIGIR RESPEITO”

O presente capítulo busca apresentar o desenho da investigação empírica que conduzimos, culminando com a análise do nosso objeto de pesquisa. Para tanto, conceituaremos alguns elementos centrais de nossa investigação, justificando as escolhas realizadas ao longo do percurso, que permitissem coerência, abrangência e profundidade na análise dos nossos dados.

É importante ressaltar que a presente pesquisa surgiu da observação de processos em que indivíduos, não diretamente envolvidos com ativismo político, engajam-se em lutas por reconhecimento no ambiente *on-line*. Interessa-nos, especificamente, analisar como as questões particulares que marcam a vida desses sujeitos são convertidas em reivindicações publicamente defensáveis, através de estratégias discursivas como os testemunhos.

Para proceder à pesquisa, analisou-se uma amostra de 858 testemunhos compartilhados no Twitter com a *hashtag* #PrimeiroAssédio durante o período de maior mobilização da campanha, entre outubro e novembro de 2015. O foco de nossa análise recaiu sobre uma questão central: o esforço dos sujeitos no sentido de contestar uma prática desrespeitosa enraizada no comportamento social.

Iniciamos nossa análise identificando os elementos da enunciação nos relatos do #PrimeiroAssédio: a relação entre quem fala e de quem se fala; a quem o discurso é endereçado; qual é o critério de verdade usado para julgar a verdade da narrativa autobiográfica e qual é o efeito da narrativa sobre o narrador e quem a lê. A partir da compreensão destes elementos, analisamos, então, o modo como as micronarrativas das experiências pessoais publicadas no Twitter articulam as três dimensões do reconhecimento (HONNETH, 2003) e, por fim, avaliamos se elas cumprem as cinco funções comunicativas do testemunho para uma comunicação democrática inclusiva, conforme defendido por Iris Young (2002), a saber: 1) responder a uma injustiça ainda sem linguagem que a expresse; 2) revelar as fontes de valores, prioridades e significados culturais; 3) entender a experiência do outro e contrariar interpretações prévias; 4) facilitar a articulação de afinidades coletivas no espaço público; e 5) ajudar a constituir o conhecimento social que amplia o pensamento.

## 4.1 Perspectivas da análise empírica

### 4.1.1 Perspectiva relacional

Na pesquisa qualitativa que desenvolvemos, trabalhamos dentro da perspectiva relacional, própria do objeto de pesquisa do Campo da Comunicação, pois entende-se que:

[...] a comunicação compreende um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado por meio de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos. (FRANÇA, 2002, p. 27)

A perspectiva relacional nos parece fundamental para a análise da dinâmica comunicacional para a mobilização política. O envolvimento e a vinculação de sujeitos a determinada causa não é um processo linear, pois o fato de determinada informação ser recebida por um sujeito não lhe garante o envolvimento e a disposição para se vincular à causa, principalmente porque causas sociais pretendem mudar realidades e instituir novos padrões de convivência com o mundo e com a sociedade. Por isso, o sujeito só pode pertencer a determinada causa se for capaz de compartilhá-la de forma intersubjetiva com outros sujeitos, assim como defende Honneth (2003) na política do reconhecimento: a dinâmica da intersubjetividade é essencial para que padrões interativos de uma sociedade sejam revisados.

Neste ponto é importante destacar o que se tem em mente ao nos referirmos à interação. Compartilhamos a ideia mais geral de interação defendida por Mendonça (2009) a partir da noção da sociologia de Simmel, de uma “ação mutuamente determinada”, e de Goffman, para quem a interação é um agir em conjunto, a partir de expectativas partilhadas, no qual sujeitos modelam uma resultante comum.

Dentre os vários tipos de interação, encontram-se as interações comunicativas, marcadas pela “presença do ‘um’ e do ‘outro’, em que se dá a construção de mensagens, a edificação de linguagens que vão exprimir e materializar simbolicamente o ‘estar junto com’” (FRANÇA apud MENDONÇA,

2009). As interações comunicativas expressam um tipo de relação, portanto, que é corporificada pela linguagem e que se encontra imersa em contextos sócio-históricos e culturais.

A interação comunicativa não é necessariamente direta, ela pode ser diferida, difusa, distendendo-se no tempo e no espaço, e atualizando-se no momento em que a intersubjetividade é materializada. A interação comunicativa emerge, assim, como o resultado de várias trocas que se atravessam, sendo que tanto os interlocutores como o contexto desempenham papéis fundamentais. O central é perceber que os interlocutores estão enredados em uma teia de relações que não começa nem termina com o enunciado.

#### 4.1.2 Perspectiva contextual

Aponta-se assim para a relevância do contexto na conformação da interação. Ainda que o contexto não tenha o poder de determinar a interação comunicativa, ele é muito relevante. O contexto emoldura e possibilita a partilha de subjetividades e as emergências dela decorrentes. Ele fornece parâmetros que moldam e possibilitam o estabelecimento da relação.

As investigações do sociólogo Erving Goffman oferecem especial contribuição nesse sentido, pois se voltam para o estudo das interações sociais de um modo contextualizado. Na microsociologia de Goffman (2007), os atores sociais não são inteiramente livres para escolher, conscientemente, seus comportamentos. Goffman não negligencia a importância da agência dos atores sociais, mas nos faz perceber que ela ganha corpo em determinadas situações, quando são atravessadas por acordos prévios e intersubjetivos.

A perspectiva linguística contemporânea também chama a atenção para a forma como o contexto é constitutivo dos discursos. Na Nova Análise de Discurso francesa, defendida por Patrick Charaudeau (2006), é fundamental compreender que o discurso tem um componente linguístico (material verbal) e um situacional (material psicossocial). Para Charaudeau, o contexto em que se inscreve uma interação não é apenas um pano de fundo ou uma espécie de cenário. O contexto,

que se transforma em situação a partir da interpretação dos atores, é um componente constitutivo do discurso.

## 4.2 Procedimentos de coleta de dados

O corpus da pesquisa consiste nos textos de até 140 caracteres (*tweets*) publicados no Twitter com a *hashtag* #PrimeiroAssédio, durante os quinze primeiros dias da campanha, que se iniciou no dia 21 de outubro de 2015, data de publicação do primeiro testemunho da jornalista Juliana Faria, fundadora do coletivo Think Olga. A delimitação do período foi definida em função do grande fluxo comunicativo e engajamento ao movimento que aconteceu na fase inicial da campanha nas redes sociais, o que é característico da dinâmica comunicacional nos ambientes digitais.

Apesar dos relatos da ação #PrimeiroAssédio terem circulado por outros espaços digitais (Facebook, blogs, etc), delimitamos o nosso estudo apenas aos relatos compartilhados no site de rede social Twitter. Consideramos que os distintos recursos das plataformas digitais - sites, blogs, redes sociais – proporcionam experiências também distintas e influenciam sobremaneira na forma como os discursos são produzidos, o que poderia enviesar a nossa análise.

Para a definição do tamanho da amostra, cabe pontuar que compartilhamos o entendimento com muitos pesquisadores de que a pesquisa qualitativa visa uma compreensão aprofundada dos fenômenos em estudo e sua contextualização, portanto:

[...] o número de componentes da amostra é menos importante que sua relevância para o problema da pesquisa, de modo que os elementos da amostra passam a ser selecionados deliberadamente, conforme apresentem as características necessárias para a observação, percepção e análise das motivações centrais da pesquisa (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011, p.67).

Foram selecionadas, assim, 858 mensagens com a *hashtag* #PrimeiroAssédio de um universo de mais de oitenta mil *tweets* publicados no período entre 23 de outubro e 06 de novembro de 2015, que ainda estavam acessíveis na internet no período de coleta, de agosto de 2017 a janeiro de 2018. A principal chave de busca foi a expressão #primeiroassedio, visto que a *hashtag* já é

uma eficiente ferramenta de indexação. Tivemos a preocupação de buscar no Twitter a mesma expressão escrita de outras formas como PrimeiroAssedio, primeiroassédio, #Primeiro#Assédio e #MeuPrimeiroAssedio.

Para alcançar uma quantidade de material que considerássemos adequada à pesquisa, possibilitando uma análise exequível, estabelecemos alguns critérios de exclusão. Um dos primeiros critérios de exclusão adotado foi o de relatos que excediam mais de três *tweets*, pois muitos participantes quebraram a mesma narrativa em diferentes mensagens, devido à limitação de 140 caracteres para cada publicação no *microblog*. Assim como não consideramos os *tweets* que, através de links, remetiam para blogs ou outras redes sociais possibilitando a publicação de narrações mais extensas sobre os assédios e abusos sexuais sofridos. O motivo para esta decisão foi o entendimento de que para uma análise comparativa e categorização coerentes, sem distorções, seria importante nos concentrar na micronarrativa, considerando suas peculiaridades, e nas particularidades do Twitter para uma campanha política deste tipo.

Percebemos, logo no início do contato com os dados, que muitos *tweets* com a *hashtag* em estudo não consistiam em relatos de assédios, mas faziam referências ao assunto usando o tema em questão, como a divulgação de *links* para matérias jornalísticas sobre a campanha e estímulos diversos para engajamento publicados pelo coletivo Think Olga e outras ONGs feministas. Como um dos focos da nossa análise era compreender a força dos testemunhos em conectar as pessoas, nos baseamos nesta premissa para definir o segundo critério de exclusão: eliminamos do *corpus* de análise os *tweets* que, mesmo contendo a *hashtag* da campanha, não consistiam em relatos de experiências de assédio vividas.

Entretanto, manuseando o material empírico para fazer a exclusão, nos deparamos com outros tipos de enunciados que, apesar de não consistirem em testemunhos ou relatos de experiências vividas, estabeleciam um certo tipo de interação comunicativa com os relatos, o que nos pareceu relevante para o resultado de nossa pesquisa e, portanto, foram incluídos no *corpus*. Um desses enunciados era recorrente: a demonstração de empatia feminina com as narrativas de sofrimento das outras mulheres. Resolvemos, então, coletar as mensagens que configurariam a reação feminina ao ler os relatos de denúncias de assédios sexuais, percebendo que ali se travava uma conversa pública, delineando as motivações para o engajamento político na luta contra a violência de gênero.

Neste momento, percebemos ainda que não poderíamos deixar de fora outro tipo de enunciado: as reações masculinas à leitura das mensagens com a *hashtag* #PrimeiroAssédio. Neste caso, nosso intuito não era perceber no discurso as motivações para o engajamento na campanha, dado que este não era o endereçamento do enunciado ao público masculino. Mais do que engajamento, dos homens se esperava a escuta e a compreensão do problema do assédio sexual para as mulheres, para uma futura mudança de atitude. Analisar as reações masculinas nos *tweets* nos deu um caminho para entender como os testemunhos têm força para provocar reflexões para mudanças de atitudes culturalmente enraizadas.

Desta forma, com as mensagens publicadas com a *hashtag* que constituíam reações interativas com as narrativas, foi possível ter uma visão mais abrangente e aprofundada sobre a força do testemunho tanto para o engajamento na ação como para influenciar as mudanças no comportamento social.

Com a aplicação dos critérios delineados acima, procedemos a coleta dos *tweets*, construindo um arquivo contendo os relatos organizados por tipo de conteúdo – testemunhos, reação feminina, reação masculina - que foi a base de nossa análise, permitindo a repetida leitura dos relatos e a observação das várias dimensões de nossa grade analítica.

### 4.3 Procedimentos analíticos

Tendo em mente que o objetivo da pesquisa empírica é evidenciar o modo de acionamento dos testemunhos a partir da análise das próprias micronarrativas que circularam no ambiente digital durante o movimento #PrimeiroAssédio, nos deparamos com o desafio de escolher o procedimento de análise que pudesse dar conta deste objetivo.

Dois estudos foram importantes por darem parâmetros para a produção de análises norteadas, não apenas pelo conceito de reconhecimento, mas por terem como objetos de estudo conversações cotidianas e testemunhos no contexto de ação política: os trabalhos de Ricardo Fabrino (2011) e de Regiane Garcêz (2008).

Ao nos depararmos com uma diversidade de métodos disponíveis e de incertezas sobre a aplicação empírica dos conceitos com que trabalhamos,



buscamos desenvolver alguns procedimentos capazes de dar conta de nosso problema de pesquisa. Procuramos construir uma matriz analítica capaz de combinar a noção de reconhecimento e as funções políticas do testemunho, com base principalmente na análise de discurso e na identificação dos elementos da enunciação, mas fazendo uma aplicação de forma mais abrangente, encampando diversos caminhos metodológicos. Trata-se, em suma, de uma análise qualitativa de conteúdo discursivo, regida pelos conceitos que orientam nossa problemática.

A perspectiva interacional e contextual que norteou nosso estudo, nos aproxima, conceitualmente, de algumas tradições da análise do discurso, sobretudo as da Nova Análise de Discurso francesa (CHARAUDEAU, 2006; MAINGUENEAU, 2008, 2015). Para a melhor compreensão desses procedimentos, abordaremos as duas fases de sua aplicação: categorização e análise dos relatos.

#### 4.3.1 Categorização

A fase de análise começou, portanto, com as primeiras leituras descritivas do material empírico. Buscamos neste momento tomar conhecimento do material e organizá-lo para as etapas posteriores. Após as leituras e as revisões, procedemos a uma primeira organização dos temas trabalhados, e submetemos todos as mensagens coletadas a uma classificação. Feita a classificação, foi possível organizar, então, os relatos por categoria, em que identificamos as três principais a partir do critério de intencionalidade do sujeito que compartilhou o relato usando a *hashtag* #PrimeiroAssédio, além de outras subcategorias.

##### 4.3.1.1 Categoria 1- Testemunhos / Denúncia

Grande parte dos *tweets* coletados consistia no corpus delineado para nossa pesquisa, ou seja, os microrrelatos de experiências de assédio sofridas na infância e na adolescência, que coletamos e classificamos na categoria “testemunho / denúncia”. Como no testemunho o sujeito que enuncia coincide com o sujeito que é a vítima da ação, procuramos identificar primeiramente o outro sujeito de quem se fala, os denunciados pela vítima, e fizemos uma subclassificação pelo nível de

proximidade: pessoas conhecidas e desconhecidos. É importante ressaltar que constatamos, já na fase de coleta, de que não se tratava apenas de relatos de assédio sexual, normalmente relacionados a atos libidinosos sem conjunção carnal ou a paqueras grosseiras ou mais insistentes de estranhos, mas principalmente de denúncias de crimes de abuso sexual e estupro contra menores de idade. Estes aspectos foram considerados relevantes para nossa análise, mas não chegaram a se constituir subcategorias.

Tabela 1 - Testemunhos

Conhecidos	199
Desconhecidos	162
<b>TOTAL</b>	<b>361</b>

*Fonte: elaborada pela própria autora*

#### 4.3.1.2 Categoria 2 - Reação Feminina

Coletamos um extenso volume de mensagens (383 tweets) com os comentários femininos em relação ao movimento #PrimeiroAssédio. Apesar de grande parte ser em apoio à ação, com a demonstração pública de empatia e solidariedade com as mulheres que estavam se expondo ao contar história íntimas de sofrimento ou constrangimento, notamos variados tipos de enunciados que nos pareceram relevantes para o propósito de nosso estudo. Conseguimos subdividir estas mensagens em 10 subcategorias de acordo com o conteúdo de cada mensagem, conforme a tabela abaixo.

Tabela 2 – Reação Feminina

<b>Apoio</b>	empatia, identificação e solidariedade	124
	ser mulher: culpa, medo e vergonha	45
	exposição dos motivos para não relatar	37
	revelação com os relatos: naturalização e gravidade do problema	57
	efeito terapeutico	6
	generalização: todas as mulheres são vítimas	16
	rotina de assédios	22
	críticas à sociedade machista e aos homens	45
	definições de assédio sexual	17
	elogio ao movimento - oportunidade de melhoria da sociedade	14
<b>TOTAL</b>	<b>383</b>	

*Fonte: elaborada pela própria autora*

#### 4.3.1.3 Categoria 3 - Reação masculina

As mensagens publicadas pelos homens com a *hashtag* #PrimeiroAssédio que coletamos consistiam, na sua grande maioria, em mensagens de apoio ao movimento das mulheres, expressando desde a total surpresa com o volume de assédios e abusos sexuais sofridos pelas meninas até o sentimento de vergonha de ser homem naquele momento. Mas também coletamos muitas mensagens de críticas que foram feitas, sobretudo, no tom de ironia, tentando desqualificar a ação. A reação irônica foi insuflada, principalmente, pelo *tweet* publicado no dia 22 de outubro pelo cantor Roger Moreira, do grupo de rock Ultraje a Rigor. Além da ironia, identificamos mais três tipos de críticas à ação: a generalização do “homem” como assediador em potencial, a exposição da intimidade feminina no lugar da denúncia dos abusos na justiça e o discurso de ódio das feministas.

Tabela 3 – Reação Masculina

Apoio		60
Critica	ironia	25
	agenda do feminismo	9
	auto-exposição	5
	generalização	13
Definição de assédio		2
<b>TOTAL</b>		<b>114</b>

*Fonte: elaborada pela própria autora*

O cerne de nossa análise não está nessa classificação, nem no volume de mensagens de cada categoria, mas no tratamento qualitativo dos enunciados. Esse tratamento busca identificar os discursos mobilizados e refletir sobre eles à luz dos conceitos que nos norteiam: as perspectivas contextual e interacional, a identificação dos elementos da enunciação que nos ajudem a compreender as dimensões do reconhecimento e da função política do testemunho.

Entendemos que, por se tratar de micronarrativas, a estrutura e a intencionalidade se repetem em diversos enunciados, sendo assim, redundante fazer uma análise de cada relato. Portanto, alguns relatos tornaram-se representativos de um conjunto de narrativas.

Procedemos, então, a análise propriamente dita considerando:

1) contextual/ situacional - de forma a compreender como o ambiente social e o meio por onde circulam os relatos (a internet) afetam as construções de significados.

2) interacional - de forma a identificar os interlocutores envolvidos: quem fala e para quem é endereçada a fala. Entendemos que os sentidos só podem ser construídos por meio da relação entre sujeitos, pois só se pode dizer para um alguém, que não é passivo, mas participante do discurso, com seus posicionamentos. Como já apontava Bakhtin (2006), “a palavra é dirigida sempre a alguém”. Pressupomos, assim, um “outro presumido” representante de um conjunto de expectativas e valores enraizados na sociedade que é o destinatário daquela narrativa. No caso do ambiente digital, o fato da narrativa se destinar a um público amplo, ainda que segmentado, tem impactos profundos em sua construção. Buscamos ainda destacar outros dois elementos da enunciação: qual o critério usado para julgar a veracidade dos testemunhos e qual é o efeito da narrativa sobre o narrador e o interlocutor.

Mas o principal foco das análises foi compreender nas mensagens a presença das duas dimensões que orientaram o nosso estudo:

1) as dimensões do reconhecimento - buscamos ver como as categorias propostas por Honneth, que consistem nos domínios do amor, dos direitos e da estima social e, principalmente os desrespeitos ligados a elas, atravessavam os relatos e foram tematizadas nos *tweets* do #PrimeiroAssédio.

2) as funções políticas do testemunho – procuramos identificar a força comunicativa dos testemunhos que lhes conferem poder nas mobilizações políticas, aplicando as funções propostas por Young (2002): 1) responder a uma injustiça ainda sem linguagem que a expresse; 2) revelar as fontes de valores, prioridades e significados culturais; 3) entender a experiência do outro e contrariar interpretações prévias; 4) facilitar a articulação de afinidades coletivas no espaço público; e 5) ajudar a constituir o conhecimento social que amplia o pensamento.

#### **4.4 Análise dos *tweets* #PrimeiroAssédio**

Tendo em mente o objetivo principal desta dissertação, que é compreender a força política dos testemunhos no contexto digital, daremos procedimento a análise

dos *tweets* da ação #PrimeiroAssédio, aplicando as teorias mobilizadas até aqui que nos mostraram caminhos para entender a capacidade de mobilização das narrativas pessoais.

Para esta análise foram selecionados 858 *tweets* com a *hashtag* #PrimeiroAssédio, sendo que, deste total, 361 consistiam nos relatos propriamente ditos, ou seja, as micronarrativas sobre as primeiras experiências de assédios e abusos sofridos por mulheres que foram compartilhadas no Twitter, entre os dias 22 de outubro e 06 de novembro de 2015. Os 497 *tweets* restantes não podem ser definidos como testemunhos ou narrativas pessoais, mas se mostraram relevantes em seu conteúdo, principalmente, por interagir com os relatos, propiciando uma maior profundidade e abrangência nas conclusões de nosso estudo.

Outro ponto importante a se ressaltar é que foi possível trabalhar com um número elevado de mensagens pelo fato de consistir em textos curtos de 140 caracteres, o que exigiu menor complexidade na análise para serem agrupadas em uma mesma classificação. Foi possível, assim, exaurirmos nossa seleção até ao ponto de não encontrarmos mais mensagens que se encaixariam em novas classificações, o que definiu o limite do nosso *corpus*. O estabelecimento de categorias foi extremamente relevante para facilitar o acesso e manuseio dos dados, que serão evidenciados em nossa análise.

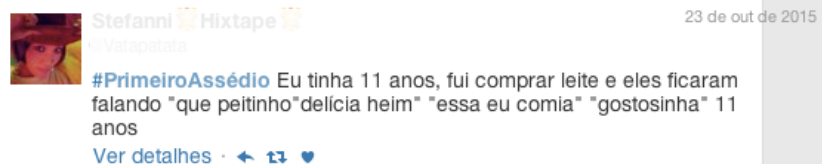
A proposta deste estudo não será analisar cada um dos relatos ou mensagens selecionados, o que tornaria o trabalho exaustivo e inconclusivo, mas trabalhar com alguns deles que são representativos de cada categoria e subcategoria identificadas no processo de manipulação dos dados, conduzindo nossas observações empíricas a partir das premissas teóricas que embasaram a investigação do nosso objeto de estudo, a saber: a identificação dos elementos da enunciação, das dimensões da teoria do reconhecimento e das funções do testemunho.

#### 4.4.1 Elementos da enunciação

A nossa análise se iniciará identificando os sujeitos da enunciação dos microrrelatos coletados na campanha #PrimeiroAssédio. Destacamos, de início, a coincidência entre sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, que é característica dos testemunhos: o sujeito que narra é, na maioria das vezes, o

sujeito que sofre uma determinada ação (com exceção, dos testemunhos de sofrimentos de terceiros). No caso da ação #PrimeiroAssédio, na totalidade dos relatos coletados, quem escreve e publica no Twitter é o mesmo sujeito que sofreu o assédio ou o abuso sexual, a vítima, como no relato abaixo (FIGURA 7).

Figura 7 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Fonte: <https://mobile.twitter.com>

Quanto ao endereçamento, para quem se fala, Vaz et al. (2014) ressaltam que os testemunhos de sofrimento têm duplo endereçamento: para o indivíduo qualquer que deve se solidarizar com essa dor e para o sujeito que provocou o dano.

Entendemos que o primeiro endereçamento das mensagens da campanha #PrimeiroAssédio teria sido para as mulheres presentes no ambiente *on-line*, com dois objetivos: em primeiro lugar, o de estimular as mulheres a contarem suas experiências, demonstrando, assim, que o assédio sexual ao gênero feminino na nossa sociedade começa de forma frequente na infância e na adolescência e, em segundo lugar, o de esclarecer o caráter naturalizado do assédio sexual. Estas mensagens foram direcionadas para todas as mulheres independentemente de idade, classe social ou raça, pois as experiências de assédio sexual fazem parte do cotidiano do universo feminino como um todo.

A partir da disseminação dos primeiros relatos, muitas mulheres se identificaram e se solidarizaram rapidamente com as situações de sofrimento narradas e aderiram à campanha, multiplicando os testemunhos de assédio e abusos publicados nos sites de redes digitais. Nas mensagens apresentadas nas figuras 8 e 9, dois depoimentos de mulheres confirmam essa identificação com as histórias compartilhadas e como elas “impulsionam” a relatar suas próprias histórias de assédio sexual.

Figura 8 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Figura 9 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Nas figuras 10 e 11, dois comentários demonstram como o endereçamento das mensagens com objetivo de esclarecimento sobre a naturalização do assédio sexual fez efeito sobre as mulheres. São comentários em que as internautas reconhecem que somente naquele momento se dão conta dos assédios que sofreram no passado.

Figura 10 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

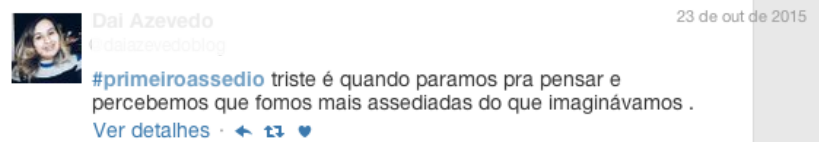
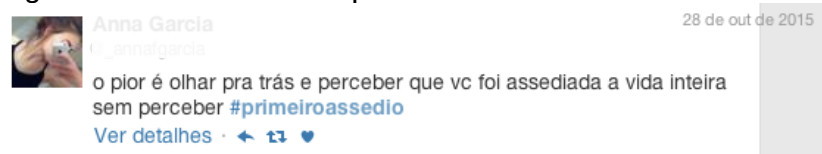


Figura 11 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



A Figura 12, abaixo, também sugere o endereçamento da narrativa às mulheres, pois muitos homens na nossa sociedade não entenderiam como ato desrespeitoso e constrangedor se referir a uma mulher desconhecida na rua como “gostosa”. Na mensagem da Figura 13, fica ainda mais claro que há uma interação comunicativa através da *hashtag* entre mulheres, quando a internauta afirma “só nós mulheres sabemos”.

Figura 12 – Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

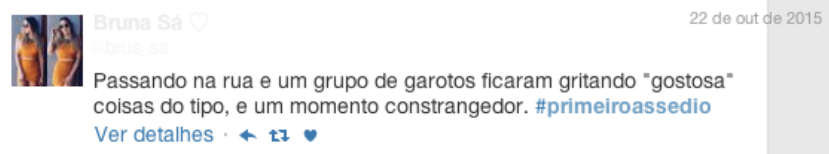
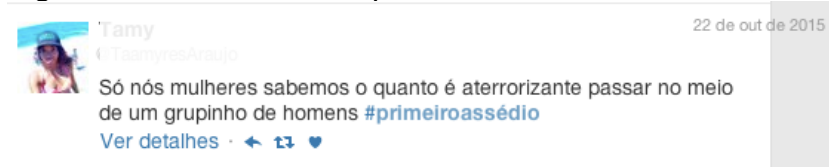


Figura 13 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Quanto ao segundo endereçamento, no caso do #PrimeiroAssédio, os relatos das experiências das mulheres parecem também se dirigir para aquele que causa a dor, mas não para um indivíduo específico e sim para um culpado “generalizado”, no caso os homens. Isso fica evidente no anonimato do denunciado em todos os relatos analisados: em nenhum dos 361 *tweets* da categoria testemunho/denúncia analisados foi mencionado um nome, mesmo quando o denunciante tinha ciência da identidade de quem lhe infringiu o sofrimento. Nestes casos, os relatos apontam para as relações de parentesco ou proximidade, mas sem nomeá-los, como vemos na FIGURA 14. Esta generalização é ainda mais perceptível quando as mensagens se referem “aos homens” no plural, como nas FIGURA 15 e 16. Já na FIGURA 17, podemos perceber este tipo de endereçamento quando, ao final da narrativa de um ato de abuso cometido por um tio-avô, a denunciante encerra com uma palavra agressiva dirigida a todos os assediadores, sem nominá-los.

Figura 14 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

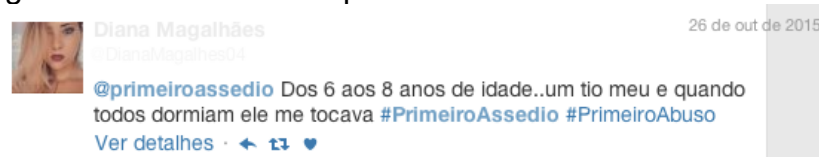


Figura 15 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

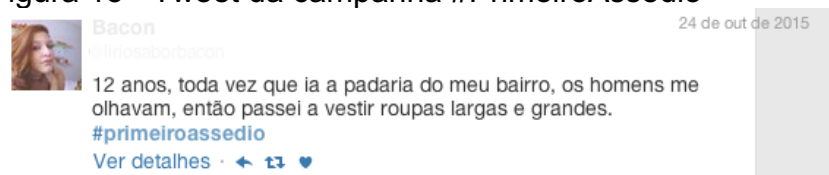




Figura 16 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

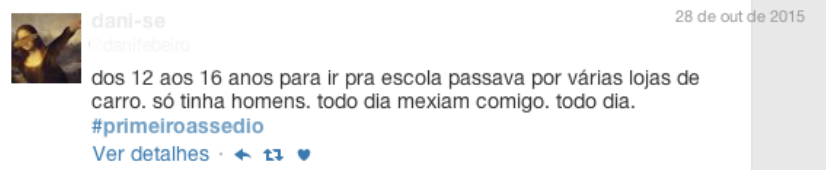
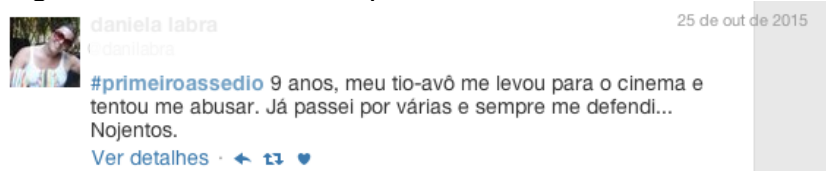


Figura 17 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Quanto aos critérios para julgar a verdade dos testemunhos, observamos que nos relatos do #PrimeiroAssédio destaca-se, principalmente, um daqueles apontados por Vaz et al (2014) como característico da narrativa pessoal de sofrimento: a dimensão da coragem de romper o silêncio. O reconhecimento dessa coragem aparece principalmente nas mensagens dos interlocutores femininos, que publicam *tweets* apenas para parabenizar aquelas que tiveram força e a coragem de expor suas histórias de assédios e abusos (FIGURAS 18 e 19).

Figura 18 – Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

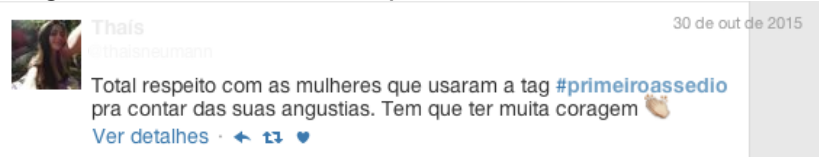
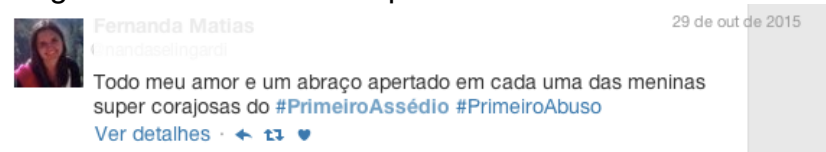


Figura 19 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



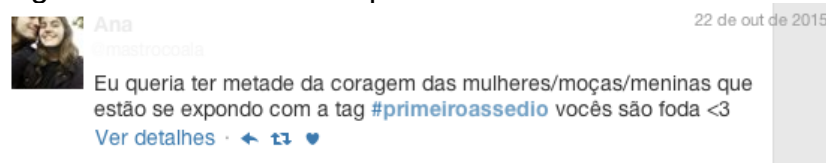
Mas chamou especialmente a nossa atenção o grande volume de mensagens publicadas com a *hashtag* #PrimeiroAssédio de mulheres assumindo não ter a coragem de contar a sua experiência (FIGURAS 20 e 21). Essa explicitação da falta de coragem nos pareceu se apresentar como uma alternativa para aquelas que queriam dar visibilidade a sua identificação com a causa sem precisar, para isso, contar uma história. Nestas mensagens, a ausência da narrativa das experiências de assédio e abuso e, no lugar dela, a confissão da falta de coragem parecem conferir

maior gravidade ao que foi omitido e, portanto, maior credibilidade de que algo realmente aconteceu: é tão grave, que não pode ser dito. Além disso, estas declarações da falta de coragem de contar as situações de abuso sofridas acabaram por valorizar e reforçar o caráter virtuoso daquelas que publicaram suas experiências. Como questionar a verdade de relatos que demandam uma imensa força de vontade e de caráter dos que se dispõem a torná-los públicos, que para isso chegam a superar traumas e o profundo sentimento de vergonha?

Figura 20 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Figura 21 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



A descrição detalhada dos acontecimentos, trazendo à tona particularidades muito sutis das cenas onde ocorreram as ações, é apontada por Sarlo (2007) como um dos principais critérios para conferir valor de verdade aos testemunhos. Entretanto, no caso dos relatos do #PrimeiroAssédio no Twitter, com a limitação de tamanho da publicação imposta pela ferramenta (até 140 caracteres), não podemos delegar ao detalhamento a função de tornar os relatos críveis. As 361 micronarrativas do #PrimeiroAssédio analisadas continham, em geral, os mínimos elementos para constituírem-se testemunhos de assédios sexuais na fase de infância e adolescência: a idade da vítima, o algoz (quando eram conhecidos da vítima, apontava-se a relação de proximidade ou parentesco: tio, amigo, pai da amiga; e quando eram desconhecidos, muitas vezes, fazia-se referência à faixa etária do assediador: um velho, um rapaz, um idoso, um adulto, um menino), o local, o ato de assédio ou de abuso sexual e, menos frequentemente, um sentimento associado e algum tipo de reação (FIGURAS 22, 23 e 24) .

Figura 22 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

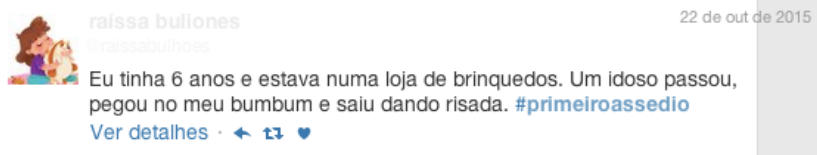


Figura 23 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

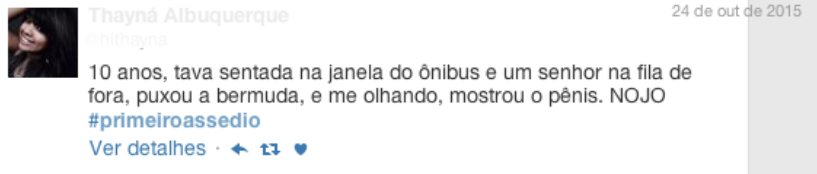
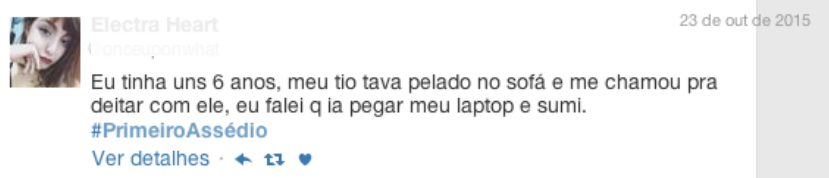


Figura 24 - Teweete da campanha #PrimeiroAssédio



Ao analisar as mensagens coletadas, percebe-se que, especificamente na ação *on-line* #PrimeiroAssédio, no lugar do detalhamento, foi a emergência concomitante de um significativo volume de relatos semelhantes que também conferiu status de verdade a todos os testemunhos publicados com a referida *hashtag*. Notamos isso sobretudo ao analisar as declarações que, de alguma forma, relativizavam o lugar de veracidade das experiências relatadas ao apontar falhas no processo de rememoração. Nas quatro mensagens apresentadas abaixo (FIGURAS 25, 26, 27 e 28), há a declaração da incerteza ou falta de lembrança por parte das narradoras de terem sofrido assédio na infância ou mesmo recentemente. O interessante é que todas apontam para o fato da prática de assédio ser tão comum, ou “sorradeira”, que nem se nota ou se registra na memória o acontecimento de ter sido assediada. Dito de outra forma, é o fato de ser comum, rotineiro e frequente, como demonstraram as diversas narrativas publicadas com a *hashtag* #PrimeiroAssédio, que o assédio se torna realidade e verdade, mesmo para aquelas que têm dúvidas se sofreram efetivamente algum tipo de assédio ou abuso sexual, sem desconsiderar que esta incerteza também reflete a redefinição semântica do que é assédio sexual no atual momento.

Figura 25 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

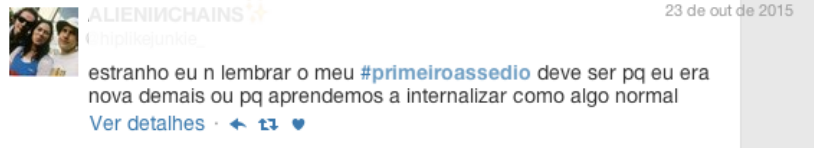


Figura 26 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

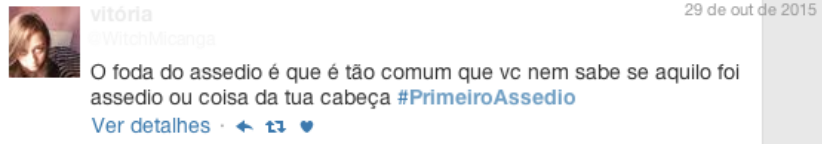


Figura 27 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

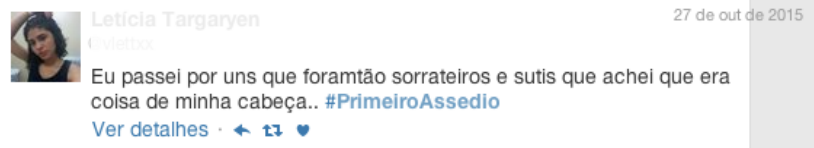
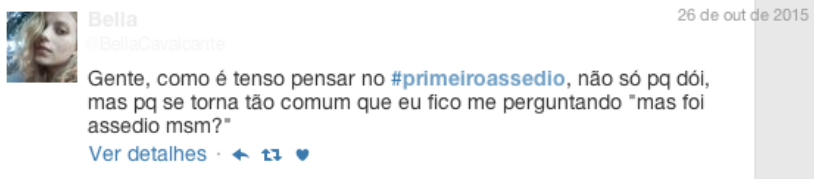


Figura 28 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



A proximidade entre a pessoa que relata o seu assédio e aquele que lê o relato também é um outro aspecto que notamos dar veracidade às narrativas da campanha #PrimeiroAssédio. Muitos depoimentos, como os da FIGURA 29 e 30, enfatizam o fato de que os relatos são surpreendentes por serem de pessoas amigas e conhecidas. Esta possibilidade de ouvir relatos de pessoas próximas é uma característica das relações face a face que as redes sociais digitais também assumiram, porém, em uma nova dimensão, visto que os usuários de rede social, como o Twitter, podem ter contato com narrativas de diversos conhecidos num mesmo momento.

Figura 29 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

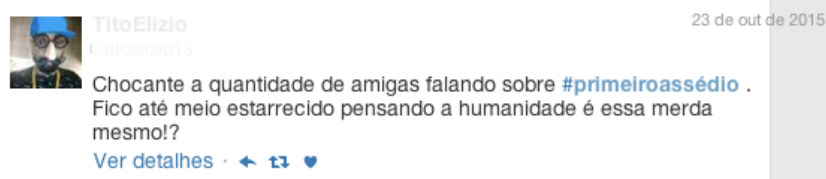
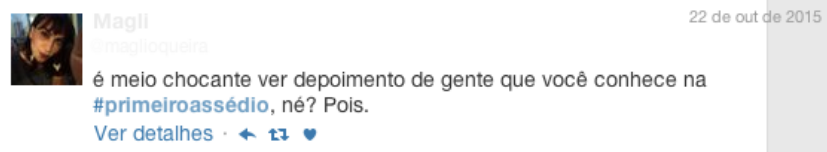


Figura 30 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Por fim, analisamos o efeito do testemunho sobre o narrador e o interlocutor. A interação comunicativa na rede social digital Twitter possibilitou que fizéssemos esta análise com base não apenas nos testemunhos, mas também nas mensagens reativas a eles, tanto de mulheres como de homens, que foram coletadas no nosso processo de levantamento de dados. Ao analisar este conjunto de mensagens, evidenciou-se o que foi apontado por Vaz et al (2014) como um dos aspectos dos testemunhos: o efeito maior do discurso em quem ouve do que em quem fala.

Se podemos apontar um efeito dos testemunhos sobre quem narrou publicamente suas experiências de assédio e abuso sexual na ação em estudo é o terapêutico, pois muitas mulheres reconheceram o sentimento de alívio e recuperação da autoestima ao romper o silêncio, assumindo uma posição de sujeito-denunciante que age no lugar de objeto-vítima que se cala (FIGURAS 31 e 32). É importante ressaltar que este sentimento de se tornar agente através do testemunho é ainda mais realçado no caso de uma mobilização política, como a ação #PrimeiroAssédio, pela dimensão coletiva que a história pessoal compartilhada alcança: narrar sua história particular ajuda não apenas a si mesmo mas a muitos outros, como reconhece a participante da ação na FIGURA 33.

Figura 31 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

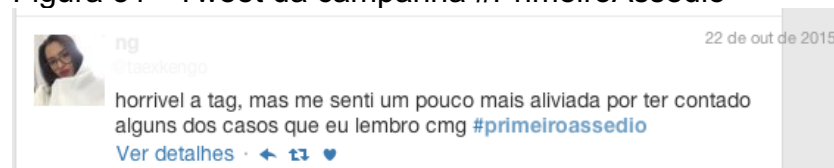


Figura 32 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

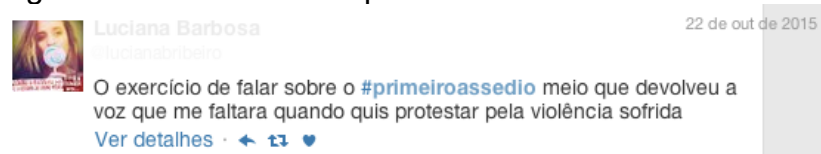
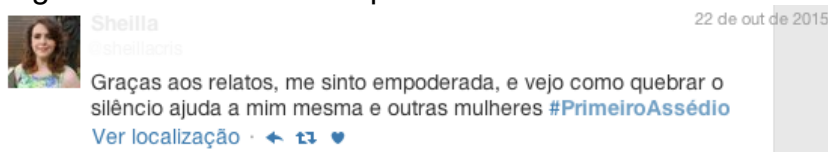


Figura 33 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



O efeito do testemunho sobre quem recebe a mensagem evidente na ação #PrimeiroAssédio foi o sentimento de identificação e, com ele, a vontade de se solidarizar com os que expuseram suas histórias - sentidos que parecem ter vindo à tona após a experimentação de emoções fortes na leitura dos relatos. Tristeza, indignação, choque, terror, raiva, ódio e nojo foram os principais sentimentos expressados (ver FIGURAS 34, 35, 36, 37 e 38) por aqueles que liam os relatos de assédios e abusos sexuais de mulheres ocorridos quando elas eram crianças e adolescentes.

Figura 34 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

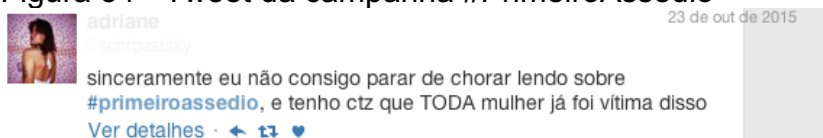


Figura 35 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

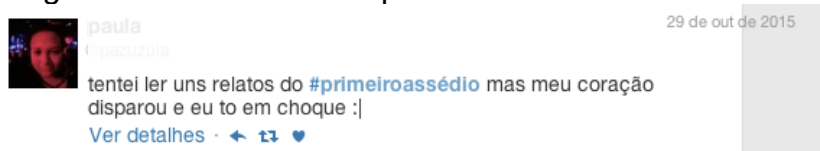


Figura 36 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

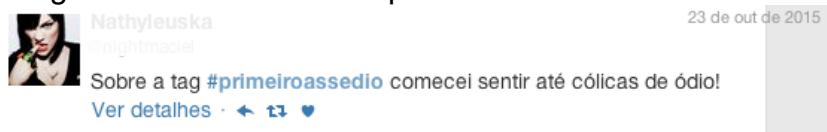
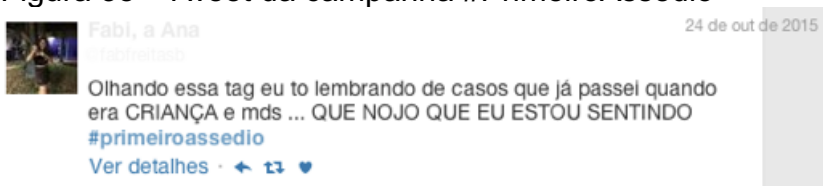


Figura 37 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Figura 38 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Algumas mulheres fizeram questão de externalizar, através de mensagens no Twitter com a *hashtag* da campanha, a identificação e a empatia com as experiências sofridas por outras mulheres e a sensação de alívio por “não estarem sozinhas”, ou seja, por compartilharem com uma comunidade os mesmos sentimentos de medo, vergonha e culpa (FIGURAS 39 e 40).

Figura 39 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

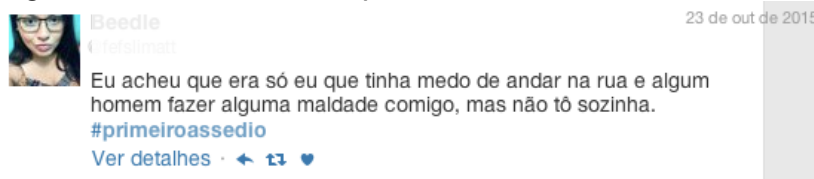
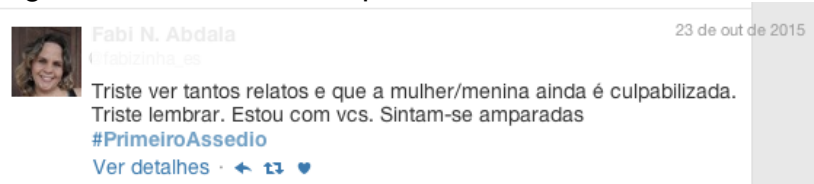


Figura 40 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Nas mensagens acima, percebe-se, portanto, como se estabelece a sensação de pertencimento a um determinado grupo a partir não somente do compartilhamento de experiências mas também de sentimentos, fazendo emergir um vínculo emocional entre seus membros, que nos pareceu ser um dos principais gatilhos para a mobilização em questão. A ONG Think Olga, ao que tudo nos indica, soube explorar este efeito para promover o engajamento na campanha.

Ao considerarmos os efeitos dos testemunhos do #PrimeiroAssédio sobre aqueles que identificamos como os interlocutores secundários, os homens de uma forma generalizada, notou-se basicamente duas reações: de apoio e de resistência. Segundo Vaz et al (2014), este endereçamento, por pedir a compreensão e desafiar os que não compreendem, constrange-os a optar entre duas posições morais claramente hierarquizadas: ou se é o tolerante que expressa a empatia com os sofredores e presta solidariedade, ou se é o preconceituoso que faz sofrer, se recusa a ajudar e ainda tenta desmoralizar os relatos.

No primeiro caso, o do sujeito tolerante que dá apoio, vemos em algumas mensagens publicadas por homens com a *hashtag* #PrimeiroAssédio o mesmo efeito de “solidariedade” produzido nas mulheres, muitas delas expressando sentimentos, principalmente o de choque e de surpresa ao ter conhecimento, pela

primeira vez, do cotidiano de constrangimento e de medo da maioria das meninas e mulheres (FIGURAS 41 e 42).

Figura 41 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

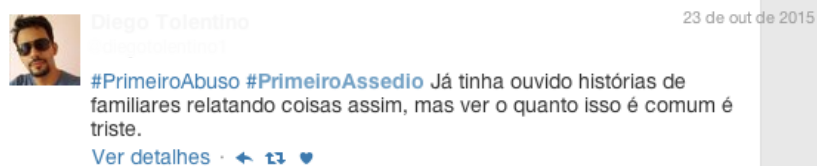
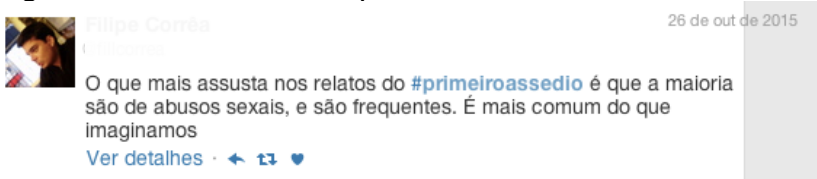


Figura 42 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

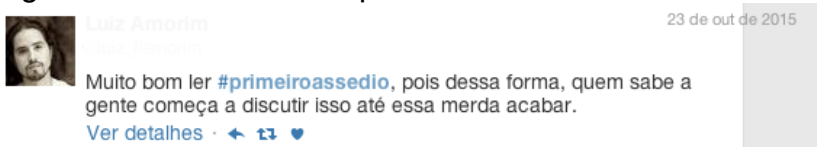


Alguns demonstraram empatia reconhecendo de que se tratava de um momento de reflexão para uma possível mudança da atitude masculina na relação com as mulheres (FIGURAS 43 e 44), ou seja, justamente o que objetivava a campanha: sensibilizar os homens para uma mudança de atitude em relação às mulheres no campo das relações afetivas e sexuais.

Figura 43 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Figura 44 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Foi também no campo masculino que se observou, previsivelmente, a reação de resistência e crítica à ação #PrimeiroAssédio e ao próprio movimento feminista. Reagiram aqueles que se perceberam como denunciados e já condenados, apesar de não terem cometido nenhum crime de abuso sexual, apenas por pertencerem ao gênero masculino. Estes entenderam os relatos do #PrimeiroAssédio como uma acusação generalizada: todos os homens estariam sendo julgados como predadores sexuais, sem distinção (FIGURAS 45 e 46).



Figura 45 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

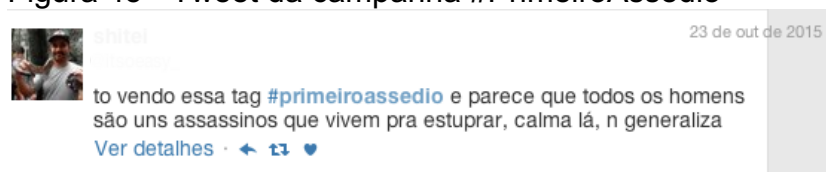
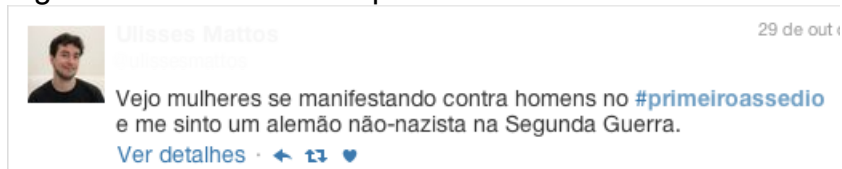


Figura 46 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Mas devemos ressaltar que a resistência, provavelmente, estaria relacionada a um esforço para a manutenção das relações de poder entre gêneros, secularmente estabelecidas na nossa sociedade, e que ainda é marcada pela dominação masculina. Associamos a este último aspecto, os comentários que usaram a ironia e o sarcasmo como forma de agressão e com o intuito de desacreditar a mobilização (FIGURAS 47 e 48).

Figura 47 – Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

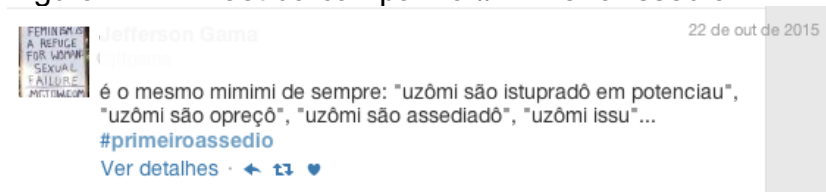
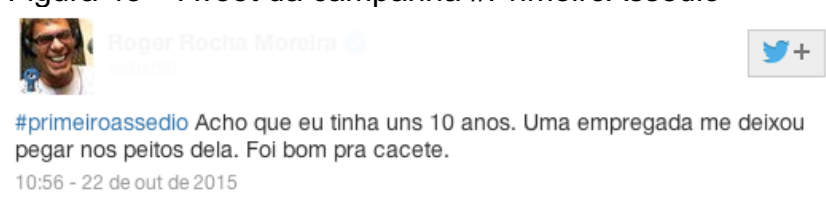


Figura 48 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Ao analisarmos os elementos da enunciação presentes nas mensagens da #PrimeiroAssédio, alguns pontos tiveram destaque. O primeiro deles é o endereçamento às mulheres com dois objetivos, o de estimular a participação na campanha, mas também o de esclarecer sobre a naturalização do assédio em nossa sociedade. Para os homens, o endereçamento é claramente neste mesmo sentido de sensibilização para que eles se questionem sobre algumas de suas atitudes naturalizadas pela cultura machista. Notamos que, na ação, os critérios para validar

a veracidade dos testemunhos envolviam não apenas o ato de coragem de quem narra uma dor íntima, mas também dois aspectos possibilitados pelas redes sociais digitais: a emergência de um grande volume de relatos de forma concomitante e a relação de proximidade entre enunciador e interlocutor dos relatos. Quanto aos efeitos dos relatos sobre aqueles que os leram, identificamos que, para as mulheres, de uma forma geral, produziu-se um forte sentimento de solidariedade e empatia capaz de estimular o compartilhamento de experiências semelhantes de abusos e assédios sexuais, além de mensagens com manifestações de apoio. Fazer refletir e questionar a cultura do assédio sexual também foi um dos efeitos evidenciados em várias mensagens, não apenas de mulheres, mas também de homens, que ressaltavam o desconhecimento sobre a quantidade e gravidade dos abusos antes da campanha. No campo masculino se, por um lado, muitos homens demonstraram empatia com o sofrimento feminino, ao ponto de externalizar o sentimento de vergonha por ser homem, por outro lado, observamos muitas mensagens que questionavam a generalização da acusação e outras que tentavam desmoralizar o movimento através de ironias, demonstrando uma atitude de resistência a mudanças. Quanto ao efeito dos testemunhos do #PrimeiroAssédio sobre o enunciador, nos pareceu relevante o reposicionamento da figura de vítima-objeto, que antes se calava, para a posição da vítima-sujeito que denuncia, tornando a exposição pública uma experiência efetivamente terapêutica, no sentido de promover um sentimento de superação e de autoestima em quem narra, sobretudo por ser um ato para ajudar não apenas a si mesmo, mas à sociedade. Este efeito tem, do nosso ponto de vista, uma relação direta com a proposta de Honneth sobre o papel do reconhecimento nas lutas políticas, na qual iremos nos apoiar no próximo bloco de análise.

#### 4.4.2 Dimensões do reconhecimento

Se os elementos da enunciação nos permitiram perceber o que, nas mensagens com a *hashtag* #PrimeiroAssédio publicadas no Twitter, contribuiu para as ações de adesão e reações discursivas em relação à campanha, é na teoria do reconhecimento, principalmente aquela defendida pelo filósofo Axel Honneth (2003),

que buscaremos uma compreensão mais ampla do que poderia ter levado indivíduos isolados em frente às telas de seus computadores a se engajarem, mesmo que de forma fluida e temporária, em uma causa coletiva do movimento feminista, que se insere em um espectro mais amplo de lutas contra a violência dirigida a mulheres. Nosso objetivo aqui foi o de verificar se as dimensões do reconhecimento propostas por Honneth estão presentes nos relatos da referida campanha e, portanto, se poderiam de alguma forma explicar o envolvimento de não-ativistas na respectiva causa.

É importante neste ponto retomar o principal pensamento do filósofo sobre as lutas de reconhecimento. Para Honneth (2003), é a partir de conflitos vivenciados por cada indivíduo na sua busca constante por autorrealização e bem-viver, que o sujeito acaba por se engajar em lutas específicas que envolvem a coletividade. E esses conflitos, surgem da necessidade do reconhecimento do outro, das relações intersubjetivas. Em suma, os conflitos intersubjetivos por reconhecimento, estimulados por situações desrespeitosas, seriam fundamentais para o desenvolvimento moral da sociedade e dos indivíduos.

Honneth (2003), desta forma, explica o paradoxo do sujeito contemporâneo: apesar de seu caráter e de suas atitudes cada vez mais individualistas, este sujeito é capaz de se envolver em atos políticos pelo bem de um grupo maior, no qual ele se sente inserido, quando não se vê reconhecido ou se percebe desrespeitado. Honneth (2003) aponta as três dimensões que podem gerar este conflito impulsionador de lutas: a do amor, quando o desrespeito de familiares afeta a sua autoconfiança; a da justiça, quando o tratamento desigual em relação a pessoas que deveriam ter os mesmos direitos afeta o seu autorrespeito; e a da solidariedade, quando a falta de reconhecimento social, da comunidade que o cerca, afeta sua autoestima.

Identificamos na mobilização #PrimeiroAssédio as três formas de desrespeito propostas pelo filósofo. Para começar, todos os relatos, sejam de abuso ou de assédio sexual, de alguma forma denunciam uma violência contra a integridade moral, psicológica ou física das mulheres. No entanto, a violência perpetrada por pessoas próximas, que fazem parte da esfera íntima, parecem provocar maior abalo na autoconfiança do sujeito vitimado. Este abalo ganha mais intensidade se a vítima do abuso não encontra apoio e compreensão por parte dos demais familiares, seja por apatia diante da situação de violência, seja por não considerar confiável a

palavra da vítima e até por imputar a culpa a quem sofreu o abuso (FIGURAS 49, 50, 51, 52, 53).

Figura 49 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

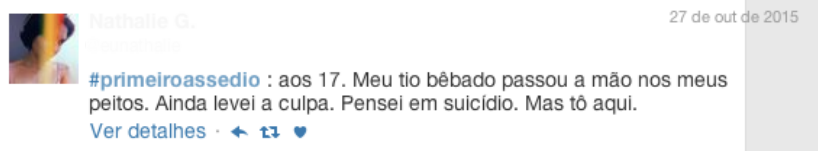


Figura 50 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

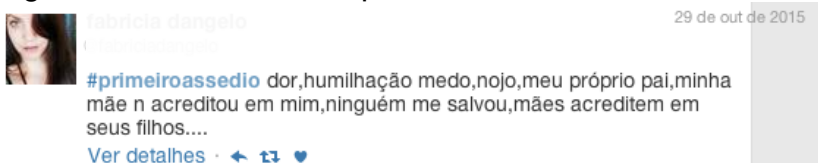


Figura 51 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

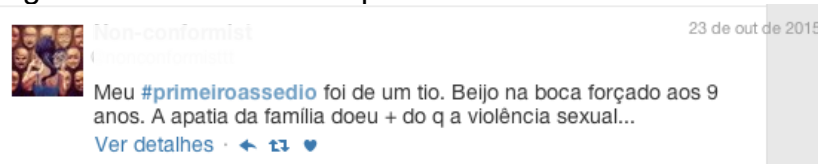


Figura 52 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

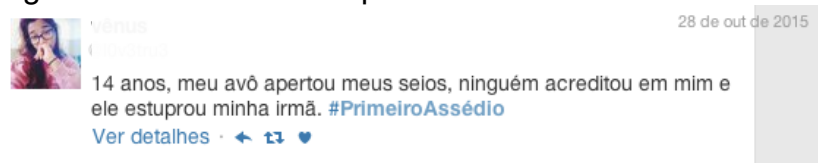
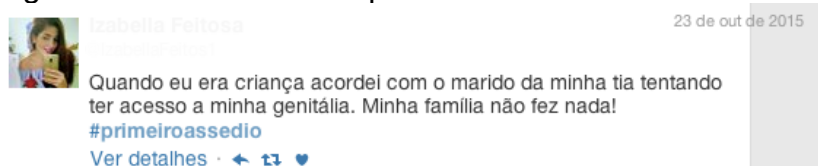


Figura 53 – Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



O sentimento de se sentir desrespeitada e até injustiçada por se perceber um sujeito que não tem os mesmos direitos de outros sujeitos, que seria a segunda dimensão de conflito moral proposta por Honneth (2003), aparece nas mensagens de muitas mulheres, que participaram da campanha #PrimeiroAssédio, reivindicando o direito de andar pelas ruas ou em outros espaços públicos, como ônibus e metrô, sem medo e sem receio de ser assediada ou violentada. Entende-se, nestes enunciados, que a experiência de medo e pavor, sobretudo nos espaços públicos, é exclusivamente feminina (FIGURAS 54, 55, 56, 57 e 58). Portanto, essa tensão constante consistiria numa injustiça perante o direito dos homens de transitar por

espaços públicos despreocupadamente, incluindo a liberdade de usar qualquer tipo de roupa.

Figura 54 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Figura 55 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

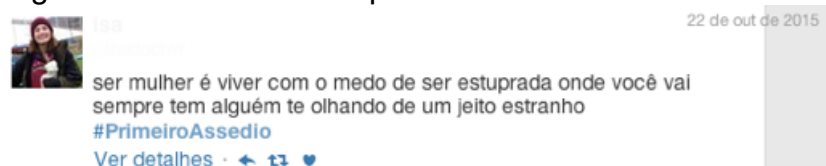


Figura 56 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

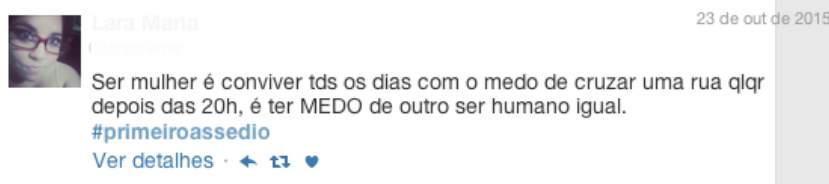


Figura 57 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

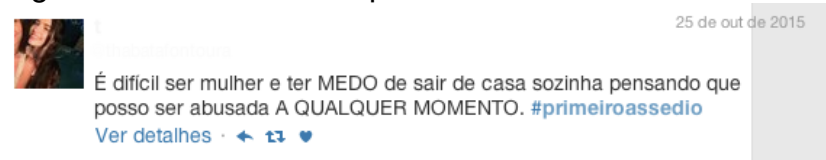
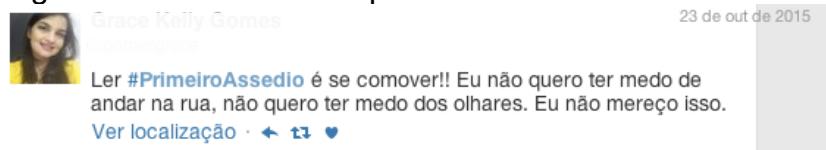


Figura 58 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



A questão da forma de se vestir está diretamente relacionada com a culpa que é imputada à vítima da violência sexual. Em várias mensagens, mulheres desabafam sobre o desconforto de se verem obrigadas a vestir determinadas roupas (largas e desleixadas) ou de serem constrangidas a não usarem outras para não estimular o assédio contra si e evitar ainda o pior: serem culpabilizadas pela violência por não se vestirem “adequadamente” (FIGURAS 59, 60 e 61). Logo, não haveria o direito igualitário de liberdade entre os gêneros de transitar e de como se apresentar no espaço público.

Figura 59 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

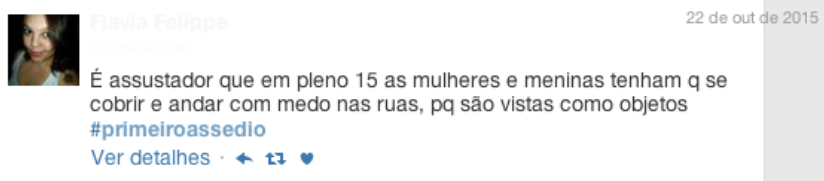


Figura 60 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

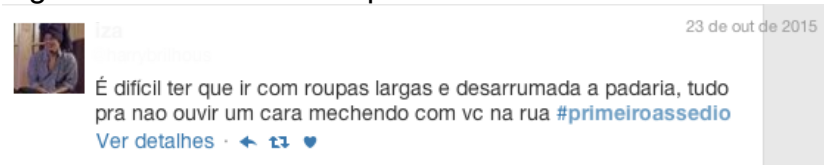
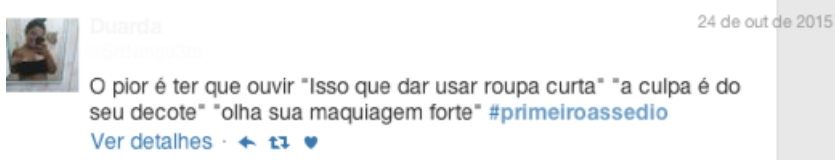


Figura 61 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



O abalo na autoestima seria o efeito da terceira forma de desrespeito apontada por Honneth, que estaria relacionada à falta de reconhecimento do valor do sujeito perante à sociedade. Nos relatos da ação #PrimeiroAssédio, esta falta de reconhecimento é evidenciada nos comentários sobre como as mulheres se sentem depreciadas apenas pelo fato de serem mulheres e, neste sentido, declaram como é difícil ser mulher numa sociedade machista, marcada pela cultura do estupro, onde elas se sentem objetos disponíveis aos desejos masculinos e são culpabilizadas até por outras mulheres por provocar os homens, como se a vítima fosse merecedora do abuso (FIGURAS 62, 63, 64, 65 e 66). Frases como “é difícil ser mulher” ou “não aguento mais ter medo de viver por ter nascido mulher” enfatizam a baixa autoestima derivada apenas pelo fato de ser de um gênero e não de outro.

Figura 62 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

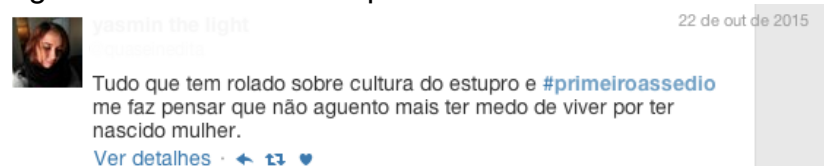


Figura 63 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

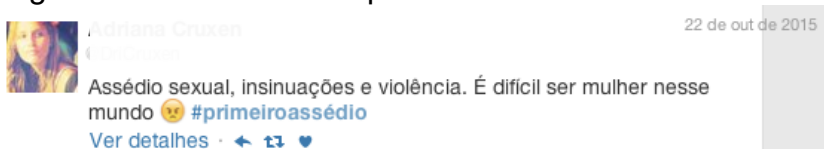


Figura 64 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

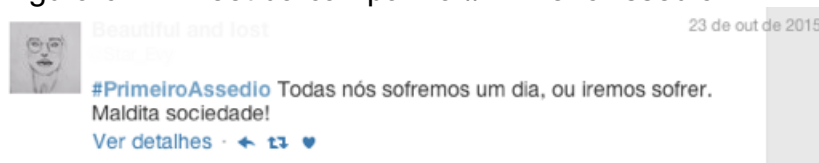
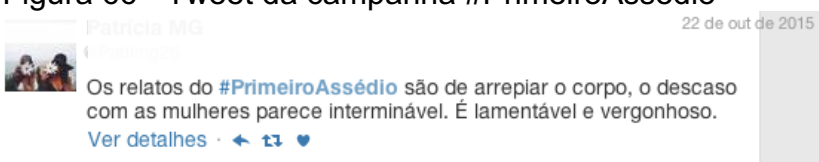


Figura 65 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Figura 66 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Para Honneth, o desrespeito em uma destas três dimensões é a concretização da opressão e pode cercear a autorrealização, mas também pode fomentar uma reflexividade que está no coração da autonomia e da consequente possibilidade de emancipação. Tal reflexividade pode gerar lutas, desde que o contexto político-cultural seja propício para tanto.

Nessa perspectiva, podemos compreender que o engajamento à ação #PrimeiroAssédio, apoiando a luta feminista contra a violência de gênero, é resultado, não apenas das opressões sofridas particularmente por cada uma das mulheres que aderiram à mobilização, mas, sobretudo, da reflexão sobre o sofrimento vivenciado por uma coletividade, gerando o sentimento de uma injustiça e, conseqüentemente, a “vontade de fazer algo”, como vemos nas mensagens das figuras 67, 68, 69 e 70.

Figura 67- Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

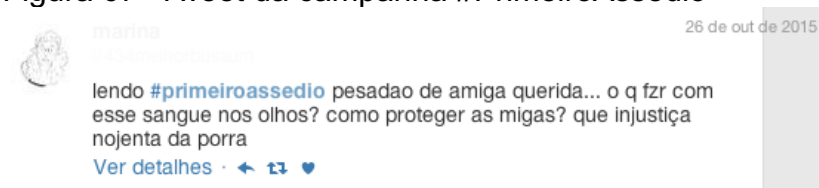


Figura 68- Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

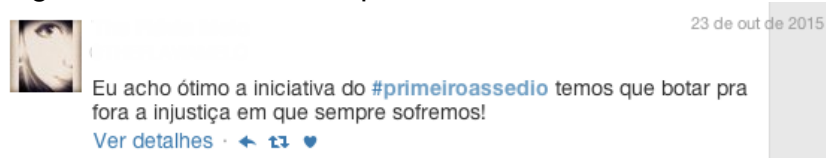


Figura 69 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

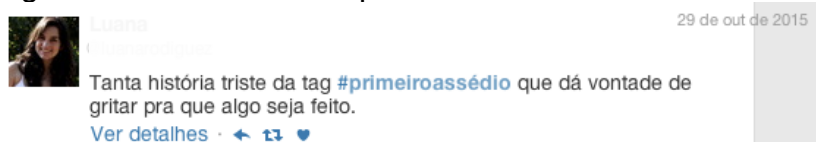
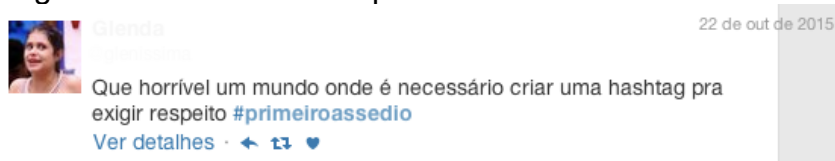


Figura 70 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Tornar pública a vontade de colaborar para mudar uma situação naturalizada nos parece uma tentativa de se conquistar o reconhecimento alheio, na terceira dimensão proposta por Honneth, a da solidariedade, pois a autoestima nesta esfera é recuperada quando a sociedade reconhece a contribuição do sujeito.

Mas essa reflexão só pôde acontecer, ao menos publicamente, no contexto no qual emergiu o movimento. Tanto é assim que a maioria dos relatos refere-se a casos de primeiro assédio e abuso sexual que aconteceram no passado, muitos anos antes da ação, e que nunca tinham vindo à tona, por diversos motivos como vergonha, medo, culpa e até pela falta de noção de que a situação vivenciada se tratava de assédio ou abuso (FIGURAS 71 e 72).

Figura 71- Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

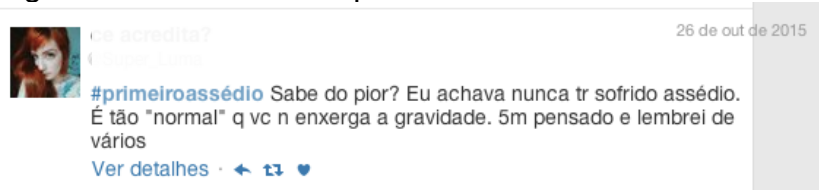


Figura72 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio





Então fica a pergunta: o que mudou para reconfigurar a percepção dos fatos ocorridos e para que os relatos dos abusos, até então guardados como segredo, repentinamente invadissem o espaço público? Como aponta Honneth, além do conflito moral é preciso que a situação político-cultural seja propícia para que as lutas emergjam. Como vimos nos primeiros capítulos desta dissertação, identificamos ao menos duas transformações sociais que podem ter contribuído para a mobilização massiva da campanha #PrimeiroAssédio: a nova efervescência do movimento feminista, que tem explorado intensamente a comunicação digital para divulgar suas plataformas e que vem se expandindo para novas reivindicações como a conquista do espaço público; e o novo regime de visibilidade, em que se expor e expor o sofrimento passaram a ser constitutivos do sujeito contemporâneo.

#### 4.4.3 Funções políticas do testemunho

Por fim, reconhecendo que a campanha #PrimeiroAssédio conseguiu promover no espaço digital um movimento significativo de engajamento e mobilização política, procuramos identificar a força comunicativa dos testemunhos que foram publicados com a respectiva *hashtag*, aplicando as funções propostas por Young (2002), a saber: 1) responder a uma injustiça ainda sem linguagem que a expresse; 2) facilitar a articulação de afinidades coletivas no espaço público; 3) entender a experiência do outro e contrariar interpretações prévias; 4) revelar as fontes de valores, prioridades e significados culturais; 5) ajudar a constituir o conhecimento social que amplia o pensamento;

A função de *responder a uma injustiça ainda sem linguagem que a expresse* ficou muito clara desde o início da leitura dos relatos coletados. Apesar da campanha ser sobre o primeiro assédio, chamava a atenção uma certa confusão nas mensagens sobre o que realmente estava se denunciando. As descrições dos acontecimentos referiam-se não somente a situações de assédio sexual (que já é uma expressão controversa por gerar divergências sobre que atos ela engloba como uma paquera, importunação insistente, atentado ao pudor no espaço público, atos libidinosos sem agressão física, coação sexual imposta por nível hierárquico, etc), mas também a casos efetivos de abusos sexuais que, segundo a legislação

brasileira, envolvem aliciar, assediar, instigar ou constranger pessoas para que haja prática sexual, sendo considerados como crime de estupro se o ato é praticado contra menores de 14 anos. Essa confusão fica ainda mais nítida com as mensagens publicadas com a *hashtag* que tentam ora definir, ora questionar o que chamamos de assédio e até apontam a falta de clareza da campanha, como vemos nas mensagens abaixo (FIGURAS 73, 74, 75 e 76).

Figura 73 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

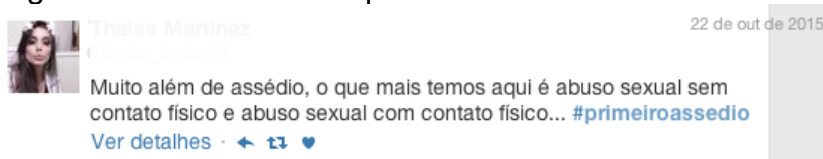


Figura 74 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

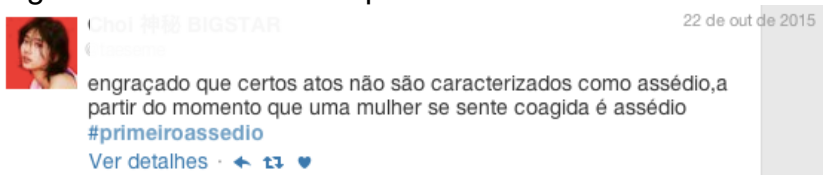


Figura 75 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

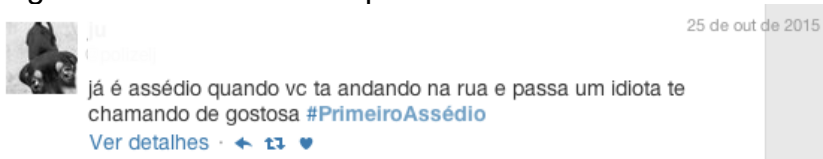
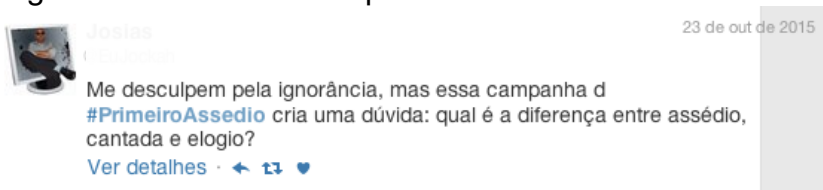


Figura 76 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Consideramos três razões possíveis para a confusão semântica. Primeiramente, a campanha pode ter sido compreendida, de forma mais ampla, como uma ação de denúncia de todas as violências que são cometidas frequentemente contra a mulher, desde a infância. Em segundo lugar, o fato de muitos relatos não vincularem os atos de abuso sexual contra crianças a crimes, nomeando-o claramente, pode estar relacionado ao fato de terem sido cometidos, na maioria das vezes, por pessoas próximas ou do convívio familiar (segundo estudos

do IPEA<sup>26</sup>, em 66,3% dos casos, o estupro contra crianças foi cometido por algum conhecido). E por último, o distanciamento entre o discurso normativo vigente e as experiências de constrangimento por importunação sexual no espaço público, percebidas e, portanto, vivenciadas de uma nova forma pelas mulheres.

Este último motivo é o que estaria mais relacionado à função do testemunho apontada por Young (2002) de *responder a uma injustiça ainda sem linguagem*, pois a narrativa seria sempre uma ponte importante nestes casos quando ocorre uma incapacidade daqueles que sofrem uma pressão ou dano de expressar uma reivindicação de justiça dentro do discurso normativo prevalente. Estamos nos referindo aqui, especificamente, à reivindicação feminina, presente na campanha #PrimeiroAssédio, de uma nova forma de ocupar o espaço público, livremente, sem receio de ser importunada, a qualquer momento, por palavras de conotação sexual de estranhos e também sem medo de ser vítima de atos libidinosos nas ruas e em transportes coletivos. Portanto, ao criticar e questionar estes comportamentos naturalizados pela sociedade e dar a eles caráter negativo, ampliou-se recentemente o sentido da expressão “assédio sexual”, que desde os anos 1970 nominava a relação abusiva dentro da esfera do trabalho, aplicando-a agora também às situações de constrangimento sexual no espaço público. No entanto, é uma ampliação de significado ainda em disputa. Neste sentido, é que os testemunhos ajudam a explicitar as situações que agora estão sendo apontadas como inaceitáveis por determinado grupo, contribuindo assim para que elas tenham o reconhecimento de uma injustiça, seja pelo discurso denominando-as como assédio sexual, seja normativamente pressionando por novas leis que restrinjam tais situações.

Já no caso específico dos relatos de abusos não nomeados no movimento #PrimeiroAssédio, a questão não é a falta de existência de uma definição normativa, mas o fato do sujeito abusado não conseguir expressá-la como tal. Descrever a experiência, então, pode dar conta de explicar o motivo pelo qual este tipo de sofrimento constitui-se uma injustiça, mesmo sem nomeá-lo.

---

<sup>26</sup> Segundo o estudo *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*, realizado pelo IPEA e publicado em 2014, “Entre os principais algozes de crianças, em 32,2% dos casos, o estupro foi cometido por amigos e conhecidos; em 12,3%, por padrastos; em 11,8%, pelos próprios pais; e em 12,6%, por desconhecidos. No caso dos principais algozes de adolescentes, 37,8% foram praticados por desconhecidos; 28% por amigos e conhecidos; 8,4% por padrastos; 8,2% por namorados; e 5,3% por pais” (CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C., 2014)

A segunda função do testemunho apontada por Young (2002), a de *facilitar a articulação de afinidades coletivas no espaço público*, tem total relação com o efeito do enunciado sobre as mulheres que identificamos: o de gerar identificação com as situações e sentimentos descritos, e conseqüentemente, angariar apoio e engajamento para o movimento. Para a autora, a narrativa é sempre um meio importante pelo qual membros de coletivos se identificam entre si e identificam a base de sua afinidade. No caso #PrimeiroAssédio, esta função fica evidente pelo fato de ter conseguido agregar mulheres dispersas no ambiente *on-line*, que não estavam necessariamente envolvidas em lutas por causas feministas, mas que passam a se identificar com experiências em comum de desrespeito e abusos sexuais desde a infância. Diversas mensagens com a *hashtag* foram publicadas exclusivamente para expressar essa identificação e empatia com as experiências relatadas por outras mulheres, como vemos nas figuras 77 e 78.

Figura 77 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

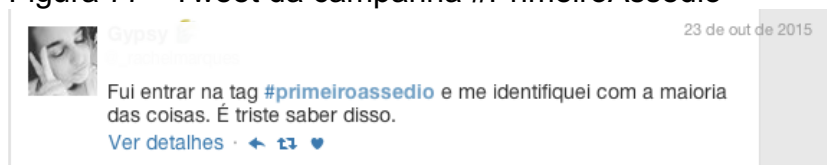
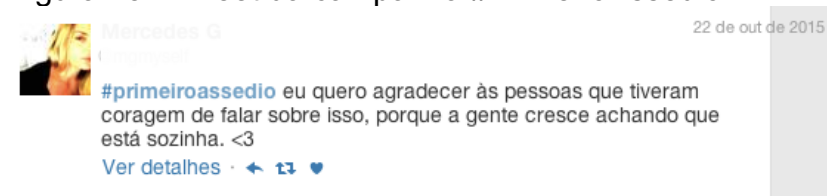


Figura 78 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



*Entender a experiência do outro e contrariar interpretações prévias* é a terceira função apontada pela autora. Histórias seriam o único meio pelo qual pessoas de um determinado segmento social conseguiriam ganhar algum entendimento sobre suas experiências, necessidades, projetos e desejos por parte daqueles situados diferentemente na sociedade. As narrativas ajudariam a dissipar as pré-concepções que se faz de um grupo de pessoas, todas baseadas apenas em estereótipos.

Neste ponto, nos parece que as narrativas do #PrimeiroAssédio questionam e derrubam um dos principais estereótipos relacionados aos casos de assédio e abuso sexual contra as mulheres: a culpabilização da vítima pelo abuso por suas atitudes e

roupas provocativas. Não há como culpar as vítimas quando muitas histórias publicadas tratam de crianças de 4, 6, 8 e 10 anos ou de meninas que acabaram de entrar na puberdade e sofrem por ter um corpo que passa, repentinamente, a ser desejado por garotos e adultos e, por isso, muitas vezes, tentam escondê-lo através de roupas que não chamem a atenção, mas mesmo assim o assédio acontece (FIGURAS 79 e 80).

Figura 79 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

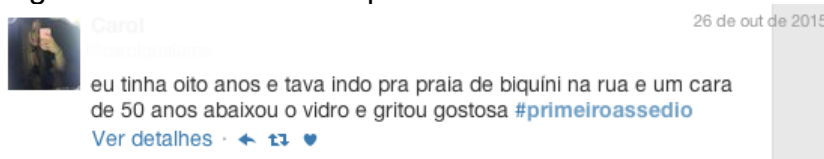
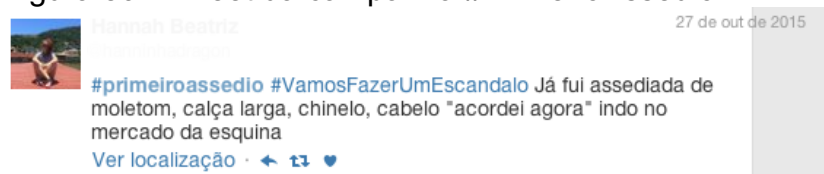


Figura 80 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Como quarta função política da narrativa, Young (2002) aponta a de *revelar as fontes de valores, prioridades e significados culturais*. Numa comunidade em que existe a falta de valores compartilhados, a discussão democrática não pode continuar apenas com argumentos racionais. Neste sentido, as narrativas servem para explicitar os significados de práticas, lugares ou símbolos para as pessoas, e porque eles são valiosos para determinados grupos e para outros não.

Se considerarmos homens e mulheres que convivem em um mesmo contexto cultural, não deveria haver um entendimento ambíguo ou até contrário em relação à determinada prática social. No caso do #PrimeiroAssédio, o que se traz à tona é um dos aspectos - o assédio sexual - de uma confrontação muito mais ampla que uma parcela de mulheres, as feministas, vem fazendo há pelo menos dois séculos contra os valores ainda arraigados de uma sociedade patriarcal e machista. No caso do assédio sexual, as narrativas femininas tentam mostrar como determinadas práticas de sedução e demonstração do desejo masculino em relação à mulher, consideradas normais socialmente, envolvem muitas vezes violência psicológica, moral e até física, pois elas se dão através de coação, sujeição, desrespeito, constrangimento e abuso do ponto de vista feminino.

As narrativas do #Primeiro Assédio tentam demonstrar, antes de tudo, que tais práticas acontecem cotidianamente nos diversos espaços da vida e não se restringem aos sujeitos desviantes de mentalidades doentias. Portanto, elas estão presentes e são exercidas por pessoas comuns à nossa volta, talvez até pelos mais próximos, como amigos e familiares. A reconfiguração dos padrões de sedução e demonstração de desejo requer uma força empática, uma profunda compreensão das experiências e dos sentimentos alheios, que apenas as narrativas seriam capazes de prover. É o que vemos nas mensagens publicadas pelos homens nas figuras 86, 87, 88 e 89.

Figura 81 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

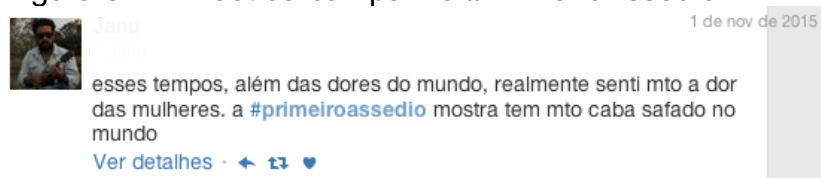


Figura 82 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

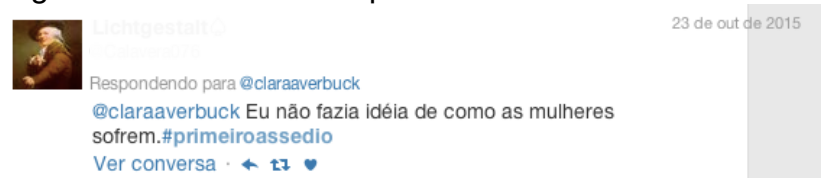


Figura 83 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

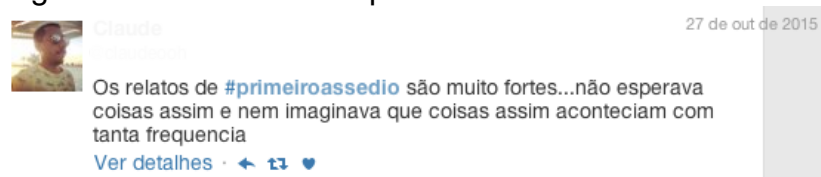


Figura 84 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



A última função política das narrativas pessoais apontada por Young (2002) é que *elas ajudariam a constituir o conhecimento social que amplia o pensamento*. Os testemunhos, assim, revelariam um conhecimento social total dos pontos de vista particulares. As narrativas tornariam público o conhecimento localizado e a

combinação das narrativas, de diferentes perspectivas, produziria uma sabedoria coletiva social, não disponível de qualquer outra posição.

Essa função foi percebida na ação #PrimeiroAssédio e publicamente reconhecida através de mensagens de alguns participantes, afirmando que a leitura de diversos relatos com as descrições dos assédios e abusos sexuais sofridos por mulheres próximas - amigas, colegas e parentes - revelou aspectos da cultura do assédio em nossa sociedade até então desconhecidos para muitos.

Entre as principais revelações destacam-se: a rotina diária de sofrimento e medo que atinge praticamente todas as mulheres; a gravidade do trauma feminino, já que muitas histórias consistiam em crimes de pedofilia e estupro; a participação de parentes e pessoas muito próximas às vítimas nos crimes de abuso; a idade prematura com que muitas mulheres têm o primeiro contato com algum tipo de assédio ou abuso. Um outro aspecto que, se não foi esclarecido pela campanha, ao menos foi colocado em debate público é o significado da expressão “assédio sexual” e sua expansão semântica, passando a incluir práticas antes consideradas apenas paquera insistente ou agressiva até a atos libidinosos envolvendo agressão física.

Como vemos nas mensagens abaixo (FIGURAS 85, 86, 87, 88 e 89), se os relatos do #PrimeiroAssédio não geraram mudanças imediatas em práticas sociais arraigadas na cultura proporcionaram, ao menos, visibilidade para o tema e ampliação do conhecimento sobre o assunto, aumentando assim a possibilidade de que discussões mais aprofundadas sejam travadas futuramente na esfera pública.

Figura 85 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

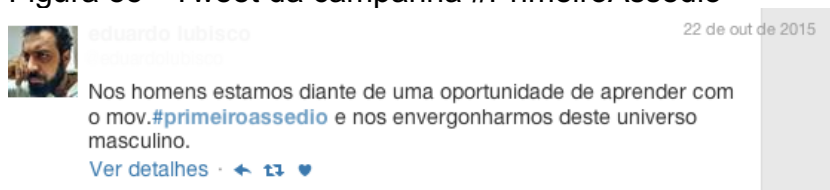


Figura 86 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

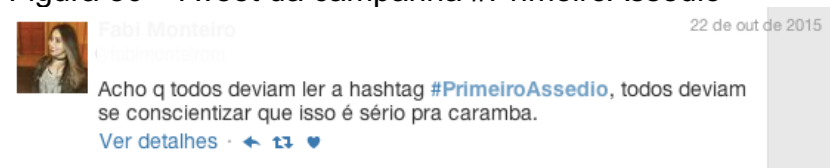


Figura 87 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio

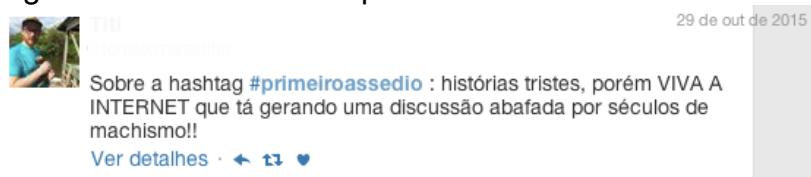
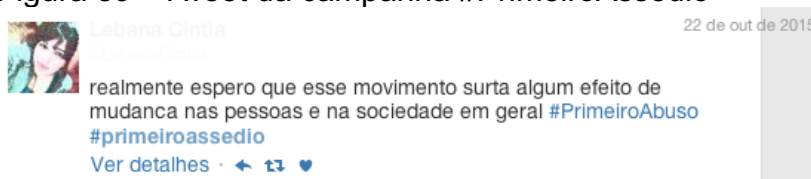


Figura 88 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



Figura 89 - Tweet da campanha #PrimeiroAssédio



#### 4.4.4 Análise geral

Analisar as diversas mensagens publicadas com a *hashtag* #PrimeiroAssédio, não nos restringindo aos relatos de assédios e abusos sexuais propriamente ditos, nos permitiu observar mais claramente a interação entre os elementos da enunciação. À medida que manuseamos os tweets, que correspondiam às reações aos endereçamentos das narrativas, foi tornando-se cada vez mais fácil perceber os seus efeitos. Essa visão ampla da interação entre enunciador e interlocutores, ou seja, a perspectiva relacional, nos deu também clareza para analisar as dimensões do reconhecimento e das funções comunicativas do testemunho.

Pudemos identificar, com esta análise, que a campanha contra o assédio sexual, uma das bandeiras do feminismo contemporâneo e foco da campanha #PrimeiroAssédio, trata-se de uma luta por reconhecimento, pois como tal é um movimento que visa acabar com as práticas naturalizadas de desrespeito em relação ao gênero feminino, nas três dimensões apontadas por Honneth. Na esfera do amor, essa luta ficou evidenciada nos relatos que denunciavam os abusos de pessoas próximas e a falta de apoio por parte daqueles que deveriam ser responsáveis por proteger as vítimas. Na dimensão do direito, percebemos nas publicações sobre o medo e a insegurança de andar nas ruas, o sentimento de



desrespeito por não ter o mesmo direito dos homens de transitar por qualquer lugar sem ser importunado. E por fim, na dimensão da solidariedade, ficou claro que as mulheres querem o reconhecimento de serem sujeitos, e não objetos, de valor para a sociedade e o próprio fato de participar da campanha nos parece uma tentativa de obter este reconhecimento. Desta forma, observamos como os conflitos vivenciados particularmente, a partir do momento em que foram entendidos como práticas naturalizadas de uma cultura machista que afetava a muitos, foram motivadores para o engajamento na luta política.

Mas esse entendimento apenas aconteceu, para muitos participantes da campanha #PrimeiroAssédio, após a leitura dos relatos publicados no Twitter, conforme diversas declarações publicadas com a *hashtag*. Portanto, o engajamento nas lutas por reconhecimento demanda uma reflexividade, que foi possível no caso do #PrimeiroAssédio, por conta das milhares de narrativas que se espalharam pelas redes sociais. Neste sentido, é que percebemos os efeitos dos testemunhos conforme as funções comunicativas apontadas por Young (2002): os relatos do #PrimeiroAssédio ampliaram o conhecimento social sobre o tema, possibilitaram o entendimento da experiência do outro e revelaram as fontes de valor femininas. E como vimos na análise dos elementos da enunciação, o endereçamento das narrativas para as mulheres produziu um efetivo sentimento de identificação, solidariedade e empatia, e esta articulação de afinidades levou ao engajamento através do compartilhamento de mais relatos e, assim, ao aumento da capilaridade da ação.

Destacamos aqui a função do testemunho, apontada por Young (2002), de mostrar uma injustiça sem linguagem, pois na análise dos *tweets* do #PrimeiroAssédio ficou nítido que existe uma disputa política pela semântica da expressão assédio sexual na atualidade. Esta disputa no campo feminista se dá pelo alargamento da noção de assédio sexual, que passaria a incluir práticas de sedução consideradas, até pouco tempo atrás, como uma paquera mais insistente. Entretanto, como a ampliação do significado encontra-se em disputa, percebemos claramente a confusão entre aqueles que participaram da campanha, tanto para nominar os abusos sofridos, como para se reconhecer como vítima de assédio em situações vividas no passado.

Neste ponto, é importante ressaltar que a veracidade dos relatos é um dos aspectos mais questionados sobre o potencial dos testemunhos como comunicação

política, por se tratar de uma interpretação do passado. Sem entrar no mérito se os relatos publicados com a *hashtag* #PrimeiroAssédio eram verdadeiros ou não, o fato é que, em nossa análise, dois aspectos específicos da comunicação digitalmente mediada parecem ter contribuído para o sentido de verdade conferido às narrativas da campanha: a emergência de um significativo volume de relatos ao mesmo tempo e no mesmo lugar (no ambiente *on-line*) e a proximidade entre enunciador e leitores da narrativa, por estarem conectados pelas redes sociais digitais.

A força dos relatos para as lutas por reconhecimento parece ter, portanto, ampliado o seu potencial no ambiente digital, instituindo-se uma nova política do sofrimento: a da compaixão conectada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa foi a pergunta: por que relatos de experiências íntimas de sofrimento publicados nas redes sociais digitais vêm estimulando pessoas, que não participam frequentemente de movimentos políticos, a compartilharem também experiências semelhantes e, desta forma, se engajarem em lutas coletivas contra injustiças? Para encontrar caminhos que nos levassem a uma compreensão mais ampla do problema em questão, nos baseamos em diferentes perspectivas teóricas dos campos da Filosofia, da Sociologia, da Comunicação e da Ciência Política e na análise empírica do caso *hashtag* #PrimeiroAssédio.

Desde o início do nosso percurso investigativo, ficou claro que se os relatos testemunhais parecem ter adquirido força política no contexto digital era porque relacionavam-se a um fenômeno anterior, característico da contemporaneidade: a proliferação de narrativas de si no espaço público. Narrar a si mesmo como ato político só se tornou possível porque narrar a si mesmo se tornou uma prática social comum na sociedade hodierna. A pesquisa teórica nos mostrou que a expansão das narrativas de si está relacionada ao atual *regime de visibilidade*, derivado de complexos processos de produção de subjetividade, relacionados às transformações sociais da era Moderna. Esses processos envolvem a construção de sujeitos centrados na individualidade, que precisam refletir sobre si mesmos e se expressar em narrativas que lhes dêem coerência com a cultura na qual estão inseridos. Entretanto, foi com a notável expansão das mídias, sobretudo das mídias digitais, que a expressão de narrativas de si exacerbou-se no tempo presente, culminando com o fenômeno da espetacularização da vida. Desta forma, compreendemos que tornar públicos relatos de experiências particulares e íntimas, como as denúncias de assédios e abusos sexuais com a *hashtag* #PrimeiroAssédio, só poderia se dar neste momento em particular, quando o valor de se expor e de se narrar torna-se constitutivo do sujeito.

Considerando que as narrativas pessoais que se tornam ações políticas, como no caso da ação #PrimeiroAssédio, são sempre narrativas de sofrimento ou de situações de injustiça, buscamos compreender especificamente a emergência deste tipo de relato na esfera pública sob diferentes abordagens.

Uma delas aponta a crise pastoral e, com ela, o declínio de sua técnica da confissão para a cura dos conflitos subjetivos, baseada na admissão da culpa, como possíveis razões para o testemunho público assumir, em seu lugar, o mesmo efeito terapêutico, no entanto, baseado na denúncia da culpa do “outro”. Desta forma, passa-se a justificar os sofrimentos no presente por uma presumida vitimização no passado, fazendo com que a vítima assuma uma posição valorizada simbolicamente. Nos *tweets* analisados na campanha #PrimeiroAssédio, este efeito terapêutico do testemunho público fica evidenciado em diversos comentários dos participantes sobre a sensação de “alívio” por compartilhar o trauma e a “recuperação da autoestima” ao se romper o silêncio. No entanto, a vitimização do passado, no caso da ação #PrimeiroAssédio, nos pareceu, mais do que justificar um sofrimento no presente, um objetivo claro da campanha de desconstruir o sentimento de culpa da vítima, normalmente presente nos casos que envolvem assédios e abusos sexuais.

Outra abordagem sobre a emergência dos testemunhos de sofrimento na esfera pública nos mostra que eles passaram a ser ainda mais valorizados na sociedade ocidental após o fim da Segunda Guerra Mundial, com os testemunhos dos sobreviventes do Holocausto. Estes relatos passaram a ser considerados como atitudes heróicas, pela coragem das vítimas de lembrar e contar as atrocidades vivenciadas, instaurando-se, desde então, uma “política da vítima”, que teria sido explorada tanto pelo governo de Israel como pelos movimentos políticos identitários, a partir dos anos de 1960. Entre eles, estava o movimento feminista, que adotou naquela época o slogan “o pessoal é político” justamente para incentivar as mulheres a exporem publicamente, através de testemunhos, as situações de dominação e agressão que sofriam na esfera de suas relações afetivas – a mesma estratégia adotada pela ONG feminista Think Olga na ação #PrimeiroAssédio, em 2015. Ao analisar as publicações com a referida *hashtag* no Twitter, também se percebeu o valor concedido às vítimas que tornaram públicos seus relatos: foram publicadas diversas mensagens exclusivamente para reconhecer a coragem das mulheres em expor seus traumas.

Essas abordagens sobre as narrativas do sofrimento, além de reconhecer o status valorizado da posição do sujeito-vítima na sociedade contemporânea, relativizam o papel dos testemunhos ao questionar o seu critério de verdade, já que as narrativas na primeira pessoa baseiam-se apenas em memórias, ou melhor,

em reinterpretações das experiências passadas, que podem caracterizar tais ações como “denuncismo”, sem base em fatos reais. Na análise que fizemos das narrativas do #PrimeiroAssédio percebemos que, apesar de haver questionamentos sobre a veracidade dos relatos por parte de alguns denunciados (em geral, homens) e até de declarações hesitantes sobre o processo de rememoração por parte de algumas mulheres, consideramos que dois aspectos conferiram o caráter de verdade aos testemunhos de assédio e abuso sexual: 1) o volume de relatos pessoais que veio à tona concomitantemente nas redes sociais e 2) a proximidade da relação entre os leitores e os enunciadores das narrativas.

Sobre a proximidade do sujeito que relata a sua dor com aquele que lê o seu relato, cabe destacar que, ao observar este aspecto, nos demos conta de que o caso #PrimeiroAssédio parece ser representativo de uma nova política do sofrimento que estaria se conformando no espaço público: a “compaixão conectada”. Estaríamos, assim, retomando uma forma mais comunitária de lidar com o sofrimento do outro, a da compaixão, característica da fase pré-moderna (já que na Modernidade reconhece-se a adoção de uma “política da piedade à distância”), porém, com a diferença de haver uma conexão digital, que possibilita o compartilhamento instantâneo de milhares de outras dores, dando uma dimensão coletiva e até global à ação. Na “compaixão conectada”, além de se fazer experimentar a dor de conhecidos e estranhos individualizados e falar delas, estimula-se aqueles que se identificam com o sofrimento a compartilhar a sua própria experiência particular e pessoal de dor, inserindo milhares de indivíduos num fluxo de narrativas em que a grande maioria se posiciona como vítima, porém, vítima com voz ativa que, unida a outras vozes, ganha força para lutar por mudanças nos padrões culturais estabelecidos.

Essa posição mais ativa da vítima que, através de ações testemunhais nas redes sociais digitais (como a ação #PrimeiroAssédio), se percebe como agente capaz de promover, coletivamente, mudanças nos padrões culturais da sociedade, é que nos fez buscar uma abordagem teórica alternativa que, diferentemente da “política da vítima”, tentasse explicar como o sofrimento individual pode ser impulsionador de atitudes em prol de lutas coletivas. Foi na “teoria do reconhecimento” defendida por Axel Honneth (2003) que encontramos um caminho para este entendimento mais amplo das motivações que levariam as vítimas de injustiças, como as mulheres que sofrem diariamente assédios e aquelas que já

foram abusadas sexualmente, a se engajar em lutas coletivas, como a da desnaturalização do assédio sexual promovida pelo coletivo Think Olga.

Para Honneth (2003), é a partir dos conflitos morais que os indivíduos, em busca de sua autorrealização, se envolveriam em lutas políticas. Estes conflitos surgiriam quando os sujeitos se sentem desrespeitados em uma das três dimensões da vida: a do amor, a da justiça e a da solidariedade. O envolvimento em lutas se daria, então, pela busca de reconhecimento da sua dignidade como pessoa, dos seus direitos como cidadão igual a outros cidadãos e do seu valor como membro participante de uma comunidade.

Ao analisar as narrativas da ação #PrimeiroAssédio sob a perspectiva de Honneth (2003), pudemos notar que os participantes da ação passavam por situações de conflito nas três dimensões propostas pelo filósofo. Por se tratar de denúncias de abuso e assédio na infância e adolescência, muitos casos estavam relacionados a familiares ou pessoas próximas, portanto, o desrespeito foi concretizado na esfera do amor. As denúncias de assédios sexuais sofridos nos espaços públicos e as narrativas que apontavam o tratamento diferenciado (neste caso, desrespeitoso) nas ruas e transportes coletivos apenas pelo fato de ser mulher indicam a segunda dimensão proposta por Honneth: o sentimento de uma injustiça por não se ter o mesmo direito dos homens de transitar sem medo por qualquer lugar. E na última dimensão, a da solidariedade, identificamos como as mulheres têm sua autoestima abalada nas mensagens que reforçavam a dificuldade de ser e viver como mulher, indicando que a sociedade como um todo não reconhece o valor deste grupo. Reverter estas situações de injustiça nas três dimensões é o que teria motivado, portanto, o engajamento de tantas mulheres na ação #PrimeiroAssédio.

No entanto, devemos ressaltar que um dos principais pontos da campanha era justamente sensibilizar mulheres e homens, mostrando que muitas situações de assédio sexual são naturalizadas e, portanto, elas precisavam ser, antes de tudo, compreendidas como injustiças. Neste sentido, podemos dizer que os testemunhos cumpriram sua função comunicativa de “ajudar a constituir o conhecimento social que amplia o pensamento”, conforme apontado por Iris Young (2002). Esta função foi claramente percebida na nossa análise do caso #PrimeiroAssédio, em comentários publicados, tanto por homens como mulheres, que destacavam a “descoberta” da naturalização da prática de assédio sexual, a partir da leitura de diversos relatos de amigos e conhecidos nas redes sociais.

Em nossa análise empírica das mensagens publicadas com a *hashtag* #PrimeiroAssédio, também identificamos as outras quatro funções do testemunho apontadas por Young (2002), o que reforçou a nossa percepção do poder comunicativo das narrativas pessoais para a ação política: 1) a de facilitar a articulação de afinidades coletivas no espaço público, percebida em todas as mensagens que revelavam a empatia com os relatos de assédios e abusos compartilhados; 2) a de entender a experiência do outro e contrariar interpretações prévias, ao revelar aos homens a rotina feminina de medo e a gravidade dos abusos, além de questionar os estereótipos que culpa a vítima; 3) a de revelar as fontes de valores, prioridades e significados culturais, apresentando o ponto de vista feminino em relação à cultura do assédio e 4) a de responder a uma injustiça ainda sem linguagem que a expresse, dada a disputa semântica da expressão assédio sexual, vista nas próprias dúvidas que surgiram nas mensagens compartilhadas com a *hashtag*.

É importante ressaltar que a teoria do reconhecimento, ao propor que o engajamento em lutas coletivas pode partir de motivações particulares e individuais, já que o sujeito estaria, antes de tudo, em busca de sua autorrealização, foi uma chave importante para entender o ciberativismo e as novas práticas de cidadania contemporâneas, que vêm apresentando formas mais individualizadas de ação, como vimos no caso do #PrimeiroAssédio. Mais do que uma ação coletiva, podemos entender a ação #PrimeiroAssédio como uma ação conectiva, conforme proposto por Bennett & Segerberg (2015), em que a participação política se dá de forma fluida e temporária, sem exigir laços identitários fixos, e onde a comunicação baseada no conteúdo personalizado e personalizável, como as narrativas pessoais, ganha importância como recurso para engajamento.

As narrativas pessoais de sofrimento e injustiça, portanto, se já apresentavam força comunicativa para a ação política, parecem adquirir ainda maior poder de mobilização para as lutas por reconhecimento no cenário contemporâneo das redes sociais digitais, sobretudo, se aliadas a uma *hashtag*, como a #PrimeiroAssédio, que funciona como um slogan, chamando para ação, e como um indexador, que conecta milhares de vozes em um refrão.

Politizar a esfera íntima através de relatos na primeira pessoa adquire, neste contexto, uma dimensão de relevância, a ponto de nos arriscarmos a apontar a conformação de uma nova política do sofrimento: a da “compaixão conectada”. Uma

política que se constitui a partir de uma dinâmica coletivamente estruturada, em que testemunhos de diversas vozes individuais, unidos contra situações de opressão e desrespeito, buscam uma nova gramática das relações sociais, ao que Honneth (2003) chamou de uma “semântica coletiva”. Mas não podemos desconsiderar os riscos de tal política: a do denunciamento e da vitimização excessiva. Cabe ressaltar ainda que politizar a esfera íntima pode se revelar um fenômeno relacionado com um processo de despolitização da esfera pública, o que nos indica a necessidade de aprofundar nossas pesquisas nesta direção.



## REFERÊNCIAS

ALEMANY, Carme. Assédio Sexual. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, p.26-27, 2009.

ALDÉ, Alessandra. Cidadãos na Rede: tipos de internautas e sua relação com a informação política on-line. In: *A Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura Poscom/UFBA*, vol. 09, n.03, p. 370-389, 2011.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed.Uerj, 2010.

ARAÚJO, Paulo R. *Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento*. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

AVRITZER, Leonardo. *Do reconhecimento do self a uma política institucional de reconhecimento: uma abordagem da polêmica entre Axel Honneth e Nancy Fraser*. 2007. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st33-1/3146-lavritzer-do-reconhecimento/file> Acessado em: 15/09/2017.

AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática e Deliberação Pública. in: *Revista Lua Nova* n.49, 2000, p.25-46. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a03n50.pdf> Acessado em 10/09/2017

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARTHES, Roland. *S/Z*. Paris: Seuil, 1970.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. V2. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2016.

BENFORD, ROBERT D. & SNOW, DAVID A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, 2000, 26, p. 611-39.

BENNETT, W. Lance & SEGERBERG, Alexandra. The Logic Of Connective Action: digital media and the personalization of contentious politics In: COLEMAN, F.; FREELON, D. (Org.) *Handbook of Digital Politics*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2015.

BHABHA, Homi. *Nation and narration*. London; New York: Routledge, 1990.

BIMBER, Bruce; FLANAGIN, Andrew J. & STOHL, Cynthia. *Collective Action In Organizations: interaction and engagement in a era of technological change*. New York: Cambridge University Press, 2012.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luís F; BIROLI, F. (org.) *Feminismo e Política*. SP: Ed. Boitempo, 2014.

BLACK, L. Deliberation, Storytelling and Dialogic Moments. *Communication Theory*, v. 18, p. 93-116, 2008.

BOLTANSKI, Luc. *La Souffrance à Distance. Morale Humanitaire, Médias et Politique*. Paris: Éditions Métailié, 1993.

BOYD, D.; ELLISON, N. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. In: *Journal of Computer-Mediated Communication*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 16ª ed, 2015.

CALIL, Lea E. S. *Um Novo Desafio no Combate ao Assédio Sexual no Trabalho: a manutenção do emprego*. Disponível em: <<http://www.mundosfilosoficos.co.Br/lea2.htm>>. Acessado em 25/02/2017.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*. Brasília: Ipea, 2014. (Nota Técnica, n. 11).

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COHEN, Jean L. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n 7, pp. 165-203, janeiro - abril de 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

DRYZEK, John S. *Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations*. Oxford, Oxford University Press, 2000.

DUNKER, Christian. *A reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Editora Ubu, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOX, Robin. As Condições da Evolução Sexual. In: *Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. Philippe Ariès & André Bejin (orgs.). São Paulo: Brasiliense, 1985.

FRANÇA, Vera R. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, L. G.; WEBER, M. H.; FRANÇA, V.; PAIVA, R. (orgs.). In: *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Ed. UnB, cap. 1, p. 13-29, 2002.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRASER, Nancy. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero. In: BENHABIB, S. & CORNELL, D. (orgs.). In: *Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

\_\_\_\_\_. Distorted beyond all recognition: a rejoinder to Axel Honneth. In: FRASER, N; HONNETH, A. *Redistribution or Recognition. A political-Philosophical exchange*. Londres/Nova York: Verso, p. 198-236, 2003.

GARCÊZ, Regiane. *O valor político dos testemunhos: os surdos e a luta por reconhecimento na internet*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Minas Gerais, 2008.

GERLACH, Luther P. Protest movement and the construction of risk. In JOHNSON, Branden B; COVELLO, Vicent T (Ed.) *The social and cultural construction of risk: essays on risk selection and perception*. Boston: D. Reidel, p. 103-145, p. 115, 1987.

GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1993.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Trad. de M. C. Santos Raposo, Petrópolis: Vozes, 2007.

GOMES, Carla & SORJ, Bia. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 434-447, maio/agosto 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. Concluding Comments on Empirical Approaches to Deliberative Politics. *Acta Política*, v. 40, n. 3, p. 384-392, Sep. 2005.

\_\_\_\_\_. *Teoria do Agir Comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

HIRSHMAN, Albert. *De consumidor a cidadão: atividade privada e participação na vida política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

KEANE, J. *Democracy and Media Decadence*. Nova York: Cambridge University Press, 2013.

LEAL, Tatiane. “Chega de fiu fiu”: feminismo, emoções e mobilização política por meio de práticas de compartilhamento de si. In: JESUS, Eduardo; TRINDADE, Eneus; JANOTTI Jr., Jeder; ROXO, Marco (Orgs.). *Reinvenção comunicacional da política: modos de habitar e desabitar o século XXI*. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, p. 97-112, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P de Souza e Silva e Décio Rocha, São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MANSBRIDGE, J. Everyday Talk in Deliberative System. In: MACEDO, S. (Ed.). *Deliberative Politics: Essays on Democracy and Disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista. É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MELO, Rúrion (coord.). *A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELUCCI, Alberto. The process of collective identity. In: Johnston, Hank & Klandermans, Bert (orgs.). *Social movements and culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

MENDONÇA, Ricardo F. *Reconhecimento e deliberação: a luta pelas pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos internacionais*. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Minas Gerais, 2009.

\_\_\_\_\_. *Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano*. Disponível em [http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2010/11/Mendonca\\_2006.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2010/11/Mendonca_2006.pdf) Acessado em 15/09/2017.

MOUFFE, Chantal. A cidadania democrática e a comunidade política. *Revista Estudos de Sociologia*. UNESP – FCL, p. 59-68, 1997.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 1999.

PAPACHARISSI, Zizi A. *A private sphere: democracy in a digital age*. Cambridge: Polity Press, 2010.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luís F; BIROLI, F. (org.) *Teoria Política feminista: textos centrais*. SP: Ed. Horizonte, 2013.

PINTO, Regina Celi. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

POLLETTA, F.; LEE, J. Is Telling Stories Good for Democracy? Paper presented at the annual meeting of the *American Sociological Association*, Hilton San Francisco & Renaissance Parc 55 Hotel, San Francisco, CA, Aug 14, 2004.

POLLETTA, F. Contending Stories: Narrative in Social Movements. *Qualitative Sociology*, 21, p. 419-446, 1998.

PRIMO, Alex (Org.) *Interações em Rede*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2013.

REBOUL, Olivier. *O Slogan*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991

\_\_\_\_\_. Reatualizações do argumento de Hegel em Iena. In: Ricoeur, Paul. *Percurso do Reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. São Paulo: Martins, 2007.

SACRAMENTO, Igor. O espetáculo do trauma: narrativas testemunhais de celebridades sobre o bullying num programa de TV. *Contracampo*, vol.35, n.2, 2016.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SIBILIA, Paula. *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAYLOR, Charles. *As fontes do Self*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. *A ética da autenticidade*. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

TAYLOR, Verta. Social movement participation in the global society: identity, networks, and emotions. In: STEKELENBURG, Jacquelin van; ROGGE BAND, Conny; KLANDERMANS, Bert. *The future of social movement research: dynamics, mechanisms, and processes*. University of Minnesota Press, p. 37-57, 2013.

TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista*. São Paulo: Editora Record, 2015.

THINK OLGA. *A Olga*. Disponível em < <http://thinkolga.com/a-olga/>>. Acesso em: 12 abr, 2017.

TILLY, Charles. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TOMAZETTI, Tainan. O feminismo na era digital e a (re)configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero. *Razón y Palabra*, n. 90, p. 488-500, 2015.

URETA, Ainara Larrondo. La Red al servicio de las mujeres. Aproximación a la relación mujer y medios de comunicación en Internet. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, v.11, p. 375-392, 2005.

VAZ, Paulo; RONY, Gaelle. Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais. *Famecos*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 212-234, janeiro/abril 2011.

VAZ, Paulo; SANTOS, Amanda; ANDRADE, Pedro Henrique. Testemunho e subjetividade contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência. *Lumina*, v. 8, n. 2, dezembro de 2014.

WIEVIORKA, Annette. *L'Ère du témoin*, Hachette, Pluriel: Paris, 2002.

YOUNG, I. Inclusive Political Communication. In: YOUNG, I. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press, 2002.